

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

Título: Saída estratégica	12
Título: Moreira agora diz que ‘política de preços não será mexida’	18

Folha de S. Paulo

Título: Antes do leite derramado	33
Título: Divergências sobre política de preços levam Parente a deixar Petrobras	42
Título: Demissão aumenta pressão por nova política de preços	54
Título: Governo Michel Temer derrete ainda mais com a queda de Parente	56

O Estado de S. Paulo

Título: Brincando com fogo	65
Título: Novos subsídios levaram à demissão	73
Título: Para diesel cair, Estados têm de cortar ICMS	87

Correio Braziliense

Título: Parente sai, crise e incerteza ficam	94
Título: Moreira, o algoz da queda	99
Título: Grito de investigador	105

Sumário

VEÍCULO: O Globo	4
Título: Para nunca mais parar	4
Título: Desmonte econômico	6
Título: Retrocesso	7
Título: Não esperou a Copa	9
Título: O efeito cascata do preço dos combustíveis	10
Título: Saída estratégica	12
Título: Ações da Petrobras caem 14,8%, e estatal perde R\$ 40 bi na Bolsa	15
Título: Parente era o fiador da retomada da empresa	16
Título: Moreira agora diz que 'política de preços não será mexida'	18
Título: Oposição e políticos da base aprovam mudança	19
Título: Após três anos parado, Comperj volta a contratar	21
Título: BRF deve antecipar plano de nomear Parente diretor executivo	22
Título: Postos deverão ter placa com valor do diesel de antes da greve	24
Título: 'Impossível fiscalizar 40 mil pontos de venda'	25
Título: Empresas punidas faturam menos que multas	26
Título: Cortes no Orçamento reduzem espaço para investimentos	28
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	29
Título: Parente fora	29
Título: O mito do superexecutivo	30
Título: Cornetando na janela	31
Título: O putsch dos caminhoneiros	32
Título: Antes do leite derramado	33
Título: A voz do povo	36
Título: A maldição do pré-sal	38
Título: Parente pede demissão da Petrobras e estatal perde R\$ 40 bi de valor de mercado na Bolsa	39
Título: Leia íntegra da carta de demissão de Pedro Parente a Temer	40
Título: Divergências sobre política de preços levam Parente a deixar Petrobras	42
Título: Queda de executivo expõe Petrobras e economia ao populismo	45
Título: Diretor financeiro Ivan Monteiro é consenso para substituição	46
Título: Petrobras perde R\$ 137 bilhões em 11 dias	47
Título: Mercado espera Parente na BRF, e ação da empresa sobe	49

Título: Investidores nos EUA veem interferência constante do Planalto	50
Título: Saída de executivo escancara fragilidade da política econômica	51
Título: É urgente a necessidade de se privatizar não só a Petrobras, mas outras estatais	52
Título: Demissão aumenta pressão por nova política de preços	54
Título: Governo Michel Temer derrete ainda mais com a queda de Parente	56
Título: Áudios convocam caminhoneiros para novo ato.....	57
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	59
Título: Parente avaliou que iria atrapalhar o governo	59
Título: Um País de reféns	61
Título: Broadcast de olho nas ações.....	62
Título: Mercado ainda vê Ibovespa em alta, apesar da crise.....	64
Título: Brincando com fogo	65
Título: Tem lógica	66
Título: Mais uma vitória do atraso	67
Título: A democracia real	69
Título: Pressão política leva Pedro Parente a deixar presidência da Petrobrás.....	71
Título: Novos subsídios levaram à demissão.....	73
Título: Saída de Parente é preocupante, diz mídia estrangeira	75
Título: A Petrobrás sob a carga de fatores políticos	75
Título: Petrobrás perde R\$ 40 bi em um só dia.....	77
Título: Moody's e Fitch veem mudança como negativa	79
Título: Cresce aposta de que Parente vai para a BRF.....	79
Título: Indicação de CEO tenta acalmar mercado	81
Título: Demissão em pleno pregão chama atenção.....	82
Título: 'Está faltando combustível no Palácio do Planalto'	83
Título: Presidenciáveis se dividem sobre demissão	84
Título: 'O maior erro é voltar a usar a Petrobrás'	85
Título: Petrobrás em xeque.....	86
Título: Para diesel cair, Estados têm de cortar ICMS	87
Título: Nas redes sociais, ameaças de ato e de nova paralisação.....	88
Título: Exportações caem 36% durante a greve.....	89
Título: EUA começam a adotar cotas para importação de aço e alumínio do Brasil	90
Título: Com greve, produção de carros deve cair 20% e atrasar recuperação	91
Título: Delírios do atraso	92

VEÍCULO:	Correio Braziliense	94
Título: Parente sai, crise e incerteza ficam		94
Título: O burocrata que convive com políticos		98
Título: Moreira, o algoz da queda		99
Título: Quatro perguntas para		100
Título: Perdas de R\$ 40 bilhões		101
Título: Solução Arranjada		102
Título: Críticas e elogios dos presidenciáveis		103
Título: Entrada na BRF aumenta valor		105
Título: Grito de investigador		105
Título: Gasolina volta para os postos, mas com custo maior para o consumidor		106
Título: Governo deve desmobilizar Forças Armadas		108
Título: Incertezas sem fim		109

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Fernando Gabeira

Título: Para nunca mais parar

Nenhuma causa justifica bloquear combustível, alimentos, deixar hospitais em emergência, adiar cirurgias. É preciso definir limites

Semana que vem, deixo o Brasil por um bom tempo: missão profissional. Já estava acertada desde o início do ano. Passei esses meses, um pouco aos trancos, estudando a história cultural da Rússia. Espero fazer um trabalho interessante. Mas saio do Brasil com uma pergunta no ar: como é possível impedir que o país pare do novo, como aconteceu na greve dos caminhoneiros? Já escrevi um artigo mostrando a fragilidade do governo.

Mas evolui para considerar que, independentemente da incapacidade do governo, o Brasil não pode parar. É uma questão de Estado. Do ponto de vista legal, não deveria haver problema. Se um presidente gosta do diálogo e da negociação, ótimo. Mas está fora do seu alcance tolerar uma paralisação nacional que coloque o país de joelhos.

Acho que o Brasil tem a obrigação, depois dessa, de formular um plano que impeça o país de parar. Minha sugestão é um plano que envolva Brasília e

estados e que passe por uma simulação. Não há nada de errado em simular. Os japoneses fazem com frequência, para vários perigos em potencial. Aqui, no Brasil, já fizemos simulação de um desastre em Angra. Houve alguns problemas.

O pior deles: o policial rodoviário que daria apoio à operação morreu num desastre no perigoso trecho da BR-101. Deveria ter percebido com mais clareza que as estradas são o nosso ponto fraco. Hoje, fica bastante claro que a opção quase total pelas rodovias nos coloca um problema singular de segurança nacional, não apenas pelas greves, mas diante de um potencial inimigo externo.

Felizmente, as coisas estão voltando à normalidade. Percorri algumas cidades da Serra fluminense, para documentar a epopeia de nossa salada, que sumiu das mesas na primeira semana. Tudo volta à normalidade, mas com um rombo de R\$ 75 milhões. Uma normalidade que expôs como o país pode se tornar refém de grevistas. Não tenho nada contra greves.

É razoável que, em certas condições, as pessoas cruzem os braços. Mas paralisando apenas sua atividade, deixando que as outras possam fluir. Simplesmente, recusando-se a transportar sua carga, os caminhoneiros já teriam um enorme poder de barganha. Ao bloquear estradas e refinarias, multiplicaram seu poder. Tornaram-se momentaneamente mais fortes que o Estado brasileiro. Quando Temer resolveu agir, era tarde demais.

A própria ideia de convocar as Forças Armadas naquele momento já tornava a tarefa muito mais difícil. Quando assisti na TV que os militares estavam em dúvida se teriam gasolina para realizar sua tarefa ao longo de estradas bloqueadas e refinarias fechadas, cheguei à conclusão de que é preciso fazer alguma coisa para que isso não aconteça nunca mais.

Nenhuma causa justifica bloquear combustível, alimentos, deixar hospitais em emergência, adiar cirurgias, aterrorizar pacientes que dependem de hemodiálise. É preciso definir alguns limites. Compreendo, também, que às vezes uma greve tem a simpatia popular. Isso é ótimo para ela. Mas, ainda assim, mesmo num caso em que a maioria apoie o bloqueio, ela não tem o direito de impô-lo aos outros. O que aconteceu com o governo e os políticos demonstra, mais uma vez, que eles vivem num universo paralelo.

Não percebem que os gastos monumentais da máquina, inclusive com as mordomias, contribuem com nossa pesada carga tributária. E quando se precisa dela, a máquina entra em pane. O tamanho dela não cabe no Brasil. É até compreensível ter falhado ao deixar o Brasil parar. Sua lógica cotidiana já é de reduzir o nosso ritmo, ampliar nossa pobreza.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Desmonte econômico**

ALVARO GRIBEL E MARCELO LOUREIRO (INTERINOS)

A saída de Pedro Parente acentua o desmonte econômico do governo Temer. Henrique Meirelles abandonou a Fazenda para tentar uma candidatura quase impossível à Presidência. Tem 1% das intenções de voto. Maria Silvia Bastos deixou o BNDES por também tentar, como Parente, implementar no banco uma gestão de corte de subsídios. Entre os principais nomes do primeiro escalão, restou o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, que tem conseguido se blindar da interferência política por ter derrubado a inflação e levado a Selic ao menor patamar histórico.

Números de Parente

A tabela abaixo mostra alguns dos principais indicadores da Petrobras na era Pedro Parente. O valor de mercado aumentou 134%, a dívida bruta recuou 24%, e a geração de caixa mais do que triplicou, segundo a Economática. Antes, o setor dava como certa a necessidade de um aporte do Tesouro para socorrer a companhia. Há duas semanas, a Petrobras havia voltado a ser a empresa mais valiosa da América Latina, cotada em R\$ 388 bilhões. Ontem, após a saída do executivo, fechou em R\$ 231 bi.

Nome marcado

No governo Fernando Henrique, Pedro Parente ficou marcado como o ministro do apagão, por ter coordenado a equipe que enfrentou a crise elétrica. Mas foi ele que implementou a construção das termelétricas, de backup no sistema, que depois ajudou o país em momentos de pouca chuva. Agora, após ter tirado a Petrobras de sua maior crise, é apontado como culpado pela alta dos combustíveis e a paralisação dos caminhoneiros.

Na Lava-Jato

É sempre bom lembrar que as refinarias da Petrobras estão no centro das denúncias de corrupção da Lava-Jato e foram projetadas nos governos Lula e Dilma. A de Abreu e Lima, em Pernambuco, começou orçada em US\$ 2 bilhões e hoje é estimada em US\$ 20 bi. A construção levou um calote do governo venezuelano — parceiro no projeto — e a planta precisou ser refeita. No Rio, o Comperj foi reduzido. O que seria um complexo com refinarias e polo

petroquímico foi restringido à unidade de gás. A previsão inicial era gastar US\$ 6,1 bi. O TCU estimou em 2017 que apenas as perdas da Petrobras chegaram a US\$ 12,5 bilhões. As refinarias Premium, uma no Maranhão e outra no Ceará, foram canceladas e provocaram baixa contábil de R\$ 2,8 bi à petrolífera. No total, a Petrobras contabilizou perdas de R\$ 31 bilhões nos ativos de refino em seu balanço.

Micos na mão

Com a saída de Pedro Parente, ficará mais difícil para a Petrobras se desfazer das refinarias. O projeto de vender o controle de duas plantas do Nordeste, inclusive Abreu e Lima, e de outras duas no Sul do país, foi prontamente engavetado, conta um técnico da companhia. O investidor privado se afastou, com o temor da interferência do governo na política de preços. Se a Petrobras, que tem 15 refinarias, aplicar um preço menor para atender ao interesse do governo, as concorrentes terão que acompanhar. Esse risco, cada vez maior, ninguém quer correr.

PERDAS. A Petrobras perdeu ontem uma Fibria em valor de mercado. Desde o início da greve dos caminhoneiros, um banco Santander.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Merval Pereira

Título: Retrocesso

A saída de Pedro Parente da presidência da Petrobras é mais grave pelo que sinaliza, pois evidentemente ele não é o único gestor público capaz de colocar a estatal no rumo certo. Mas a política de subsídios e controle de preços dos combustíveis impede que a credibilidade da empresa seja resgatada, e indica que a intervenção política continuará sendo a tônica, uma repetição como farsa do que faziam sua antecessora e companheira de chapa e o ex-presidente Lula. Um retrocesso que fere de morte a política econômica do governo.

A diferença, em desfavor de Temer, é que anteriormente nos governos petistas essa era uma política de preços com objetivos populistas, a fim de dar a falsa impressão de que a inflação estava sob controle e que a estatal tinha “uma visão social”. Não chegaram ao ponto de vender gasolina a preço de banana, como na Venezuela, mas quebraram a estatal da mesma maneira que a PDVSA foi aniquilada. Agora, foi uma rendição do governo diante da pressão dos grevistas.

Com a volta do tabelamento de preços, ficando refém da corporação dos transportadores, Temer não obteve nenhum ganho político com suas decisões populistas e deu vários passos atrás na bem sucedida reconstrução da Petrobras, baseada numa política transparente de definição de preços dos derivados de petróleo ligada ao mercado internacional, única maneira de recuperar a competitividade da estatal.

O executivo que entrar na Petrobras neste momento estará implicitamente aceitando a mudança das regras, e não terá condições de manter a política anterior, mesmo que oficialmente este seja o discurso. Parece claro que os aumentos sucessivos do diesel impediam um planejamento adequado, e prejudicavam especialmente os caminhoneiros autônomos, mas não somente eles.

As grandes transportadoras ganharam muito mais que os autônomos nessas negociações, indicando que foram eles que sustentaram a greve por tanto tempo. Mas o governo, sabedor que outros eventos anteriores haviam acontecido, com o potencial de paralisar o país, deveria ter negociado antes que a greve se estabelecesse.

Seria possível criar um sistema de aumentos que tivesse algum tipo de amortecedor, sem a utilização de subsídios e controle de preços, que indicam a volta a uma política de preços que provocou sérios danos à saúde financeira da estatal, fora a corrupção e as decisões equivocadas geradas muitas vezes por simples incompetência mas, o mais das vezes, pela própria corrupção e pelo populismo com que a Petrobras sofria nas gestões petistas.

O controle de preços do diesel e da gasolina sempre é pedido em épocas eleitorais, pois os beneficiados sabem seu potencial de atrapalhar o dia a dia do cidadão, o que nenhum candidato governista, seja qual for o governo, quer ver acontecer. O ex-ministro da Fazenda de Temer, Henrique Meirelles, esteve com o presidente antes das negociações. Se agiu como sempre, de modo técnico, deve ter desaconselhado o recuo. Mas agora que é pré-candidato à presidência, pode ter agido como tal.

Na eleição de 2002, o então candidato do PSDB José Serra teve conflitos seguidos com o ministro da Fazenda Pedro Malan, pois queria que o preço da gasolina não subisse durante a campanha eleitoral, mas não foi atendido. Não foi por isso que não foi eleito, mas os governos petistas seguidos resolveram a questão adotando uma política de preços “social”, que significa o controle da inflação e da satisfação do cidadão comum com um preço artificial da gasolina e do diesel.

O governo Dilma fez mais: abriu linhas de crédito subsidiada para a compra de caminhões, atendendo a uma demanda não apenas dos caminhoneiros, mas sobretudo das montadoras de veículos. Essa soma de subsídios “sociais” gerou o caos que vivemos nas últimas semanas.

Outro retrocesso

No fim do mês, um julgamento marcado no Supremo Tribunal Federal (STF) pode definir outro retrocesso. Há várias ações contra o fim da contribuição sindical obrigatória, e o relator, ministro Edson Fachin já se mostrou a favor do pleito dos sindicatos. Seria a volta da estrutura sindical varguista, que um dia Lula prometeu desmontar e depois, pragmaticamente, ampliou oficializando as centrais sindicais.

O relator diz que a medida coloca em risco as instituições sindicais. Ele entende também que a Constituição trata da contribuição como tributo, daí a sua obrigatoriedade. Seria o fim de um dos grandes avanços da reforma trabalhista, que permite a cobrança da contribuição se houver adesão da maioria dos associados aos sindicatos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Não esperou a Copa

Há uma semana, no sábado passado, mesmo, Pedro Parente conversou com um ex-ministro de Temer e prometeu ficar até o fim da Copa.

Segue...

Ontem, ao saber da demissão, o amigo ligou. Pedro Parente disse que aceitava as críticas à política de preços, mas não a sua honestidade.

0 x 0

Um conselheiro da Petrobras fez uma conta. Se for mantida essa política de Pedro Parente do preço dos combustíveis da refinaria, a estatal terá muito lucro, e o governo, por ser seu maior acionista, também. Para ele, não seria surpresa se, no fim das contas, os dividendos recebidos pelo Tesouro forem suficientes para neutralizar os gastos que o governo federal terá que desembolsar com o subsídio ao diesel.

A conferir.

Ouvido em São Paulo “Pedro Parente e Zidane fizeram a coisa certa. Jogaram a toalha depois de uma carreira de sucesso. O técnico deixou o Real Madrid. E o executivo, a Petrobras”. Caraaaaaamba!

Amor antigo

O mercado — ou o que isso significa — tem amor antigo por Ivan Monteiro. Vem desde o governo Dilma, que o nomeou, em fevereiro de 2015, para a diretoria financeira da Petrobras.

Aliás...

Se esse amor por Ivan permanecerá na alegria e na tristeza, vamos saber, segunda, na abertura da bolsa.

‘Não há almoço grátis’

Décio Oddone, diretor-geral da ANP, diz que o Brasil vive o velho dilema: não dá para ter tudo ao mesmo tempo. Tem de optar: — Petróleo mais caro com mais royalties ou gasolina (e, na moda agora, diesel) barata; — Posto de autosserviço para baratear o combustível ou emprego de frentista; — Petrobras bem-sucedida ou preço baixo; — Realidade tarifária com investimentos e geração de empregos ou estagnação. E por aí vai.

Deu no ‘Le Monde’

Um projeto no Brasil causa alvoroço na França. Na manhã de ontem, 250 ativistas do Greenpeace invadiram a assembleia geral da Total, gigante do petróleo, em Paris. A turma verde é contra a perfuração que a petroleira tenta fazer na Foz do Amazonas e na Guiana, onde há recife de coral.

Ponto Final

A bolsa caiu, o real caiu, o dólar subiu, o euro subiu, o peso argentino subiu. Lá vai o Brasil descendo a ladeira...

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: José Milton Dallari

Título: O efeito cascata do preço dos combustíveis

A falta de combustíveis nas bombas mostra que o governo não pode deixar de exercer seu papel de acionista majoritário da Petrobras, empresa monopolista de refino de petróleo no país. Não se trata de controlar preço, o que a economia

brasileira há muito abomina, mas de não abdicar do papel de administrador dos valores cobrados do consumidor.

Num país onde mais de 60% das mercadorias dependem do transporte rodoviário, o preço dos combustíveis funciona como o juro, o câmbio e a inflação. Sendo o preço dos combustíveis um dos diretores da economia, deve ser acompanhado de perto pelo governo para evitar o que se vê hoje: uma situação explosiva que altera muito mais que indicadores macroeconômicos, mas sim a rotina dos cidadãos.

Deixar que a Petrobras defina sozinha o que fazer dos preços é desconhecer os efeitos que isso gera em praticamente todos os setores econômicos, com imenso sacrifício a toda a sociedade brasileira, é muita responsabilidade. É o exemplo que vemos com a greve dos caminhoneiros. Preço liberado não significa, em primeiro lugar, preço volátil, que sobe ou desce todos os dias. Há que se ter previsibilidade, a exemplo de como o Banco Central faz ao administrar o juro e a inflação.

E temos de ir além e reeditar o modelo das antigas câmaras setoriais para abrir a planilha de custos de produção, refino, distribuição e varejo, para discussão das planilhas de custo de cada setor, e uma redistribuição das margens brutas entre os vários setores. A margem bruta da revenda é de 11%. Tributos federais e estaduais somados chegam a 28%.

O custo de transporte da refinaria ao posto representa perto de 5% do valor pago pelo consumidor. Os impostos são altos e devem ser discutidos, mas não são os únicos a serem colocados na mesa de negociação. É preciso discutir o custo de produção do petróleo nacional e compará-lo aos custos internacionais e aos preços cobrados nos diferentes mercados — ou melhor, países.

A liberação de preços de commodities exige ter os pés no chão e um acompanhamento estrito pelos agentes governamentais, para que possam agir quando aparecer um desequilíbrio em um dos elos da cadeia produtiva. Se a Petrobras perdeu dinheiro com corrupção, a forma de resolver o problema não é liberar geral, sacrificando toda a sociedade, pois, sempre é esta que vai pagar toda a conta.

Num país dependente do transporte rodoviário, simplesmente não é possível atrelar ao dólar ou ao preço internacional. O preço do diesel hoje é 46% mais alto do que em 2001, antes do governo Lula. O que aconteceu com os custos na cadeia de produção? Essa é a resposta que todos aguardam, para que se possa resolver a questão.

O combustível exerce efeito cascata sobre toda a economia e tem efeito explosivo num mercado onde o PIB cresce menos do que o esperado, onde o corte esperado do juro não acontece e onde o que vemos é uma queda abrupta da renda dos trabalhadores. Não adianta apenas usar a força. É preciso muito diálogo com todas as partes para alcançar o que conquistamos lá atrás, em 1994, no lançamento do Plano Real: a estabilidade.

José Milton Dallari é consultor e foi secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e secretário de Abastecimento e Preços do Ministério do Planejamento

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez, Rennan Setti, Geralda Doca, Manoel Ventura, Gabriela Valente e Letícia Fernandes

Título: Saída estratégica

Parente deixa presidência da Petrobras, mas Temer diz que política de preços não muda

RIO E BRASÍLIA - Depois de várias declarações de ministros próximos ao presidente Michel Temer defendendo mudança na política de preços da Petrobras, o presidente da estatal, Pedro Parente, pediu demissão ontem, um dia após o fim da greve dos caminhoneiros. Parente era considerado o fiador da prática de reajustar os valores dos combustíveis com frequência até diária, seguindo o preço internacional do petróleo. A política ajudou a recuperar as finanças da estatal, mas desagradou consumidores nos postos, sobretudo os caminhoneiros. Seu pedido de demissão pegou de surpresa o próprio governo e o mercado, derrubando as ações da Petrobras, que caíram quase 15% ontem — a queda chegou a 21% durante o dia —, enxugando R\$ 40,4 bilhões do seu valor na Bolsa. E, após o estrago provocado nos mercados pela saída de Parente, o presidente Michel Temer fez um pronunciamento na noite de ontem no qual prometeu que o governo não mudará a política de preços da Petrobras.

Temer anunciou ainda o nome de Ivan Monteiro, atual diretor financeiro da Petrobras, como novo presidente da estatal. Monteiro já havia sido aprovado pelo Conselho de Administração da estatal, como presidente interino. Temer o confirmou como sucessor definitivo. — Não haverá qualquer interferência na política de preços da companhia. Ivan Monteiro, naturalmente, é a garantia de que esse rumo permanece inalterado — afirmou Temer. Parente entregou a carta de demissão a Temer em reunião pela manhã, em Brasília. No documento, o executivo alegou que sua permanência “deixou de ser positiva e de contribuir para a construção das alternativas que o governo tem pela frente”. Parente

acrescentou que “a greve dos caminhoneiros e suas graves consequências para a vida do país desencadearam um intenso e por vezes emocional debate sobre as origens dessa crise e colocaram a política de preços da Petrobras sob intenso questionamento”.

GESTÃO RECUPEROU LUCRATIVIDADE

No centro das reivindicações dos caminhoneiros estava o fim dos reajustes quase diários do diesel adotados por Parente em junho de 2017. Foi fundamental para reorganizar as finanças da estatal. Antes, os reajustes ocorriam geralmente uma vez por mês. Muitas vezes, a Petrobras perdia ao evitar repasses elevados ao consumidor. Só que, nos últimos meses, a alta do dólar e do petróleo fizeram os preços dispararem. Os críticos afirmam que um pouco mais de previsibilidade seria desejável, com ajustes menos frequentes nos combustíveis, que afetam toda a economia. Após o início da greve, para tentar dar fim à greve, a Petrobras anunciou o congelamento do preço do diesel por 15 dias. Alguns dias depois, o governo, por sua vez, cedeu à pressão e concedeu um subsídio de R\$ 0,46 por litro no diesel. Mesmo com o fim da greve, porém, a política de preços da Petrobras virou alvo de críticas de parlamentares, ministros e presidenciáveis, enquanto Parente se tornava seu “rosto”.

Eram cada vez maiores as pressões para que a estatal praticasse uma política mais flexível e com “previsibilidade” — evitando flutuações diárias — não só no diesel, mas também na gasolina. Por fim, Temer deu uma declaração à TV Brasil na quarta-feira em que sugeria que a política da Petrobras poderia ser “reexaminada”. Parente insistia que só aceitaria mudanças se a empresa fosse ressarcida. — Parente estava virando parte do problema. E, como ele entende que já cumpriu sua missão, não poderia mais continuar — disse uma fonte no governo. Parente ficou dois anos à frente da Petrobras. Em sua gestão, a dívida líquida caiu, e a estatal divulgou no 1º trimestre do ano seu melhor resultado desde a Operação Lava-Jato, há cinco anos: quase R\$ 7 bilhões. Com isso, o valor da Petrobras na Bolsa mais que triplicou, para até R\$ 389 bilhões na semana antes da greve. Voltou a ser a empresa mais valiosa do país, para logo perder novamente a posição.

O substituto foi escolhido em reunião do Planalto entre Temer e os ministros da Fazenda, Eduardo Guardia e de **Minas e Energia, Moreira Franco**. Temer e Guardia conversaram por telefone com Monteiro e o convenceram a aceitar renovando a promessa de não haver interferência na política interna da Petrobras. Temer teria aprovado a nomeação de Monteiro por ele ser “o interlocutor com o mercado financeiro”, uma solução ideal para a missão de tentar acalmar os investidores. A reunião do Conselho da Petrobras que nomeou Monteiro começou com um agradecimento de Parente ao apoio dos

conselheiros durante sua gestão. Depois, ele se retirou. O nome de Monteiro não foi submetido à votação pois já havia sido objeto de conversas antes da reunião. Todos os membros concordaram.

Os conselheiros, porém, há a percepção de que a Petrobras provavelmente terá que, no futuro, rever os reajustes diários. — Mas qualquer mudança tem que ser feita sem representar prejuízo financeiro para a companhia — destacou um deles. Uma outra fonte na empresa ressalta que expectativa é que as diretrizes de Parente sejam mantidas por Monteiro: — Há um plano estratégico muito maior do que uma pessoa, além da política de preços. Envolve a redução do endividamento, do volume de acidentes e dos custos e a venda de ativos não estratégicos.

LONGA PERMANÊNCIA - MONTEIRO CHEGOU ANTES DO EX-CHEFE

O novo presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, era o braço direito de Pedro Parente, à frente da diretoria financeira da estatal. No entanto, ele chegou antes do ex-chefe à petroleira: foi escolhido para o cargo pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015, junto com o antecessor de Parente, Aldemir Bendine, que foi preso sob suspeita de corrupção. Os dois trabalhavam juntos no Banco do Brasil, onde Monteiro era vice-presidente de Finanças. A primeira missão de Monteiro foi desenhar um plano para consertar os erros financeiros que aprofundaram as perdas da Petrobras na esteira da Operação Lava-Jato, como o represamento de reajustes dos combustíveis.

Segundo pessoas próximas, ele ficou surpreso com a bagunça na contabilidade da companhia. Corrigiu problemas, como a falta de provisionamento para possíveis perdas. Ele alterou todo o planejamento tributário e revisou o balanço que mostrou impacto de R\$ 88 bilhões em perdas pela corrupção investigada pela Lava-Jato. Após o impeachment, em 2016, e a mudança de comando na Petrobras, Monteiro foi preservado pelo novo presidente com a missão de recuperar as contas da petroleira sem precisar de capitalização do Tesouro. (Gabriela Valente)

Opinião: SOB OBSERVAÇÃO

A ESCOLHA, pelo Conselho de Administração, do diretor financeiro Ivan Monteiro para substituir Pedro Parente na presidência da Petrobras é bom sinal, mas não basta.

COMO A saída do executivo tem a ver com a alteração na política de preços de combustíveis, para que a companhia não mais subsidie o consumidor — parte da causa de prejuízos bilionários da empresa no governo Dilma —, é lógico imaginar que existe o risco de a estatal voltar a ser usada de forma demagógica.

A CORRENTE populista que dentro do governo e no Congresso defende este retrocesso parece revigorada depois da greve de caminhoneiros e com a proximidade das eleições. O país, que necessita de uma Petrobras eficiente e capitalizada, e os acionistas estão na defensiva.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Ações da Petrobras caem 14,8%, e estatal perde R\$ 40 bi na Bolsa

Temor de que empresa sofra ingerência política fez papéis derreterem

SÃO PAULO- A renúncia do presidente da Petrobras, Pedro Parente, provocou uma onda de vendas das ações da estatal e levou a B3 a suspender os papéis da empresa por cerca de uma hora. Na retomada, a queda chegou a 20%, e, no decorrer do pregão, a companhia não conseguiu se recuperar, fechando com queda de quase 15%. A estatal perdeu R\$ 40,47 bilhões de valor de mercado em um só dia. Apesar da pressão sobre os papéis da petroleira, o Ibovespa, principal índice local, conseguiu terminar o pregão com alta de 0,63%, aos 77.239 pontos. Já o dólar comercial subiu 0,82% ante o real, cotado a R\$ 3,768. Na semana, acumula ganhos de 2,7%. A Bolsa iniciou os negócios em alta, acompanhando o bom humor do mercado externo. No entanto, os papéis começaram a cair imediatamente após a Petrobras — às 11h20m — comunicar a saída de Parente à Comissão de Valores Mobiliário (CVM), ou seja, tornou a decisão pública.

PAPÉIS FORAM SUSPENSOS

A notícia, inesperada, e a repercussão na Bolsa fez com que a B3 determinasse a suspensão dos negócios com as ações da Petrobras, o que durou cerca de uma hora. Essa parada ocorre quando um acontecimento gera um forte movimento sobre um determinado papel. Após a paralisação, é feito um leilão para que o papel volte ao pregão tradicional. As preferenciais (PNs, sem direito a voto) fecharam em queda de 14,85%, cotadas a R\$ 16,16. Antes do anúncio, subiam mais de 3%. Já no caso das ordinárias (ONs, com direito a voto), a desvalorização foi de 14,91%, a R\$ 18,88, sendo que antes subiam quase 3%. O anúncio de que Ivan Monteiro será o novo presidente interino da Petrobras saiu após o fechamento da Bolsa. Os recibos de ações negociados na Bolsa americana (ADRs, na sigla em inglês) também caíram forte.

O tombo chegou aos 14,59%, para US\$ 10,13. Fabio Macedo, gerente comercial da Easynvest, explica que a forte queda refletiu a incerteza em relação à administração da estatal. — Não se sabe qual gestão será adotada daqui para

frente. O Parente tinha uma postura que agradava aos agentes do mercado financeiro devido à política de preços. Agora, não se sabe o que vai acontecer e, com o temor de mais intervenção do governo, os papéis acabaram derretendo — explicou. O tombo dos papéis da Petrobras fez com que o valor de mercado da companhia chegasse a R\$ 231,04 bilhões, montante R\$ 40,47 bilhões inferior ao registrado no pregão anterior. Na avaliação de Ari Santos, gerente de renda variável da corretora H.Commcors, o principal temor é de uma ingerência maior do governo sobre a estratégia da estatal.

— A expectativa é o que vai acontecer com a governança da Petrobras e se vai entrar alguém que mexerá com a atual política de preços. Há um medo de que a empresa comece a sofrer interferência política, como no passado — disse. A aversão ao risco com a saída de Parente foi geral. O risco país do Brasil, medido pelos CDSs (credit default swaps, que funcionam como uma espécie de seguro para o investidor que compra papéis do país), subiu 4%, para 235 pontos.

BOLSA FECHA EM ALTA

Apesar do forte tombo da Petrobras, a Bolsa conseguiu se manter em terreno positivo. — A Bolsa se recuperou com o fim da greve dos caminhoneiros, com os investidores antecipando um pouco a melhora da economia. Além disso, o exterior operou com ganhos, o que também ajuda — disse Luiz Roberto Monteiro, operador da Renascença Corretora. As ações da Vale subiram 4,20%, beneficiada pelos números positivos da economia chinesa durante o feriado. Os bancos, de maior peso na composição do índice, também tiveram alta. As preferenciais do Itaú Unibanco e do Bradesco subiram, respectivamente, 2,25% e 2,43%. Os papéis do Banco do Brasil subiram 0,95%.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Parente era o fiador da retomada da empresa

Gestor de crises, executivo era visto como blindagem da estatal

O engenheiro Pedro Parente sempre foi conhecido entre políticos, executivos de grandes empresas e operadores do mercado financeiro como o melhor gestor de crises do Brasil. Mas, nos últimos 12 dias, viu-se no epicentro de uma crise que paralisou o país. Parente se tornou o alvo preferencial de parlamentares, ministros e políticos da oposição que tentavam fazer da Petrobras a responsável pela greve dos caminhoneiros. Sua chegada à Petrobras, há exatos dois anos, foi amplamente comemorada pelo mercado.

“Acabou a influência política na Petrobras”, afirmou Parente, no dia 1º de junho de 2016, na cerimônia de posse como presidente da empresa.

Ele se tornou, assim, o fiador de uma blindagem da Petrobras, após a estatal ter sofrido perdas bilionárias com corrupção e congelamento de preços. Sob seu comando, a Petrobras renegociou dívidas, lançou um ambicioso programa de venda de ativos, mudou a política de preços dos combustíveis — que passaram a ter oscilações diárias — e voltou a registrar lucro, atingindo no primeiro trimestre deste ano seu melhor resultado desde o início da Operação Lava- Jato. Essa política, no entanto, acabou sendo o estopim para a greve dos caminhoneiros, já que a recente alta do dólar e do petróleo fizeram o preço do diesel subir com força.

‘MINISTRO DO APAGÃO’

Antes de reorganizar as finanças da Petrobras, Parente se tornou conhecido dos brasileiros como o “ministro do apagão”. No auge da crise energética do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001, Parente era ministro-chefe da Casa Civil e foi deslocado do cargo para assumir o comando do gabinete interministerial que coordenou as ações para garantir o fornecimento de energia. Assim, coube a Parente ir a público, em entrevistas coletivas, explicar como funcionaria o complexo sistema de racionamento de energia, que funcionou entre julho de 2001 e fevereiro de 2002. O executivo chegou ao governo como funcionário da área contábil do Banco Central e, no governo Sarney (1985- 1990), assumiu a Secretaria do Tesouro Nacional. Foi secretário de Planejamento do então Ministério da Economia no governo Collor (1990-1992) e, após o impeachment, trabalhou no Fundo Monetário Internacional (FMI) até 1993.

Voltou ao governo como secretário- executivo do ministério da Fazenda, chefiada por Pedro Malan, no primeiro mandato de Fernando Henrique. No cargo, assumiu outra “gestão de crise”: a renegociação da dívida dos estados. No fim do segundo mandato de Fernando Henrique, Parente coordenou a equipe de transição para o governo Lula. Depois de sair do governo, o executivo teve papel de destaque em grandes empresas. Foi vice-presidente executivo do grupo de mídia RBS e presidente da multinacional do agronegócio Bunge. Em abril deste ano, Parente assumiu o conselho de administração da BRF, em meio a uma disputa entre os sócios da companhia. O nome do executivo apareceu como o único capaz de pacificar a empresa. Ontem, as ações da BRF dispararam em meio a rumores de que Parente poderia ser indicado como presidente da empresa.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Martha Beck, Geralda Doca, Letícia Fernandes e Manoel Ventura****Título: Moreira agora diz que ‘política de preços não será mexida’****Ministro de Minas e Energia antes havia cobrado ‘contribuição’ da estatal**

BRASÍLIA - As pressões do governo e seus aliados para mudança na política de preços da Petrobras, que resultaram na demissão de Pedro Parente, começaram antes mesmo do protesto dos caminhoneiros. E se acentuaram nos últimos dias, enquanto o governo buscava uma alternativa para acabar com a greve. Mas, antes disso, a cúpula do governo já se manifestava publicamente sobre a necessidade de a Petrobras praticar uma política de preços mais flexível e com “previsibilidade” — para evitar flutuações diárias — não só no diesel, mas também na gasolina. Em meados de maio, quando chegaram a cinco aumentos seguidos em cerca de uma semana, Brasília intensificou as mensagens de que o modelo se esgotara. Com o avanço do movimento dos caminhoneiros, no dia 29, o próprio Temer indicou que poderia reexaminar a política de preços da estatal. Quando as pressões sobre a Petrobras pareciam ter chegado ao gabinete mais importante da República, o pedido de demissão do presidente da estatal, Pedro Parente, levou o governo a mudar radicalmente de discurso ontem.

‘TEMOS DE ENCONTRAR SOLUÇÃO’

Os ministros mais próximos do presidente, que diziam que os preços dos combustíveis praticados pela estatal estavam “subindo demais”, passaram a defender implacavelmente a política de preços da estatal. — A política de preços da Petrobras é uma política de governo. Ela não vai ser mexida — disse ontem o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**. No dia 18 de maio, antes da demissão de Parente, o mesmo Moreira parecia menos convicto quanto à importância da política de preços. Na ocasião, Moreira afirmou publicamente que os valores dos combustíveis praticados pela estatal estavam “subindo demais”. — É uma questão do governo, mas ela (Petrobras), como elemento importante e fornecedora de um bem fundamental, tem que dar a sua experiência, contribuição e avaliação da realidade para que possamos ter uma política de preço que seja justa — afirmou.

Na última terça-feira, em uma sessão na Câmara, Moreira voltou a falar do tema e citou a necessidade de criar um “colchão” para mitigar volatilidade no preço do combustível. — Temos a necessidade de encontrar uma solução para a prática da Petrobras de buscar no mercado a referência para a composição de seus preços. Na mesma linha de Moreira, já durante a greve, o ministro da Casa

Civil, Eliseu Padilha, afirmava que o presidente estava “preocupado com o aumento constante dos combustíveis”. — O presidente da República, ao convocar a reunião, mostrou-se preocupado com o aumento constante dos combustíveis, e ele gostaria de ver isso resolvido de forma mais palatável por parte dos cidadãos, dos caminhoneiros e dos usuários do sistema de abastecimento dos combustíveis. Vamos tentar agora é ver se encontramos um ponto em que possa ter um pouco mais de controle nesse ponto [preços] — disse Padilha.

NO PALÁCIO, CRÍTICAS A PARENTE

O núcleo duro do governo criticava a política de preços da Petrobras, defendida por Pedro Parente, mas jamais imaginaria que o presidente da estatal pudesse se demitir — reforçando as suspeitas de intervenção governamental na estatal. A reação dos mercados e da classe política à saída de Parente irritou profundamente Temer e seus auxiliares. Passada a surpresa inicial do presidente com o pedido de demissão, não faltaram críticas de interlocutores do Palácio do Planalto ao timing da saída do ex-presidente da estatal.

Auxiliares do presidente reclamaram do que chamaram de “oportunismo” de Parente, que, na avaliação desses auxiliares, “incendiou” o país com a decisão de deixar o governo no momento em que o Brasil deixava para trás a greve dos caminhoneiros, que começou por causa de aumentos no preço dos combustíveis e a discussão sobre a política de preços da Petrobras. — O governo lamentou a saída do Parente e a forma como ele saiu. A atitude dele fica parecendo oportunismo. Mas, ao escolher Ivan Monteiro como o novo presidente da Petrobras, o presidente Michel Temer quis dar um sinal ao mercado de que deve manter a atual política de preços da estatal. Monteiro foi recebido por Temer, Moreira e pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, antes do anúncio.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Eduardo Bresciani, Bruno Góes e Leticia Fernandes

Título: Oposição e políticos da base aprovam mudança

Presidenciáveis defendem nova política de preços de combustíveis

BRASÍLIA - A saída de Pedro Parente da presidência da Petrobras jogou mais gasolina no debate no meio político sobre a política de preços da companhia. Mesmo integrantes da base aliada do governo Michel Temer se manifestaram a favor de alteração na metodologia que permite reajustes diários dos combustíveis. Presidenciáveis também manifestaram seu posicionamento sobre

o tema. O ex-ministro Ciro Gomes, pré-candidato do PDT, comemorou a saída de Parente e defendeu uma mudança na política de preços da companhia: — É preciso exigir que a política de preços que ele impôs seja trocada. E ela não pode ser trocada por nada de demagogia. Apenas o seguinte, hoje estão transferindo o preço do barril de petróleo da especulação financeira para dentro do Brasil, quando o custo da Petrobras é muitas vezes menor do que o custo do petróleo lá fora. Em sua conta no Twitter, Marina Silva, pré-candidata da Rede, afirmou que “faltou sensibilidade” a Parente:

“O ex-presidente da Petrobras pediu demissão, apesar de ter feito uma gestão bem avaliada pelo mercado, mas faltou sensibilidade ao repassar o aumento do preço do combustível direto ao consumidor, neste momento difícil da vida dos brasileiros”. Geraldo Alckimin, presidente do PSDB e pré-candidato, defendeu que a estatal tenha uma política de preço que proteja os consumidores. “O importante é não desperdiçar o trabalho de recuperação da Petrobras. Precisamos definir uma política de preços que, preservando a empresa, proteja os consumidores”, escreveu o tucano no Twitter.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, afirmou que a saída de Parente não é suficiente. “Não basta trocar o entreguista Pedro Parente na presidência da Petrobras. Tem de mudar sua política de preços para os combustíveis e a ofensiva privatista na empresa e na entrega do pré-sal. Tem de recuperar a Petrobras para o Brasil e para os brasileiros”, escreveu Gleisi, em suas redes sociais. Ex-ministro da Fazenda do governo Temer e pré-candidato ao Planalto, Henrique Meirelles disse que Parente deu uma importante contribuição ao país ao resgatar a Petrobras da situação de “quase destruição provocada pelo governo anterior”.

— A companhia tinha perdido as condições de assumir o custo de absorver as eventuais diferenças entre um preço mais estável e previsível e o custo de produção que varia com o preço do petróleo. É preciso criar um fundo de estabilização que amortecia eventuais oscilações no preço do petróleo e seja fiscalmente neutro no longo prazo. A líder do MDB no Senado, Simone Tebet, afirmou que faltou “sensibilidade” a Parente e defendeu que a Petrobras tenha uma política de preços intermediária. “Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: nem os preços subsidiados do passado, mas jamais a liberdade total de preço, sem sintonia com os números da economia — inflação e juros baixos, num período de recessão”, afirmou Simone, em nota, na qual também defende um “gestor político” para a empresa.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que é pré-candidato à Presidência da República, foi um dos poucos a lamentar a saída do executivo do comando da empresa. Segundo ele, a Petrobras só mantém a credibilidade se “colocar um quadro com a mesma qualidade de Pedro Parente”. — (Pedro

Parente) tem muita credibilidade e estava fazendo um ótimo trabalho. (A situação é) ruim para o Brasil — disse Maia ao GLOBO. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), disse que o presidente da estatal precisa reunir visão empresarial, sensibilidade social e responsabilidade política. Após o início da greve dos caminhoneiros, ele criticou reiteradamente a política de preços da estatal.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Letycia Cardoso

Título: Após três anos parado, Comperj volta a contratar

Vagas até agora são poucas, e quem volta vai para função menos qualificada, com salário menor

Três anos depois da paralisação das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) — que foram suspensas em meio a denúncias de corrupção na Operação Lava-Jato e após uma baixa contábil de R\$ 21,8 bilhões no balanço da Petrobras de 2014 —, as ruas de Itaboraí estão novamente cheias. Na terça-feira passada, os primeiros contratados pela empresa que retomará as obras se reuniram para uma assembleia do sindicato local. São, ao todo, 250 operários. Muitos, após uma longa espera, aceitaram voltar ao trabalho por salários bem menores em postos que exigem menos qualificação. No auge das obras, o Comperj chegou a reunir 30 mil trabalhadores. A Petrobras investiu US\$ 14 bilhões no complexo mas, até a paralisação do projeto, não tinha saído da fase de terraplanagem.

No fim de março, a estatal assinou um contrato de R\$ 1,9 bilhão com o consórcio formado pela chinesa Shandong Kerui e a Método Potencial para construir a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), em Itaboraí, que irá processar 21 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial do Município de Itaboraí (Sintramon), Paulo César dos Santos, cerca de 250 trabalhadores foram convocados para essa nova fase. Mas ele se queixa de que a empresa não está priorizando a mão de obra local: — Eles estão trazendo pessoal de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Sul.

DE SOLDADOR A AJUDANTE

Maurílio Costa tem qualificação como operador de tratamento térmico, esmerilhador e soldador. Após três anos desempregado, voltou a trabalhar no Comperj, mas como ajudante, o menor salário de todas as funções: R\$ 1.391,50.

O lixador e esmerilhador Diones Antunes Bacelo está na mesma situação. Após trabalhar no Comperj de 2012 a 2015, foi entregador de água. Agora, conseguiu ser recontratado, mas também para atuar nas obras como ajudante. O soldador Anderson Alves estava desempregado e é outro que se viu obrigado a aceitar a oportunidade de ajudante na Enaval, responsável pela preservação e manutenção de equipamentos no Comperj, recebendo um salário que equivale à metade do que receberia como soldador. — Eu fazia uns bicos de motoboy, mas roubaram a minha moto — contou.

Em nota, a Kerui Método informou que a empresa tem priorizado a contratação de mão de obra local e, até a data de hoje, possui 92% de mão de obra direta da região do Conleste (que reúne cidades do Leste Fluminense), sendo 79% do município de Itaboraí. O recrutamento vem sendo realizado de acordo com a necessidade do projeto. Ainda segundo a empresa, a obra atingirá o seu pico de contratação em meados de junho de 2019, com demanda de aproximadamente 1.300 trabalhadores diretos. Mas, até o fim de 2018, a previsão é de 600 novas vagas. Já a Enaval não se pronunciou até o fechamento desta edição. O presidente do Sintramon acrescenta que as outras empresas que também vão atuar no empreendimento, como Mip Engenharia, Tubovia, Construtora Brasil, Azevedo & Travassos, devem abrir vagas até agosto deste ano, totalizando 5.000 contratações.

Informação que gera esperança em muitos ex trabalhadores do Comperj. Roberto de Souza Gomes, açougueiro em um supermercado de Itaboraí, espera voltar a trabalhar como motorista para ganhar um salário mais alto. Já o encanador industrial Aldo Roque Pereira, que veio da Bahia por causa do complexo petroquímico, acredita que terá a oportunidade de trabalhar na manutenção. Enquanto isso não acontece, há três anos desempregado, ele faz bicos de pintor, ajudante de obra e encanador doméstico. — Eu chegava a ganhar, com hora extra, R\$ 4 mil. Hoje, quando tem algum trabalho, tiro na diária de R\$ 50 a R\$ 150. Tive até que mudar de casa porque não dava conta de pagar o aluguel — conta.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti e Ana Paula Ribeiro

Título: BRF deve antecipar plano de nomear Parente diretor executivo

Conselho da dona da Sadia já planejava indicá-lo em 6 meses

RIO E SÃO PAULO - A saída de Pedro Parente da Petrobras deve antecipar em seis meses os planos da BRF de colocá-lo na direção executiva da maior exportadora de frango do mundo, dona das marcas Sadia e Perdigão. Segundo

fontes próximas à empresa de alimentos, o conselho de administração da BRF — presidido por Parente há um mês — já planejava indicá-lo para o comando da companhia no fim do ano, quando houvesse a mudança de governo. Por isso, os conselheiros não haviam iniciado até hoje o processo de seleção de um novo diretor executivo, cargo vago desde abril, quando José Aurélio Drummond Jr. renunciou em meio à terceira fase da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, e da guerra societária envolvendo fundos de pensão e o empresário Abilio Diniz. Com Parente “desempregado”, conselheiros e acionistas veem como natural que ele assuma a BRF. Os rumores fizeram com que os papéis da BRF fechassem em alta de 9,19%, a R\$ 23,39.

— É uma coisa que já estava prevista para quando houvesse mudança de governo. Por isso que nenhum processo de escolha de um novo CEO foi iniciado. Acredito que é isso que acontecerá agora — disse fonte próxima à BRF. — É um nome muito bom. Primeiro, porque representaria uma definição para a empresa. E, depois, porque se trata de uma pessoa experiente, disciplinada e com muito trânsito na política. A BRF precisa de alguém que entenda como o governo funciona. Para ser indicado à direção executiva da BRF, Parente precisaria ser eleito em reunião do conselho de administração. Segundo um membro do colegiado, avalia-se a convocação de uma reunião para a próxima semana. — Ele será recebido com tapete vermelho — disse este conselheiro, que não quis ser identificado.

EMPRESA FAZ ‘REAValiação’

Caso a indicação de Parente se concretize, a expectativa é que ele renuncie à presidência do conselho. Neste caso, assumiria o posto Augusto Cruz, que hoje é vice. Cruz é ex-presidente do Grupo Pão de Açúcar e ex-presidente do conselho da BR Distribuidora. — O perfil dele é mais de varejo do que de indústria, o que desagradaria a muitos investidores. Mas, com Parente no comando da empresa, entende-se que caberia a ele zelar pela boa governança da empresa, não ditar os rumos operacionais — disse um acionista. — Essa configuração de nomes mostra a ascendência da Petros (fundo de pensão da Petrobras) no processo. São dois nomes deles.

O comando da BRF está sendo ocupado interinamente por Lorival Nogueira Luz Jr. Procurada, a empresa informou que a escolha de um novo diretor executivo continua demandando “uma reavaliação prévia da estrutura organizacional e operacional da companhia, a fim de definir o perfil adequado do profissional que deverá ocupar tal cargo.” “Neste sentido, somente após referida avaliação será iniciado o processo de seleção”, esclareceu, repetindo comunicado divulgado em meados de maio. Parente chegou à BRF em abril quase como um nome de consenso surgido no auge das tensões entre fundos de pensão e Abilio pelo controle do conselho. A sugestão veio de Abilio, que lutava para manter

sua influência na companhia após a rebelião de Petros, Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil) e de outros acionistas menores contra a gestão Abílio, que levou a prejuízo bilionário na empresa.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Postos deverão ter placa com valor do diesel de antes da greve

Preço de 21 de maio será a referência para o desconto de R\$ 0,46

BRASÍLIA - O governo informou ontem que o preço com desconto de R\$ 0,46 no litro do diesel será o valor máximo que os postos poderão praticar nos próximos dois meses. Segundo o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, os postos terão de fixar uma placa com o preço do diesel cobrado em 21 de maio, dia em que começou a greve dos caminhoneiros. Desse preço, disse o ministro, terão de ser descontados os R\$ 0,46. — O teto é o preço do dia 21 de maio, menos R\$ 0,46. Esse é o teto. Abaixo disso, ele (o dono do posto de combustível) trabalha com aquilo que ele quiser — disse o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha. O diesel com desconto já começou a ser vendido pelas refinarias às distribuidoras, informaram os ministros. Depois dos primeiros 60 dias, a Petrobras revisará o valor do litro do diesel e, a partir de então, as revisões serão feitas a cada 30 dias. O governo prevê que, em 72 horas, todos os postos já estejam praticando o preço menor. Aqueles que adquiriram diesel sem desconto e ainda têm o produto em estoque podem comercializar esse combustível sem desconto até o estoque acabar.

SETOR CRÍTICA: ‘SÓ SE TIVER LEI TABELANDO’

Padilha contestou, ainda, os cálculos de entidades de distribuidores de combustíveis que apontavam que a redução do preço do diesel será, na prática, de R\$ 0,41. Essas associações afirmam que os descontos previstos pelo governo serão sobre o óleo diesel “puro”. Mas, no Brasil, o combustível ainda é misturado com 10% de biodiesel. O ministro disse que os distribuidores desconsideram os impactos sobre a base de cálculo do ICMS. Como o valor do diesel será menor, o tributo cai, reduzindo o preço final. — Se nós consideramos 15% de ICMS sobre R\$ 0,46, vai dar R\$ 0,06 (ou seja, será uma redução nesse valor). Então, tem R\$ 0,41 dos 90% do diesel mais R\$ 0,06, ou R\$ 0,47. Mas nós vamos manter R\$ 0,46 (de exigência de desconto), deixar este R\$ 0,01 de folga para que não haja dúvida, não haja discussão com ninguém — explicou Padilha. Ontem, foi publicada uma edição do Diário Oficial da União com uma portaria do Ministério da Justiça com as regras para a fiscalização dos preços nos postos.

As punições para os postos que não repassarem o desconto ao consumidor vão de multa a interdição, informou o governo.

— Vamos ter um disque-denúncia e vamos ter, sim, a nível de Brasil, milhares de fiscais trabalhando nesse sentido — contou Marun. Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares disse que os postos de combustíveis vão trabalhar para repassar o preço ao consumidor. Ele criticou, no entanto, o anúncio de ontem do governo, de prender donos de postos de gasolina e multá-los em R\$ 9 milhões, caso não haja o repasse. — Esse setor já é o mais fiscalizado do país. Nenhum comércio do país tem tanta fiscalização como o posto de gasolina. Eu nunca vi o governo fechar uma farmácia porque a farmácia vendeu um remédio falsificado. Agora, se eu vender uma gasolina ou etanol com um cisco, vão lá e fecham o posto. Então, estamos acostumados com a fiscalização a vida toda. Falar que vai prender dono de posto, só se tiver uma lei no país tabelando o preço do combustível.

WHATSAPP PARA DENÚNCIA DE POSTOS

Também ontem, o governo lançou um número de WhatsApp para que os consumidores denunciem postos que estejam vendendo diesel sem o desconto de R\$ 0,46. “Atenção, caminhoneiro! Este é seu canal para denúncia”, diz a campanha divulgada pelo Palácio do Planalto. Quem vir algum posto de combustível descumprindo determinação do governo poderá mandar mensagem para o número: (61) 99149-6368.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Cássia Almeida

Título: ‘Impossível fiscalizar 40 mil pontos de venda’

Para especialista prática lembra o tabelamento, que já deu errado no país

A obrigação imposta pelo governo de que todos os 40 mil postos do país reduzam o preço do litro do diesel em R\$ 0,46, vai ser impossível de se fiscalizar, dizem especialistas. Os analistas veem na exigência um mecanismo parecido com o tabelamento dos preços, usado no Brasil no auge da hiperinflação como uma tentativa de segurar os reajustes. Sócio da GO Associados e ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner de Oliveira diz que tabelamento é algo que ele nunca viu dar certo, nem na experiência mundial nem mesmo no Brasil nos últimos 30 anos: — O tabelamento, como solução de curtíssimo prazo para atravessar a crise até o fim do ano, pode ser implementado, já que foi acordado. Mas não é uma política consistente. É

impossível fiscalizar 40 mil postos. Os postos terão de expor o preço que praticavam em 21 de maio, dia do início da greve, e depois aplicar a redução de R\$ 0,46. Se não repassar o corte, poderá ser multado em até R\$ 9,4 milhões ou ter a licença cassada.

SUBSÍDIO 'NÃO TEM CABIMENTO'

Oliveira critica o subsídio ao diesel, “algo que não tem qualquer cabimento”, principalmente num país que tem vocação para o biodiesel: — É bom para quem tem Amarok (picape que pode custar até R\$ 180 mil). Uma política completamente maluca que tira de programa social para dar para quem tem Amarok. Uma política que reduz o custo para empresas transportadoras e estabelece tabela de preço mínimo de frete, encarecendo o serviço no Brasil inteiro. É uma excrescência. Para o professor da PUC Luiz Roberto Cunha, que na década de 1970 foi do Conselho Interministerial de Preços (CIP, responsável por determinar as tabelas de preços dos produtos), ao se controlar valores, haverá um repasse dessa conta para a população:

— Não existe almoço de graça, alguém vai pagar a conta. Ou paga o consumidor como contribuinte, paga toda a sociedade pela inflação e pelo risco da desorganização econômica. Mas as decisões têm sido irracionais, de olho nas eleições, em 2019. Como Gesner, Cunha também acha inviável fiscalizar todos os postos do país, apesar de dizer que, se houve redução de impostos, esse corte deveria ser repassado para as bombas: — De qualquer forma, os preços são livres. Essa política pode ser contestada.

RECUPERAÇÃO COMPROMETIDA

Cunha chama a atenção também para incerteza política que está abatendo o setor “mais importante para a recuperação econômica”, que é o de óleo e gás.

— O acordo foi feito numa hora de tragédia, com dez dias de greve de caminhoneiros que parou o país. Aconteceu para baixar a poeira, senão não há fiscal (dinheiro público) e Petrobras que aguenta — diz Cunha. Para Oliveira, controle de preços só é adequado quando há um monopólio natural, como a energia elétrica, aí sim o preço tem de ser estipulado, mas não é o caso do frete: — Frete é demanda e oferta, não tem motivo para ter regulação. Pode estabelecer regras de segurança e qualidade.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Aline Ribeiro E Thiago Herdy

Título: Empresas punidas faturam menos que multas

Transportadoras vão recorrer alegando que motoristas foram coagidos

SÃO PAULO - Quase um quarto das 96 empresas autuadas a pedido da Advocacia- Geral da União (AGU) por obstruir vias durante a greve dos caminhoneiros não tem condições financeiras de pagar a multa de R\$ 400 mil. As 23 microempresas da primeira lista de punições divulgada pela AGU esta semana têm faturamento anual máximo de R\$ 360 mil e pequenas frotas como patrimônio. Para definir a lista, a AGU tomou por base a relação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) a motoristas que estavam parados em rodovias, impedindo o tráfego, durante a greve. O governo não considerou, porém, qualquer avaliação sobre as empresas antes de solicitar a punição ao Supremo Tribunal Federal (STF). Se não fizerem o depósito voluntário da multa nos próximos dias, essas empresas podem ter suas contas e aplicações financeiras bloqueadas, além de ter bens penhorados.

— Tenho só duas placas. Meu motorista foi abordado quando voltava pra casa. Não tinha como ele sair — conta Moises Boesing, dono da Socorro do Mois, microempresa de Harmonia, no interior do Rio Grande do Sul. Ele diz não ter recebido ainda notificação, mas não imagina como fazer para pagar os R\$ 400 mil cobrados pelo governo. Segundo Boesing, o caminhão vale menos de um terço do valor da multa e foi comprado com ajuda de financiamento do BNDES. As parcelas ainda estão sendo pagas. Com apenas um caminhão na garagem, Andrea Riter diz que sua família não fez parte da mobilização dos caminhoneiros, já que prestam serviço para um único fornecedor. — A gente não tem qualquer relação com o movimento. Meu marido estava retornando para casa e não tinha como sair. Não ficou ali por livre e espontânea vontade — disse ela, acrescentando que contratou um advogado para recorrer da multa.

AGU: MULTAS SÃO BASEADAS EM PROVAS

A empresa Tiago Giácomo Nonato e Cia, do Paraná, teve um de seus seis caminhões- frigoríficos multados em R\$ 400 mil. O motorista partiu do Nordeste com uma carga de queijo, descarregou em São Paulo e tentava voltar para casa quando se deparou com um bloqueio na BR-116. Segundo o dono da transportadora, Fernando Maciel Nonato, o motorista não aderiu à paralisação, mas ficou com medo de deixar o bloqueio. Nonato não divulgou o faturamento da empresa, mas afirmou que não é suficiente para pagar a multa. Segundo ele, nenhum de seus seis caminhões está quitado. — Com certeza, vou procurar um advogado e recorrer. Posso ficar o resto da vida trabalhando e não vou conseguir pagar isso — disse.

Em nota, a AGU informou que o pedido ajuizado no STF foi embasado “em vasta documentação comprobatória de descumprimento da decisão do ministro Alexandre de Moraes, que proibiu o bloqueio de rodovias federais, estaduais e

acostamentos brasileiros por caminhoneiros”. O órgão não comentou a inclusão de microempresas na lista de multados. Empresas com recursos suficientes para pagar a conta também pretendem recorrer. O gerente comercial Vanderson Marcondes, da Budel Transportes, de São José dos Pinhais, no Paraná, disse que o governo está “generalizando” e que a multa “não é justa”. Um dos caminhões da empresa, que tem uma frota de 400 veículos e carrega produtos químicos, foi multado em R\$ 400 mil na BR-116. — Nosso motorista ficou parado porque não tinha como andar. Nossos veículos têm câmeras e vamos usá-las na nossa defesa — disse.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Cortes no Orçamento reduzem espaço para investimentos

Com subsídio ao diesel, governo fica com apenas R\$ 120 bi para gastos que não são obrigatórios

BRASÍLIA - Ao remanejar o Orçamento para cobrir o rombo criado pelo subsídio que baixou o preço do óleo diesel, o governo reduziu os recursos disponíveis para demais despesas discricionárias neste ano. São aquelas sobre as quais o governo tem poder de cortar ou liberar dentro do Orçamento, sobretudo investimentos. Para 2018, o governo tem R\$ 129,5 bilhões para esse tipo de gasto. Com o subsídio ao diesel, o dinheiro disponível para esses gastos será menor, em torno de R\$ 120 bilhões. No ano passado, quando as despesas discricionárias somaram R\$ 124,4 bilhões, várias áreas do governo sofreram com falta de recursos e houve suspensão temporária de alguns serviços básicos, como emissão de passaportes.

AINDA SEM RISCO DE PARALISIA

Como o Orçamento tem muitas despesas obrigatórias, o espaço para cortes é pequeno, e o governo acaba sacrificando contas não obrigatórias quando precisa cortar ou criar novas rubricas. Ao criar mais uma despesa discricionária, a do diesel, a equipe econômica reduz a fatia que seria destinada a outros gastos não obrigatórios, como obras e compra de equipamentos. Fontes na equipe econômica dizem, no entanto, que ainda é cedo para falar em um shutdown — quando a máquina do governo para por falta de dinheiro. Entre outros motivos, essas fontes apontam que as receitas de 2018 estão acima do esperado, principalmente devido ao aumento arrecadação com petróleo. Por outro lado, o governo terá de incorporar ao Orçamento riscos como a derrubada dos vetos de dois programas de refinanciamento de dívidas: o de produtores rurais (Funrural) e o Refis para micro e pequenas empresas. Uma

eventual frustração de receitas pode, ainda, obrigar o governo a cortar despesas e se aproximar de uma parada da máquina pública.

O secretário executivo do Ministério do Planejamento, Gleisson Cardoso, diz que não foram retirados recursos dos ministérios para cobrir gastos com o subsídio do diesel. Segundo ele, os recursos já estavam contingenciados e, portanto, os ministérios não tinham autorização para executá-los. Cardoso explicou que parte dos R\$ 9,5 bilhões necessários para cobrir o subsídio no preço diesel serão obtidos mediante o cancelamento de dotações orçamentárias na ordem de R\$ 3,3 bilhões, relativas à reserva para a capitalização de estatais e outros gastos contingenciados. — Nenhum ministério, nenhuma autarquia, nenhuma fundação teve redução no orçamento que já estava liberado. Não há redução do orçamento que já estava liberado para todos os ministérios e órgãos da administração pública federal — disse Cardoso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Parente fora

Troca de comando na Petrobras acentua temores de retrocesso na recuperação da estatal; cumpre agora evitar retorno a controle artificial de preços

Pelos motivos e pelo momento, a saída de Pedro Parente do comando da Petrobras gera efeito inicial desastroso para a imagem da empresa e o que resta da credibilidade do governo Michel Temer (MDB).

Não se trata de endeusar a figura do executivo, nem de imaginar que sua gestão fosse imune a falhas ou excessos. Fato é que, voluntária ou forçada, sua demissão revela a estatal novamente vulnerável a injunções de Brasília

Na véspera via-se o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, a ameaçar com muitas postos que não baratearem o óleo diesel. O que parecia um retorno aos fracassados controles dos anos 1980 era nada mais que um desdobramento da recente interferência na política de preços da Petrobras.

Esta pode, sim, ser debatida e aperfeiçoada. O que houve, porém, foi um congelamento decidido de afogadilho, sob a pressão da paralisação dos caminhoneiros — à qual se somaram sindicatos, entidades patronais, parlamentares e pré-candidatos de diferentes correntes ideológicas.

Nos últimos dois anos, sob a gestão de Parente, empreendeu-se um esforço bem-sucedido para tirar a Petrobras do fosso ao qual fora atirada por uma combinação de investimentos tresloucados, corrupção generalizada e represamento populista de preços.

A estratégia de repassar automaticamente ao mercado doméstico as variações da cotação internacional do petróleo teve papel fundamental na recuperação da empresa, que deixou para trás quatro anos consecutivos de prejuízos.

Entretanto o encarecimento acelerado do produto e a alta também aguda do dólar tornaram por demais amarga a dose do remédio. De súbito o governo se encontrou sem respostas para uma insatisfação que ganhou o apoio da maioria do eleitorado nacional.

Consumado o erro político, cumpre agora evitar o pior. Eventuais ajustes da sistemática de preços não podem significar o retorno a controles irrealistas que, cedo ou tarde, sacrificam o contribuinte.

Há que examinar com seriedade a alta carga tributária incidente sobre os combustíveis, que envolve também os impostos estaduais.

A posição monopolista da Petrobras no refino, além disso, a torna senhora do mercado e alvo da demanda por intervenções de todo tipo. Liberalizar o setor e fortalecer sua agência reguladora seriam medidas na direção correta.

Infelizmente, nada disso se resolverá no curto prazo. Por ora, importa afastar os temores de novos retrocessos na administração da maior empresa brasileira.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Ranier Bragon

Título: O mito do superexecutivo

Ganhou corpo nas últimas semanas a tentativa, aqui e ali, da construção de uma narrativa sobre as supostas eficiência, retidão e resistência de Pedro Parente a toda sujeira que ameaçaria invadir seu gabinete pelas frestas da porta.

Nesta sexta (1º), o executivo anunciou sua saída do comando da Petrobras e acrescentou o epílogo à história: o herói, ao constatar que nem mesmo sua eficiência sobre-humana seria capaz de barrar o avanço dos visigodos, resolveu se recolher e preservar a própria biografia.

Parente assumiu uma empresa deficitária e a entrega, dois anos depois, superavitária. E bota superavit na planilha: R\$ 7 bilhões de lucro líquido no primeiro trimestre do ano.

Se comandasse a empresa da família, mereceria uma estátua na entrada da casa de campo e o rosto estampado em brasões rococó.

Mas o diabo, é sabido, mora nos detalhes. Parente comandava uma estatal dona de um quase monopólio e, em consequência, da definição prática do valor final nas bombas.

E implantou uma política de reajuste — em alguns casos, diários — dos combustíveis baseada na variação do dólar e do preço do petróleo no exterior. Se em nome dos bilhões de lucro da Petrobras alguém está feliz em pagar R\$ 5 pelo litro da gasolina e R\$ 80 pelo botijão de gás — e como diria Buzz Lightyear, tendo o céu como limite —, ótimo. Os caminhoneiros, parece, não estavam.

O país virou de ponta-cabeça, o governo teve que entregar anéis e dedos. Saúde, educação e outras tantas áreas que já iam mal das pernas vão piorar mais um pouquinho.

Até o PSDB, ninho político (ops) de Parente, quer mudanças na sistemática de reajustes. Geraldo Alckmin e Aécio Neves — é, ele ainda se considera apto a apontar caminhos políticos ao país — defenderam um novo gestor que tenha “sensibilidade” ao impacto da política de preços na vida dos consumidores.

Na narrativa citada no início, diz-se que o Brasil não está preparado para uma gestão profissional à Pedro Parente. De fato, não está.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Alvaro Costa e Silva

Título: Cornetando na janela

No auge da paralisação dos caminhoneiros e da crise de abastecimento, a seleção brasileira deixou Teresópolis de helicóptero. Chegando ao Rio, seguiu para o Galeão sob forte escolta policial. Embarcou no avião fretado e tchau, tchau. Não se repetiu a praxe de outras Copas, um jogo de despedida com ingressos a preços populares — quem sabe no Maracanã, o estádio que um dia existiu.

Apesar da arrogância e frieza dos cartolas, ninguém se importou. Se a seleção não dá bola para a torcida, esta também não está morrendo de amores pelo time. O número de ruas enfeitadas com bandeiras ou pintadas e grafitadas em verde e

amarelo é mínimo. Camisetas e bonés estão encalhados nas lojas (os comerciantes ainda não conseguiram zerar o estoque de 2014). A galera tem preferido cornetas e apitos, cuja estridência insuportável é mais apropriada a vaia. E o álbum de figurinhas só atraiu mesmo os marmanjos com saudade de brincar de bafo-bafo.

O desencanto não é para menos. São difíceis de esquecer os escândalos de corrupção na CBF e na Fifa, a ressaca moral com a realização da Copa no Brasil e, sobretudo, “aquela” derrota. Um grupo de torcedores, que não conseguiu ingresso para o único treino aberto na Granja Comary, cutucou a ferida: “Uh! É 7 ai!”

Crescem as comparações entre Tite e Sebastião Lazaroni (o treinador que fez com que a seleção não passasse das oitavas no Mundial de 1990). Exagero. Tite é um estrategista bem melhor, mas, como seu antecessor, peca no uso pastoral da linguagem. O “titês” é herdeiro do “lazarônês”, sim.

Nos comerciais de TV, dribles e gols foram substituídos por frases ditas aos berros pelo garoto-propaganda Tite e por comentaristas realmente técnicos como Anitta e Thiaguinho. Ao ouvir pela enésima vez que “nossa coragem e nossa preparação foram maiores”, a vontade é pegar a corneta (que não tenho) e correr até a janela.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: André Singer

Título: O putsch dos caminhoneiros

No futuro, pesquisadores irão contar como, de fato, se deu o desarme da bomba autoritária que rondou o Brasil na boleia de um caminhão desgovernado entre a manhã da sexta (25/5) e a da terça (28). Na noite anterior às quatro jornadas semicaóticas, a Presidência da República, enfraquecida e acuada, havia feito concessões e firmado um acordo com os revoltosos. No entanto, durante 96 horas nada se mexeu, criando o mais perigoso vazio desde a redemocratização de 1985.

Parada, a nação assistiu grupos condicionarem a liberação das estradas a uma “intervenção militar”. Enquanto a sublevação ganhava o comando do espetáculo, um silêncio sepulcral emanava das instituições. Apenas quando o pior tinha passado, forças políticas saíram da letargia para defender o regime democrático.

No meio da paralisia, o desconcerto era tamanho que cheguei a pensar tratar-se de mera encenação temática para comemorar os 80 anos do putsch integralista contra Getúlio Vargas. Mas diferentemente de 1938, quando tentaram tomar o palácio presidencial à força, os manifestantes de 2018 não gritavam anauê nem usavam o sigma na camisa uniformizada. Contavam, porém, com um candidato a presidente que, em alguns cenários, beirava os 20% das intenções de voto, enquanto Plínio Salgado, líder das tropas de assalto verdes, só chegou a 8,3%, em 1955.

Convém notar, igualmente, que os amais defensores da ditadura não se encontram (ainda) estruturados em milícias com treinamento militar, como ocorria com os integrantes da Ação Integralista Brasileira (AIB). O uso da violência, contudo, vem-se tornando recorrente. Tiros sobre a caravana de Lula no sul, disparos contra membros do acampamento de Curitiba e a pedra que matou um motorista em Rondônia na quarta (30) constituem indícios suficientes.

Também a proximidade entre civis e militares chamava a atenção. Assim como o capitão Olympio Mourão Filho — futuro detonador do golpe de 1964 — era o chefe do estado-maior da milícia integralista, há generais da reserva que apoiam Jair Bolsonaro.

Mas de repente, sem que fosse necessário prender as lideranças do levante, a normalidade começou, lentamente, a se restabelecer. Será que o anúncio, pela presidente do STF, de que em três semanas seria julgada a ação relativa ao parlamentarismo teve algum papel indireto na desmobilização das rodovias? Ou, apenas, como escreveu o jornalista Bruno Boghossian (Folha, 30/5), “os políticos alinhados à farda querem assumir o poder pela porta da frente” (eleições)?

Por ora, ignorantes, fiquemos com a impagável frase de Michel Temer: “Graças a Deus estamos encerrando essa greve”. Só a Deus.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Antes do leite derramado

Painel

Em conversas com pessoas de sua confiança, Pedro Parente, agora ex-presidente da Petrobras, indicou que decidiu deixar a estatal logo após o fim da paralisação dos caminhoneiros para que, com o capital ainda preservado junto ao mercado, tivesse força para impor ao governo Michel Temer a nomeação de um quadro técnico. Alvo de forte tiroteio no universo político, o engenheiro

entendeu que se acabasse demitido por pressão do Congresso perderia o cacife para influenciar sua sucessão.

Corpo ainda quente

O timing de Parente surpreendeu o governo e desagradou ao PSDB, espécie de fiador de sua ascensão ao comando da Petrobras. Fernando Henrique Cardoso mostrou-se decepcionado.

Corpo ainda quente 2

O engenheiro havia avisado que não sairia em meio à crise dos caminhoneiros, dando sinal de que, com o fim do impasse, pularia fora. Ninguém apostava, porém, que ele anunciaria a decisão no dia seguinte à normalização do abastecimento.

Menino de ouro

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, tornou-se figura sagrada para o governo. Sua atuação tem sido constantemente elogiada pelo presidente Michel Temer.

Gabaritou

Auxiliares do Planalto dizem que nesta semana ele foi fundamental para a aprovação de medidas provisórias no Congresso, para a busca de uma saída contábil para o levante nas rodovias e, agora, para a nomeação do substituto de Parente.

A garantia sou eu

Foi Guardia quem fez a ponte entre o Planalto e Ivan Monteiro, o engenheiro que vai assumir o comando da Petrobras.

A garantia sou eu 2

Após o pedido de demissão de Parente, o ministro ajudou na análise de nomes e, quando o governo fechou a escolha de Monteiro, telefonou para o engenheiro, que resistia à ideia de aceitar o cargo. Guardia apresentou os planos do Planalto e prometeu que não haveria interferência na estatal.

Dos nossos

A escolha de Monteiro foi bem recebida pelo mercado. A aposta é a de que, com sua indicação, o governo tenha garantido a recuperação ao menos de parte das perdas em ações da Petrobras. A tese será testada na segunda-feira (4).

Temos pressa

O ministro Moreira Franco (Minas e Energia) encaminhou já na noite desta sexta (1º) ao Conselho de Administração da Petrobras a indicação de Ivan Monteiro à presidência da estatal.

A canoa virou

Os cortes do governo para assegurar a redução do preço do diesel terão impacto nos recursos que seriam destinados por medida provisória para a segurança pública. Aliados de Michel Temer já admitem que o valor — que virá das loterias da Caixa Econômica Federal — terá de ser renegociado.

Sonho de consumo

A ideia inicial era a de que a MP destinasse R\$ 1,2 bilhão para a área — e que importante parte dos recursos bancasse a intervenção federal no Rio.

Ver para crer

Os boatos de que nova paralisação dos caminhoneiros está em gestação e de que já haveria, inclusive, uma mobilização no estacionamento do estádio Mané Garrincha, em Brasília, fizeram uma equipe da inteligência do Planalto ir até o local para filmar o ato.

Cilada, bino

Com o vídeo em mãos, Sergio Etchegoyen descontraiu reunião dos ministros que monitoram o caso. “Há uma frota no estádio. Uma frota de dois caminhões”, disse.

Nem tudo são lágrimas

Há quem tenha conseguido faturar com a paralisação. O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB-SP), que tem cerca de 70 mil seguidores em sua rede social, viu o número de engajamentos nas postagens saltar à média de 120 mil.

De carona

O governador do estado, Márcio França (PSB-SP), foi alvo de fenômeno semelhante. Com 17 mil seguidores, alcançou um engajamento médio de 47 mil durante a gestão da crise.

Tiroteio

Dia triste e de retrocesso para o setor.

A saída do Pedro é o epílogo da história. Ivan Monteiro desponta como a boa notícia

De Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, sobre a troca no comando da Petrobras nesta sexta-feira (1º)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Demétrio Magnoli

Título: A voz do povo

O que o brasileiro diz é que a roda de um caminhão esmagou o sistema político

Decifra-me ou devoro-te! Segundo o Datafolha, 87% dos brasileiros aprovaram o movimento que paralisou o país durante uma semana e 56% defenderam sua continuidade. Ao mesmo tempo, 87% rejeitaram os aumentos de tributos e cortes de gastos públicos necessários para atender às reivindicações do movimento — e 56% avaliaram que o resultado é prejudicial ao “brasileiro em geral”. A “voz do povo” não faz sentido lógico. Mas há método na loucura.

Sondagens sobre a opinião subjetiva a respeito de eventos em curso são investigações complexas. A formulação intrínseca e a contextualização das perguntas têm forte impacto nas respostas. Uma pesquisa do Ideia Big Data, divulgada em O Globo e realizada dias antes, registrou desaprovação majoritária ao movimento (55%). Não há, porém, como fugir ao desafio da esfinge expresso pela contradição interna exposta no relatório do Datafolha. Atrás dela, distinguem-se os contornos da ruína de nosso sistema político.

Greve é o eufemismo destinado a ocultar a precisa natureza de um locaute articulado entre as grandes empresas de

transporte e setores politicamente organizados dos caminhoneiros autônomos. O movimento tornou letra morta o direito de ir e vir, provocou o colapso de atividades essenciais, causou perdas universais irreparáveis. Á primeira vista, sacralizamos o “direito de manifestação” elevando-o ao estatuto de dogma e

aceitando que seu exercício extremado implique a abolição de todos os outros direitos.

De certo modo, absorvemos a pedagogia do lulopetismo, que serve hoje ao bolsonarismo: o “povo organizado”, a corporação, vale mais que a nação.

O “brasileiro em geral” é o povo desorganizado, o cidadão comum. Os “brasileiros em geral” alvos da sondagem do Datafolha, habituaram-se à ideia de que os interesses privados sempre triunfam. Os políticos beneficiam-se de propinodutos subterrâneos. Os empresários, de subsídios oficiais, refinanciamentos de dívidas, contratos superfaturados. Os juízes e promotores, de rendas privilegiadas, como a exorbitância do auxílio-moradia. Se as corporações de fidalgos podem, por que não a corporação dos caminhoneiros, que são gente comum?

No elogio da baderna, avulta uma ânsia por igualdade.

Traçam-se paralelos errados, que contêm grãos de verdade relevante. O maio de 2018 não é, nem de longe, a retomada do junho de 2013. De fato, sob um aspecto decisivo, um evento representa o oposto do outro. “Brasil, é hora de acordar: o professor vale mais que o Neymar” — cinco anos atrás, na Paulista, protestava-se contra a subordinação do bem público ao interesse privado.

Agora, nas estradas interrompidas, exigiu-se o bem privado, às custas da imolação do interesse público. A desoneração da folha das transportadoras, o tabelamento do frete, a contratação de transporte sem licitação, o controle do preço do diesel serão pagos por mais impostos, mais inflação, menos educação e menos saúde. Mas, na percepção da maioria, dessa vez, para variar, triunfou uma “corporação dos humildes”

Somos todos caminhoneiros — eis uma mensagem expressa nas estatísticas do Datafolha.

Os grãos de verdade espalham-se além dessa constatação. Nas “jornadas de junho”, em 2013, o povo nas ruas dobrou a arrogância do governo, estragando a festa nacionalisteira da Copa.

Agora, nas estradas, segundo a interpretação predominante, o governo sofreu uma humilhação inédita, rendendo-se a gente sem sobrenome, sem rosto, sem cargo, sem partido. “Não aceitamos pagar a conta da derrota do governo” — o pensamento mágico, a dissociação absoluta entre causa e efeito, faz parte do raciocínio. Na visão da maioria, o mundo das regras cedeu lugar à regra da força.

O governo acabou? Sim, claro, mas isso é só o óbvio. Na véspera das eleições, o povo está dizendo que a roda de um caminhão esmagou todo o sistema político.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Rodrigo Zeidan

Título: A maldição do pré-sal

Único resultado concreto desse plano foi a quase falência da Petrobras

A descoberta do pré-sal se revelou uma catástrofe. A megalomania do maior plano de investimentos da história da indústria de petróleo é parte da crise atual. Afinal, o único resultado concreto desse plano foi a quase falência da Petrobras e a substituição de parte da sua produção em declínio, a um custo astronômico.

Em 2005, o lucro operacional da empresa foi de R\$ 38,5 bilhões, em dinheiro da época. No ano passado, foi de R\$ 35 bilhões, bem menor que seu custo de capital.

A Petrobras é hoje uma empresa de tecnologia de dívidas profundas. São três os motivos pelos quais estaríamos melhor sem o pré-sal: ecológicos, éticos e de eficiência.

Durante anos, os relatórios da empresa comparavam a Petrobras a Exxon, Shell e BP ignorando as suas verdadeiras referências: Sonangol (Angola), Pemex (México) e PDVSA (Venezuela).

Dentro da empresa, era comum achar que Exxon e Shell não teriam futuro, pois só a Petrobras teria reservas. O plano era "ser uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo". Os devaneios não estavam somente lá.

Durante o governo Dilma Rousseff, estive com diversas empresas no Amazonas, e algumas estavam aumentando as frotas de caminhões, mesmo sem ver nisso uma grande oportunidade. Afinal, em 2012 o governo decidiu reduzir os juros da linha PSI-Finame, do BNDES, para módicos 2,5% ao ano para a compra de veículos pesados.

Vale lembrar que a inflação fechou o ano em 5,84%. Impossível resistir quando o governo suga recursos de toda a sociedade para "premiar" as empresas do seu setor. A exploração do pré-sal é um desastre ambiental, direto e indireto. Os

péssimos controles internos e externos permitiram que recursos vultuosos fossem parar nas mãos de corruptos, dentro e fora da empresa.

Além disso, é fundamentalmente ineficiente, sem nenhum lucro econômico, e ainda diminuiu a competitividade relativa da indústria sucroalcooleira e outras energias renováveis.

Os investimentos no pré-sal e o novo-desenvolvimentismo resultaram num retrocesso institucional. Simplesmente não temos maturidade para desenhar políticas industriais decentes. O ideal seria a empresa fazer somente os investimentos básicos para explorar os poços muito viáveis e se planejar para em 30 a 40 anos não mais existir.

A transição para um modelo de sociedade sustentável não vai se fazer tendo como base a busca pelo aumento da indústria petrolífera. Não somos a Noruega, não temos capacidade de gerir eficientemente uma empresa pública com indicadores sólidos de governança e o equilíbrio entre objetivos públicos e privados.

O petróleo não é nosso, nem das multinacionais. Achar que o pré-sal iria alavancar a posição geopolítica do país chega a ser piada: "Olha lá, palhaços cucarachas corruptos querem pagar caro pra brincar no joguinho de Opep? Vamos rapar os otários".

Quando você é o pato na mesa, não adianta culpar os outros. A megalomania da e para a Petrobras limitou o crescimento de energias alternativas no país.

A princípio, haveria espaço para uma pujante empresa de petróleo enquanto o país faria sua transição para energias renováveis. Mas não temos governança escandinava.

Importar petróleo é bom — nos faz investir em mais eficiência. Ruim é ouvir o discurso arranhado de que o petróleo tem que ser nosso para preservar interesses nacionais.

Pior mesmo é subsidiar gasolina, um completo absurdo. Pelo visto, nossa incapacidade de aprender com erros passados continua intacta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Parente pede demissão da Petrobras e estatal perde R\$ 40 bi de valor de mercado na Bolsa

Nome de consenso para sucedê-lo é Ivan Monteiro, hoje diretor financeiro da estatal

Papéis da companhia despencam no Brasil e em Nova York

Mensagens nas redes sociais convocam caminhoneiros para nova paralisação

Pedro Parente pediu demissão nesta sexta-feira (1º). Para o seu lugar foi indicado Ivan Monteiro, atual diretor financeiro da estatal.

Apesar de diferentes ministros da gestão de Michel Temer insistirem que a política de preços adotada por Parente será mantida, a interpretação geral é que ele sai porque já não é mais possível mantê-la. Segundo a Folha apurou, a proposta de reajuste feita pelo governo representaria uma espécie de intervenção branca na companhia.

Petroleiros comemoraram a saída de Parente. Mas economistas, analistas e investidores, por outro lado, reprovaram a mudança. A avaliação é que a Petrobras volta a sofrer interferência do governo. No Brasil, a companhia encerrou o dia valendo R\$ 40 bilhões a menos.

Na Bolsa de Nova York, papéis da empresa despencaram 15%, com ações negociadas a US\$ 10,11 no fim do pregão - há duas semanas, papéis eram vendidos por cerca de US\$ 17.

O JP Morgan, seguindo o exemplo do Credit Suisse e do Merrill Lynch na semana passada, também rebaixou sua nota para a empresa depois da demissão de Parente. Um comunicado do banco acrescentou que sua saída indica que não há mais um “ pilar robusto de governança ” na empresa.

Em nota, a vice-presidente da Moody's, Nymia Almeida, também criticou a troca de comando, dizendo que isso compromete as melhoras financeiras recentes da estatal. “ O valor da ação vinha melhorando e de repente jogaram tudo pela janela ”, diz John Herrlin, analista do banco Société Générale.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Leia íntegra da carta de demissão de Pedro Parente a Temer

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Quando Vossa Excelência me estendeu o honroso convite para ser presidente da Petrobras, conversamos longamente sobre a minha visão de como poderia

trabalhar para recuperar a empresa, que passava por graves dificuldades, sem aportes de capital do Tesouro, que na ocasião se mencionava ser indispensável e da ordem de dezenas de bilhões de reais. Vossa Excelência concordou inteiramente com a minha visão e me concedeu a autonomia necessária para levar a cabo tão difícil missão.

Durante o período em que fui presidente da empresa, contei com o pleno apoio de seu Conselho. A trajetória da Petrobras nesse período foi acompanhada de perto pela imprensa, pela opinião pública, e por seus investidores e acionistas. Os resultados obtidos revelam o acerto do conjunto das medidas que adotamos, que vão muito além da política de preços.

Faço um julgamento sereno de meu desempenho, e me sinto autorizado a dizer que o que prometi, foi entregue, graças ao trabalho abnegado de um time de executivos, gerentes e o apoio de uma grande parte da força de trabalho da empresa, sempre, repito, com o decidido apoio de seu Conselho.

A Petrobras é hoje uma empresa com reputação recuperada, indicadores de segurança em linha com as melhores empresas do setor, resultados financeiros muito positivos, como demonstrado pelo último resultado divulgado, dívida em franca trajetória de redução e um planejamento estratégico que tem se mostrado capaz de fazer a empresa investir de forma responsável e duradoura, gerando empregos e riqueza para o nosso país. E isso tudo sem qualquer aporte de capital do Tesouro Nacional, conforme nossa conversa inicial. Me parece, assim, que as bases de uma trajetória virtuosa para a Petrobras estão lançadas.

A greve dos caminhoneiros e suas graves consequências para a vida do País desencadearam um intenso e por vezes emocional debate sobre as origens dessa crise e colocaram apolítica de preços da Petrobras sob intenso questionamento. Poucos conseguem enxergar que ela reflete choques que alcançaram a economia global, com seus efeitos no país. Movimentos na cotação do petróleo e do câmbio elevaram os preços dos derivados, magnificaram as distorções de tributação no setor e levaram o governo abusar alternativas para a solução da greve, definindo-se pela concessão de subvenção ao consumidor de diesel.

Tenho refletido muito sobre tudo o que aconteceu. Está claro, Sr. Presidente, que novas discussões serão necessárias. E, diante deste quadro fica claro que a minha permanência na presidência da Petrobras deixou de ser positiva e de contribuir para a construção das alternativas que o governo tem pela frente. Sempre procurei demonstrar, em minha trajetória na vida pública que, acima de tudo, meu compromisso é com o bem público. Não tenho qualquer apego a cargos ou posições e não serei um empecilho para que essas alternativas sejam discutidas.

Sendo assim, por meio desta carta, apresento meu pedido de demissão do cargo de Presidente da Petrobras, em caráter irrevogável e irretratável. Coloco-me à disposição para fazer a transição pelo período necessário para aquele que vier a me substituir.

Vossa Excelência tem sido impecável na visão de gestão profissional da Petrobras. Permita-me, Sr. Presidente, registrar a minha sugestão de que, para continuar com essa histórica contribuição para a empresa — que foi nesse período gerida sem qualquer interferência política — Vossa Excelência se apoie nas regras corporativas, que tanto foram aperfeiçoadas nesses dois anos, e na contribuição do Conselho de Administração para a escolha do novo presidente da Petrobras.

A poucos brasileiros foi dada a honra de presidir a Petrobras. Tenho plena consciência disso e sou muito grato a que, por um período de dois anos, essa honra única me tenha sido conferida por Vossa Excelência.

Quero finalmente registrar o meu agradecimento ao Conselho de Administração, meus colegas da Diretoria Executiva, minha equipe de apoio direto, os demais gestores da empresa e toda força de trabalho que fazem a Petrobras ser a grande empresa que é, orgulho de todos os brasileiros.

Respeitosamente,

Pedro Parente”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Divergências sobre política de preços levam Parente a deixar Petrobras

Segundo a Folha apurou, presidente se opôs a intervenção branca sobre a sua gestão na estatal

Pedro Parente, presidente da Petrobras, pediu demissão na manhã desta sexta (1º), em reunião com o presidente Michel Temer. Para substituí-lo o conselho de administração da estatal indicou como interino o nome de Ivan Monteiro, diretor financeiro.

Temer não apenas aceitou a sugestão como indicou Monteiro para ser sucessor permanente. Pelos trâmites, essa nova indicação deve passar pelo crivo do conselho em uma nova reunião, mas Monteiro já é considerado novo presidente da Petrobras.

Parente estava na estatal desde junho de 2016. Apesar de ter recuperado as finanças e a credibilidade da Petrobras após os escândalos de corrupção investigados na Operação Lava Jato, ele vinha sendo criticado.

No governo e no Congresso desagradava a sua insistência em manter a política de reajustes de preços dos combustíveis implantada durante sua gestão, em julho do ano passado, e que levou a aumentos expressivo no valor do gás de cozinha, da gasolina e do diesel, que culminaram com a paralisação dos caminhoneiros.

Antes mesmo da mobilização nas estradas, Temer já vinha discutindo com Parente a flexibilização da política da estatal diante da alta elevada dos preços para a população. Mesmo assim, o governo diz que Parente se recusava a entender que era preciso dar uma folga. No governo, Parente já era chamado de “cabeça-dura”.

Na avaliação de investidores e analistas a saída de Parente foi interpretada como uma apoio à manifestação dos caminhoneiros e um retorno a velha política, baseada em populismo.

Pesquisa Datafolha identificou que 87% dos brasileiros apoiam o movimento dos caminhoneiros. A conceituada revista inglesa The Economist aborda o tema em sua edição desta semana e diz que viu a reação da população “com perplexidade”.

Segundo a publicação, o que explica o sentimento favorável às manifestações é o fato de que os brasileiros ainda pagam impostos altos e não recebem serviços de qualidade em troca e, devido aos escândalos de corrupção, têm um sentimento de indignação generalizada contra a classe política.

Segundo a Folha apurou, o estopim para o pedido de demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobras foi a percepção de que a política de preços da estatal já está sofrendo uma “intervenção branca” da administração de Michel Temer.

O executivo — que acabou concordando com a redução temporária do preço de óleo diesel para apaziguar os caminhoneiros em greve — percebeu que também teria de aceitar a política de subvenção do governo para gasolina e para o gás de cozinha.

Os efeitos sobre o caixa da Petrobras no médio e longo prazo tendem a ser nocivos. O cenário é que a estatal volte a operar no vermelho. Diante dessa perspectiva, Parente, que foi o responsável por recuperar a Petrobras após o escândalo da Lava Jato e a interferência política do governo Dilma sobre as operações da estatal, preferiu sair.

Segundo pessoas que acompanham o assunto de perto, a “intervenção branca” na política de preços da Petrobras seria feita por um artifício técnico na fórmula de cálculo da subvenção a ser paga pelo governo à estatal pela redução do preço do óleo diesel.

A subvenção será determinada pela diferença entre o preço de referência, definido com base na cotação internacional do petróleo, e o preço de comercialização, que será praticado nas refinarias. Se o preço de comercialização for inferior ao de referência, o governo vai subsidiar até o limite de R\$ 0,30 por litro - acima disso autorizará o repasse.

O embate entre a Petrobras e o Ministério da Fazenda girou em torno do preço de referência. A Petrobras pleiteou o direito de estabelecer ela mesma esse valor, enquanto a Fazenda defendeu que essa é uma atribuição da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A posição do ministério prevaleceu.

Sob condição de anonimato, pessoas próximas à estatal dizem que basta a ANP não repassar corretamente a variação do petróleo para que o governo - que controlaria na prática os preços de comercialização e de referência - determine o tamanho da subvenção conforme sua disponibilidade de caixa.

Além disso, o preço do petróleo no mercado internacional é apenas um dos itens que a Petrobras considera para definir seus preços. Também estão embutidos no seu cálculo variáveis como despesas administrativas, investimentos e margens de lucro. Na prática, a empresa perdeu autonomia na sua política de preços e sofreu um tabelamento indireto.

Auxiliares do presidente Michel Temer dizem que a intenção do governo é manter a atual diretoria e não alterar a política de preços da empresa, muito embora haja forte pressão para isso, inclusive na base aliada do governo.

O ministro Moreira Franco (Minas e Energia) diz que nem ele, nem a Fazenda, nem o presidente Michel Temer fizeram qualquer tipo de pressão sobre Pedro Parente para alterar a política de preços da Petrobras.

“Da mesma maneira que o governo não interfere na política de preços da Shell, da Esso, não vai interferir na política de preços da Petrobras. Posso garantir que sobre esse tema não nenhum tipo de pressão nem minha, nem do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, nem do presidente da República sobre o Pedro”, disse o ministro.

Moreira ressaltou que, o que vem propondo é a criação de alternativas para aliviar o impacto do preço para o consumidor. “O que eu venho propondo — publicamente — é que o governo tenha uma política para mitigar a volatilidade

dos preços dos combustíveis”, explicou, repetindo tese dita em entrevista à Folha.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Igor Gielow

Título: Queda de executivo expõe Petrobras e economia ao populismo

ANÁLISE

Politicamente, a saída de Pedro Parente da Petrobras era inevitável.

O executivo só topou entrar na empresa em 2016 se tivesse carta branca para alinhar suas políticas às do mercado. O problema é que aposição monopolista da Petrobras no refino de petróleo e na definição de preços de combustíveis impossibilita fazer o que Parente fez, a indexação diária à variação do preço internacional da commodity, sem correr enormes riscos.

Enquanto o petróleo estava barato, tudo bem. Bastou subir, e sempre haverá essa ciclotimia, ao mesmo tempo em que o dólar experimentou uma disparada, para a coisa degenerar na greve dos caminhoneiros.

Parente virou o bode expiatório, com até políticos do PSDB ao qual é associado pedindo sua cabeça. Isso, mais a coerência mínima de sair pois seu pré-requisito para trabalhar acabou, selaram a demissão.

Para a estatal, é um risco enorme. Foi a intervenção do governo, histórica e em muitos casos ideológica, que levou a empresa à lona. Políticas intervencionistas e corrupção generalizada são o corolário da defesa da “nossa Petrobras”.

Claro que ajustes tinham de ser feitos, e um otimista pode até acreditar que os meses restantes do velório do governo Michel Temer possam abrigar isso, mas é mais fácil crer na volta da irresponsabilidade.

O próximo presidente acaba de ganhar mais uma pergunta obrigatória pré-eleição. Os sinais pendulares da maioria dos pré-candidatos não foram até aqui animadores, até porque a população ainda considera a empresa uma espécie de bezerro de ouro a ser venerado, como indica a pesquisa Datafolha da terça (29).

Para Temer, há o simbolismo extra da perda de uma pilastra que sustentava aparte ainda respeitada do governo. Sem ele e Henrique Meirelles (ex-Fazenda), que abandonou o naufrágio para tentar aventura presidencial para lá de incerta, sobra no “dream team” que o mercado via na economia um solitário Ilan Goldfajn (Banco Central).

A surra política aplicada na greve ao sucessor de Meirelles, o respeitado técnico Eduardo Guardia, é prenúncio da tentação populista que deverá influenciar o debate eleitoral —e não para melhor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Nicola Pamplona

Título: Diretor financeiro Ivan Monteiro é consenso para substituição

A escolha de Ivan Monteiro para comandar a Petrobras indica que o governo tem percepção de que precisa manter na estatal um nome com apoio do mercado financeiro. Monteiro esteve à frente de ajuste das finanças da companhia após a crise gerada pelo esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato.

A Folha apurou que a indicação foi bem recebida na estatal, por ser sinal de continuidade das políticas em curso. Pelo mesmo motivo, foi criticada por sindicatos que pediam a cabeça de Pedro Parente.

Monteiro foi levado à Petrobras ainda na gestão Dilma Rousseff por Aldemir Bendine, ex-presidente da estatal e do Banco do Brasil condenado em janeiro pelo juiz Sergio Moro por corrupção.

Engenheiro eletrônico, ele fez carreira no Banco do Brasil, onde se tornou o braço direito de Bendine. Na Petrobras, chegou a ser apontado internamente como o principal gestor da companhia, enquanto seu chefe era criticado por passar poucos dias da semana na sede da empresa.

Quando Monteiro chegou na diretoria financeira da Petrobras, em fevereiro de 2015, a empresa ainda enfrentava dificuldades para fechar o balanço de 2014 por resistência dos auditores independentes em aprovar fórmula de cálculo das perdas com a corrupção.

Ele é apontado por analistas como o principal responsável por tirar a Petrobras da encruzilhada em que a empresa estava no início de 2015, correndo o risco de sofrer resgate antecipado de dívidas por falhar em cumprir prazos legais para a entrega de documentos financeiros.

Sob seu comando, a companhia iniciou um programa de gestão de dívidas, empurrando para meados dos anos 2020 parte do excessivo volume de vencimentos, cuja concentração no final desta década chegou a levantar boatos de necessidade de aporte de recursos para evitar a falência.

Além disso, promoveu grandes baixas contábeis em valores de ativos da estatal, considerando o cenário de preços de petróleo mais baixos e revertendo avaliações exageradas feitas quando os processos foram aprovados em gestões petistas.

Ainda com Bendine, deu início ao primeiro grande plano de venda de ativos da estatal, com a meta de vender US\$ 15,1 bilhões entre 2016 e 2018 - o resultado final foi um pouco menor, US\$ 13,6 bilhões.

Com a chegada de Parente, foi convidado a permanecer no cargo, assim com boa parte da diretoria montada por Bendine. Apesar da condenação do ex-chefe, não tem contra si nenhuma acusação de crimes nem na Petrobras nem no BB.

Para os sindicatos de petroleiros, porém, o nome representa continuidade com o que chamam de “desmonte da Petrobras”. “Eles não iriam indicar alguém que não tivesse o mesmo pensamento do que o Pedro Parente. Acho que a política [de venda de ativos] se mantém”, comentou José Maria Rangel, coordenador da Federação Única dos Petroleiros.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anais Fernandes e Ana Paula Ragazzi

Título: Petrobras perde R\$ 137 bilhões em 11 dias

Estatul despenca 15% nesta sexta-feira e, em um dia, seu valor de mercado cai R\$ 40,4 bilhões com saída de Parente

As ações da Petrobras despencaram quase 15% na Bolsa nesta sexta-feira (1º) com o pedido de demissão de Pedro Parente da presidência da estatal.

Os papéis preferenciais (mais negociados) recuaram 14,86%, cotados a R\$ 16,16. Os ordinários (com direito a voto) caíram 14,92%, para R\$ 18,88. As ADRs (recibos de ações negociadas nos Estados Unidos) perderam 14,59%, a US\$ 10,13.

Em um dia, a empresa perdeu R\$ 40,4 bilhões em valor de mercado — quase o equivalente ao valor da companhia brasileira de papel e celulose Fibria (R\$ 39,3 bilhões) —, aponta Einar Rivero, da empresa de informações financeiras Economática.

Desde que teve início a paralisação de caminhoneiros, em 21 de maio, a Petrobras perdeu cerca de R\$ 137 bilhões. Agora, a petroleira vale R\$ 231 bilhões.

“Para se ter uma ideia de grandeza, o valor de mercado do banco Santander Brasil é de aproximadamente R\$ 133 bilhões”, disse Rivero.

Com a queda desta sexta, a Petrobras passa a ser a quarta maior empresa do Brasil — em 10 de maio, havia retomado a liderança em valor de mercado entre as companhias da América Latina.

Apesar de a Petrobras ter um peso de cerca de 12% do Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas da Bolsa, o indicador conseguiu subir 0,63% nesta sexta, para 77.239,75 pontos, segurado pelo bom humor no exterior.

No dia, o Ibovespa ganhou R\$ 14,5 bilhões, segundo Rivero — sem a Petrobras, porém, o valor seria R\$ 54,9 bilhões.

“A Bolsa poderia ter subido mais se a Petrobras não puxasse para baixo”, disse Vinicius Freitas, economista da Ativa Investimentos.

As ações da Petrobras abriram em alta na casa de 2%. Por volta de 11h20, o mercado foi comunicado da renúncia de Parente, e os papéis entraram em leilão —as negociações ficam suspensas por atingirem oscilações máximas.

Quando voltaram a ser negociados, os papéis da estatal reabriram caindo 14%, e chegaram a perder 20%.

“O mercado via com bons olhos a gestão de Pedro Parente, com um histórico de melhor governança e bons resultados operacionais e financeiros”, disse Freitas.

A B3, dona da Bolsa, explica que o procedimento de leilão é previsto pela regulação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) quando um comunicado de empresa de capital aberto é publicado como mercado em funcionamento.

Os analistas estranharam, no entanto, o anúncio da demissão com o pregão aberto: “A gestão dele [Parente] foi marcada por colocar ordem na empresa e caprichar na comunicação com o mercado. Se a Bolsa fechasse às 18h, às 18h10 saía o balanço, quando era época de divulgação de resultados. Agora ele sai numa sexta-feira, emenda de feriado, com a Bolsa aberta?”, reclamou um gestor de recursos.

Ele disse que o susto com o pregão aberto também ajudou a alimentar as perdas, já que na semana passada os papéis saíram da casa do R\$ 26 para ao

redor de R\$ 19, com a expectativa de mudança na política de preços da empresa e a saída de Parente, o que acabou se confirmando.

Desde o início da paralisação dos caminhoneiros, há rumores no mercado de que Parente poderia renunciar, apesar dos esforços do governo e do próprio comando da estatal para garantir que não haveria interferência política nas decisões da empresa.

Em teleconferência em inglês com investidores no dia 24, após anunciar que a Petrobras cortaria o preço do diesel em 10% por 15 dias, Parente afirmou que, se o governo voltasse a controlar apolítica de preços da estatal, teria de encontrar “outra diretoria alinhada a essa decisão”.

“Foi um golpe muito forte, mas de certa forma não foi uma surpresa. Mas a saída dele é uma sinalização muito forte para o mercado de que talvez a Petrobras não consiga permanecer com sua política de preços atual”, disse Bruno Foresti, gerente de câmbio do banco Ourinvest.

Os analistas destacaram a frase “não serei empecilho para que alternativas sejam discutidas” na carta de demissão de Parente.

“As ações da Petrobras agora vão voltar a ser o que eram na época do governo do PT”, afirmou um gestor, referindo-se aos tempos em que a empresa era usada para compor interesses do governo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anais Fernandes e Raquel Landim

Título: Mercado espera Parente na BRF, e ação da empresa sobe

A gigante de alimentos BRF liderou as altas do Ibovespa ao subir 9%, com especulações sobre uma possível ida de Pedro Parente à presidência da companhia. Ele assumiu o comando do Conselho de Administração no lugar do empresário Abilio Diniz.

Dois membros do conselho disseram à Folha, sob condição de anonimato, que gostariam de ver Parente no comando da BRF, mas que ainda não sabem se ele topa.

“Isso é mais especulativo, não acredito que seja rápido assim, que amanhã ele estaria na BRF. O mercado começa a especular em cima disso e tenta ganhar sobre esse fato”, disse Freitas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Investidores nos EUA veem interferência constante do Planalto**

Mudança de comando sinaliza que estatal está aberta a influência do governo ao ceder a pressão para rever preços

O pedido de demissão do presidente da Petrobras devolveu a estatal à estaca zero em sua relação com investidores no pós-Lava Jato.

Visto pelo mercado como um executivo habilidoso, que conduziu a petroleira para fora do buraco nos últimos anos, Pedro Parente deixa um vácuo no comando e a certeza para os acionistas de que a ingerência do Planalto na estatal não deve terminar tão cedo.

Desde o início da paralisação dos caminhoneiros e do anúncio do corte no preço do diesel, o valor das ações da Petrobras despencou cerca de 35%.

O JP Morgan, seguindo o exemplo do Credit Suisse e do Merrill Lynch na semana passada, também rebaixou a nota da empresa depois da saída de Parente.

Um comunicado do banco acrescentou que a demissão indica que não há mais um “ pilar robusto de governança ” na empresa.

Em nota, a vice-presidente da Moody's, Nymia Almeida, também criticou a troca de comando, dizendo que isso compromete as melhoras financeiras recentes da estatal.

“ O valor da ação vinha melhorando e de repente jogaram tudo pela janela. Eles voltaram à estaca zero de novo ”, disse John Eterlin, analista do banco Société Générale, que também rebaixou a nota da petroleira.

“ Acabamos de ver apunhalado alguém que consertava as coisas, e a reação do mercado é desconfiar de quem for entrar no seu lugar ”, afirmou Eterlin.

Ele acrescentou que a saída de Parente é um alerta a investidores, dizendo que os interesses do governo prevalecem sobre os dos acionistas.

“ É ruim para a empresa e ruim para o país ”, disse. “ Pensei que Parente tivesse autonomia e sobreviveria, mas isso mostra que o comando da Petrobras sempre vai estar a serviço do governo, quando deveria haver uma separação entre Estado e Igreja ”, afirmou o analista.

Mas dúvidas sobre a separação de fato entre os rumos da empresa das decisões políticas no país acabam levando a outra separação, afastando investidores de ações da estatal.

Paul Cheng, analista do banco Barclays, disse que a interferência do Palácio do Planalto na política de preços da Petrobras decretou o “fim da lua de mel” com o governo e põe em risco os rendimentos dos acionistas.

“Os recentes eventos que afligem as ações provam que há um alto risco político de investimentos na Petrobras, e seus papéis devem ficar sob pressão até as eleições”, afirmou Cheng, em um comunicado aos investidores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Natália Portinari

Título: Saída de executivo escancara fragilidade da política econômica

Desde maio de 2017, quando foram divulgados os áudios de conversas de Joesley Batista com o presidente Michel Temer e a base aliada no Congresso se retraiu, a agenda econômica do governo tem sofrido sucessivos reveses —dos quais a Petrobras tinha conseguido, até agora, se esquivar.

“O governo sofreu um choque político terrível em maio de 2017 e não se recuperou”, disse o economista Samuel Pessôa, colunista da Folha.

Desde então, bandeiras da gestão emedebista, como a reforma da Previdência e a privatização da Eletrobrás, estão à margem por falta de apoio.

O pedido de demissão de Parente mostrou que a estatal não estava tão blindada. Ruiu a política de preços, que, desde julho de 2017, permite que o custo dos combustíveis flutue com o mercado internacional.

“A saída [de Parente] é o ápice de um processo de deterioração da força política do governo”, disse a economista Ana Carla Abrão Costa.

“A greve colocou o governo contra a parede e foram resgatadas práticas que o governo tinha vindo para mudar, como a interferência política na Petrobras”, afirmou.

Durante a crise da paralisação dos caminhoneiros, o governo afirmou que a ANP (Agência Nacional de Petróleo), e não a Petrobras, determinaria o preço de referência. O valor será a base para o cálculo da subvenção que será paga pelo governo à estatal pela redução do preço do diesel.

Na prática, isso significa que o subsídio pode prejudicar o caixa da Petrobras, o que não agradou Parente. “Com essa jogada, o governo jogou fora o que foi feito nos últimos anos”, afirmou Otto Nagami, professor de economia do Insper.

Na visão de Pessoa, a política de preços poderia ser suavizada para não impactar tanto o mercado interno, mas tem uma razão de ser. “Talvez não precise oscilar com a mesma frequência do mercado internacional, mas ele tem de ser o grande balizador.”

Para o economista Alexandre Schwartzman, não faz sentido argumentar que a empresa deva regular os preços com “sensibilidade social”, como disse Eunício Oliveira (MDB-CE), presidente do Senado.

“Apolítica de preços corrige o fato de a Petrobras ser monopolista”, disse Schwartzman. “Se ela segue o preço internacional, se comporta como um concorrente perfeito.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: É urgente a necessidade de se privatizar não só a Petrobras, mas outras estatais

ANALISE

Roberto Castello Branco Diretor do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento da FGV

RIO DE JANEIRO

AS Crises políticas sempre demandam um culpado. No caso da greve dos caminhoneiros, os políticos e parte da opinião pública elegeram a política de preços da Petrobras, cujo responsável era seu presidente, Pedro Parente. Então, “fora, Pedro Parente” e todos voltamos a ser felizes.

Ninguém se deu ao trabalho de observar que o preço do óleo diesel no Brasil é inferior à média global, US\$ 1,02 contra US\$ 1,07 (dados de 28 de maio da Global Petrol Prices).

O diesel é commodity global e a principal fonte de diferenciação de preços entre países são impostos e subsídios.

Na Venezuela o preço é quase zero, nos Estados Unidos, onde a tributação é baixa, US\$ 0,85 e na Noruega, onde os impostos são muito elevados, US\$ 2,03 por litro.

Em dois anos, os preços de alimentos sofreram forte alta, o que afetou principalmente as famílias mais pobres. Não houve greve, nem protestos, nem foi pedida a demissão de ninguém.

A razão fundamental é que não havia ninguém para culpar, o culpado foi o mercado, uma entidade impessoal.

No caso do diesel, embora seguindo o mercado global, é o comitê de uma única empresa, uma estatal dona de 99% do refino, quem anuncia os preços.

Essa é mais uma razão para privatizar a Petrobras. Precisamos de várias empresas privadas competindo nos mercados de combustíveis.

As pressões sobre o governo para resolver uma situação de excesso de oferta de fretes rodoviários, criada pelo desenvolvimentismo do BNDES, encontraram terreno fértil. Um governo populista, politicamente enfraquecido e num ano eleitoral, foi facilmente capturado.

A greve produziu choque de oferta que afetou toda a atividade econômica.

Vai se processar significativa transferência de renda da sociedade para um grupo de interesse, parte do jogo populista de soma zero. O que acontecerá se amanhã o preço do petróleo chegar a US\$ 100 por barril e/ou o dólar a R\$ 4?

O tabelamento dos preços dos fretes é uma distorção com significativas implicações negativas.

O fato gerador da greve, o excesso de oferta de caminhões de carga, permanece intacto. A intervenção do Estado só contribuiu para agravá-la, pois a demanda por fretes crescerá mais lentamente.

Existe um velho ditado popular que se aplica muito bem a esta situação: “é possível ignorar as leis da economia, mas elas nunca nos ignorarão”.

A crise e a resposta dada pelo governo Michel Temer agravam sem dúvida as incertezas de um ano eleitoral, com repercussões bastante negativas sobre a recuperação da economia.

Uma das lições que se tira desta crise é a urgente necessidade de privatizar não só a Petrobras, mas outras estatais.

É inaceitável manter centenas de bilhões de dólares alocados a empresas estatais em atividades que podem ser desempenhadas pela iniciativa privada, enquanto o Estado não tem dinheiro para cumprir obrigações básicas, como saúde, educação e segurança pública, que até mesmo tiveram recursos cortados para financiar o subsídio ao diesel.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Demissão aumenta pressão por nova política de preços

Governo é cobrado para garantir estabilidade nas tarifas de combustíveis

A demissão de Pedro Parente do comando da Petrobras intensificou a pressão do Congresso sobre o governo para que a política de preços da estatal seja alterada.

Os pedidos para que o Palácio do Planalto anuncie medidas capazes de barrar a volatilidade das tarifas de combustíveis nos postos ganharam força inclusive entre os partidos aliados ao presidente Michel Temer.

Parente era defensor de uma manutenção da política de preços da Petrobras. Desde o fim de 2016, a estatal define as tarifas dos combustíveis com base na variação do valor internacional do barril de petróleo e a cotação do dólar.

A partir de junho do ano passado, os reajustes passaram a ser mais frequentes, podendo ser diários.

O executivo vinha sofrendo críticas no Congresso sob a avaliação de que tinha uma visão estritamente corporativa sobre o tema, sem levar em conta fatores sociais.

Após a confirmação da saída de Parente do cargo, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), afirmou que o comando da Petrobras precisa combinar três fatores: visão empresarial, sensibilidade social e responsabilidade política.

Para Eunício, cabe à agência reguladora do setor tomar medidas em relação aos preços praticados pela estatal.

Ele defende que a planilha de valores da companhia seja aberta para analisar onde é possível fazer reduções. “A ANP deve ter participação mais ativa na formação dos preços dos combustíveis”, defendeu o emedebista.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que Parente tinha “credibilidade” e que a saída dele do comando da Petrobras não deve trazer mudanças na política de preços da empresa.

O democrata ponderou, entretanto, que um controle dos preços precisa ser feito por iniciativa do governo, por meio de medidas tributárias.

“Não deve haver mudança, e sim o governo usar os impostos regulatórios para compensar aumento no preço do petróleo”, afirmou o deputado, ao defender que em situações de alta do petróleo o governo reduza tributos para que o preço que chega ao consumidor fique estável.

Na avaliação da líder do MDB no Senado, Simone Tebet (MS), Pedro Parente foi derrubado “por um lapso de insensibilidade”, já que se recusou a avaliar mudanças na política de preços dos combustíveis. A senadora defende que seja estabelecido um “caminho do meio” para lidar com a situação.

“Nem preço subsidiado ou controlado nem essa liberdade absoluta de preço, como é hoje com o reajuste diário. A gente sabe que não haveria prejuízo nenhum para a Petrobras se fizesse uma média e um reajuste mensal”, disse.

Para o pré-candidato ao Planalto pelo PSDB, Geraldo Alckmin, a saída de Parente não pode “desperdiçar o trabalho de recuperação da Petrobras”.

“Precisamos definir uma política de preços de combustíveis que, preservando a empresa, proteja os consumidores”, afirmou o ex-governador de São Paulo.

A demissão também gerou reação de representantes da esquerda. “Não basta trocar o entreguista Pedro Parente na presidência da Petrobras. Tem de mudar sua política de preços para os combustíveis e a ofensiva privatista na empresa e na entrega do pré-sal. Tem de recuperar a Petrobras para o Brasil e para os brasileiros”, disse a senadora e presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR).

“Pedro Parente, ministro do apagão elétrico do PSDB e ministro do apagão de combustível de Temer, não aguentou a pressão. E caiu fora do governo golpista”, declarou o senador Humberto Costa (PT-PE).

A presidenciável Manuela D'Ávila (PCdoB) afirmou que a “pressão popular botou Parente para fora”. “Agora é mudar esse governo para a Petrobras voltar a estar a serviço do povo”, disse D'Ávila.

O Ministério de Minas e Energia informou que uma mudança na forma como os preços são repassados ao consumidor está em estudo e deve ser anunciada o “mais rápido possível”. O objetivo é garantir que o preço nas bombas de

combustível sofra menos flutuações, ao mesmo tempo em que se garanta a preservação da Petrobras.

De acordo com o secretário-executivo da pasta, Márcio Félix, o modelo ainda não está definido, mas poderia ser, por exemplo, o estabelecimento da flutuação de um tributo.

Dessa forma, se o preço do combustível subisse, o tributo seria reduzido automaticamente, permitindo uma estabilidade no preço final.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Governo Michel Temer derrete ainda mais com a queda de Parente

ANÁLISE

Leandro Colon

A saída de Pedro Parente atingiu de forma negativa as ações da Petrobras, mas a principal consequência de sua queda é óbvia: o enfraquecimento político ainda maior de um governo em processo de derretimento público.

Pressionado por grevistas nas estradas e aliados e adversários políticos no Congresso, Michel Temer não bancou com firmeza apolítica de preços implementada por Parente e que levou a reajustes sucessivos dos combustíveis.

O presidente e seus ministros foram ambíguos na defesa de quem foi escolhido há dois anos para resgatar a empresa do buraco em que se enfiou com os escândalos da Operação Lava Jato.

Parente sentiu que fora abandonado por Brasília e jogou a bomba no colo do governo. Politicamente, o estrago está feito, por mais que o presidente busque um sucessor capaz de estancar a sangria (prática tão recorrente neste governo) na estatal.

Os efeitos da queda de Parente, por exemplo, serão sentidos no Congresso pelas próximas semanas.

Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), trabalharam contra o governo do emedebista não só nos bastidores, mas também publicamente.

Perceberam a incapacidade de reação do Planalto e a dependência explícita do parlamento para segurar as pontas diante de uma crise aguda.

Ao mesmo tempo, ministros de Temer, em vez de colocar água na fervura, fritavam Parente em praça pública.

Eliseu Padilha (Casa Civil) foi o primeiro, ao avisar que o seu cargo era de confiança do presidente.

Em entrevista à Folha, **o ministro Moreira Franco (Minas e Energia)** não aliviou. Ele defendeu uma política permanente a todos os combustíveis (não só para o diesel).

Soma-se a isso uma série de trapalhadas e informações desencontradas divulgadas pelo governo Temer durante essas duas semanas de manifestações que tomaram as rodovias de todo o Brasil.

Fraco, o Palácio do Planalto viveu um dilema até hoje: enfrentar as críticas e sustentar a gestão do homem apontado para presidir a Petrobras ou capitular e ceder. Não fez nem uma coisa, nem outra, direito.

E demorou a reagir. Quando o fez, celebrou um acordo capenga e sem resultado imediato com um grupo de grevistas. Apostou na população como aliada contra os caminhoneiros. Não deu certo. Como mostrou pesquisa do Datafolha divulgada no começo da semana, 87% dos brasileiros apoiavam a paralisação.

Desnorteados, o governo entregou o que podia e não podia mais na noite de domingo (27). A conta caiu no colo do contribuinte.

A queda de Parente só encerra o capítulo de uma novela sobre um governo que já terminou há muito tempo e está à espera de poucos meses que tem pela frente.

Meses que serão turbulentos e imprevisíveis.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Áudios convocam caminhoneiros para novo ato

Áudios e vídeos que circulam nas redes sociais e no WhatsApp tentam chamar caminhoneiros para uma nova paralisação na segunda-feira (4).

Boa parte das mensagens é falsa, de quem tenta se passar por líderes da categoria, ou gravada em dias anteriores ao fim da paralisação e repetidas como se fossem atuais.

Grupos ligados aos motoristas dizem que as reivindicações já foram atendidas e, por isso, não veem motivo para nova paralisação.

O presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Niterói e São Gonçalo, Isac de Oliveira, afirmou que as entidades sindicais decidiram não apoiar nova paralisação.

Segundo Gilson Baitaca, presidente do Movimento dos Transportadores de Grãos de Mato Grosso, que congrega cerca de 500 empresas, todas as entidades representantes de caminhoneiros consultadas nesta sexta-feira (1º) dizem que os objetivos da paralisação foram alcançados, e não apoiam nem referendam os áudios que estão circulando.

Mesmo sem confirmação, os áudios geram apreensão em motoristas que estiveram presos nas manifestações.

Um deles, que ficou na Via Dutra, disse estar confuso em meio às mensagens que chegam e teme ser convocado na segunda para fazer entregas pela transportadora para a qual presta serviços e ficar preso em bloqueios.

Um outro motorista, que teve seu caminhão parado com pedradas na semana passada, na rodovia Régis Bittencourt, disse que não vai sair de casa para não correr riscos.

Lino Pereira, caminhoneiro do estado de São Paulo que participou dos protestos na Régis, disse que vai ficar em casa se o movimento voltar a ganhar força na segunda, como prometem as mensagens que chegaram em seu celular.

“Fiquei descrente, esse país não tem mais jeito. Deu para perceber que o preço mais baixo no pedágio veio, mas nem todo lugar baixou o diesel. Falta reduzir a gasolina, o álcool e o gás”, afirmou.

Dois caminhoneiros autônomos do movimento no Rio disseram que o que sabem é o que circula nos grupos da rede social, de áudios convocando atos em Brasília.

Eles afirmam não ter notícias de mobilização em estradas do estado. Decidiram, portanto, esperar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Andreza Matais****Título: Parente avaliou que iria atrapalhar o governo**

Coluna do Estadão

Quem convive com o agora ex-presidente da Petrobrás Pedro Parente usa uma frase habitual dele para explicar seu pedido de demissão. Para qualquer situação, o executivo sempre disse que era melhor queimar o fusível do que o motor. No caso, ele é o “fusível” e Temer, o “motor”. Com índice de popularidade baixo e o apoio no Congresso se esvaziando no ano eleitoral, o emedebista precisa dar respostas para a população que cobra também a redução do preço da gasolina. Sabendo disso, Parente avaliou que estava atrapalhando, mais do que resolvendo.

» Foi assim...

Parente não deu chance para o presidente Temer pedir que ficasse no cargo. Narra um interlocutor: “Como ele tirou do paletó uma cartinha, não caberia fazer nenhum apelo”. Estava gélido, nervoso e, para alguns, assustado.

» ...não era pra ser.

A atitude recebeu críticas de quem acha que ele deveria ter negociado melhor sua saída. “Parente pensou nele, só nele. O governo, o País, que se dane”, diz um auxiliar próximo de Temer.

» Tranquilão.

Apesar disso, Temer não teria se abalado. “Depois de ter enfrentado dois milhões de caminhoneiros, com diálogo, não iria se desequilibrar com a demissão de um executivo”, garante um aliado.

» Sem opção.

Interlocutores de Parente respondem. Dizem que ele saiu para preservar a Petrobrás por não concordar com medidas que o governo deve tomar para responder às queixas pelos reajustes constantes também da gasolina.

» O cara...

Quando Aldemir Bendine assumiu a Petrobrás, em fevereiro de 2015, as ações da empresa despencaram. Voltaram a subir quando foi anunciado que Ivan Monteiro seria o diretor financeiro.

» ...do mercado.

Mesmo efeito ocorreu ontem depois das notícias de que Monteiro assumiria a petroleira após a demissão de Parente. A bolsa fechou ontem em alta de 0,63.

» Ela?

Solange Guedes, que cuida da área de exploração e produção, é considerada linha-dura, mais do que Pedro Parente. Por isso, assustou alguns a informação de que seu nome foi cotado para a vaga dele.

» Agora vai.

Depois de quatro ministros se declararem impedidos, o processo em que o Tribunal de Contas da União apura superfaturamento no Rodoanel Norte, em São Paulo, ficou sob a relatoria do ministro Walton Rodrigues, sorteado em abril deste ano.

» Tô fora!

Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Aroldo Cedraz e Ana Arraes se declararam impedidos. A auditoria, revelada pelo Estado, já apontou R\$ 55,6 milhões de sobrepreço em pagamentos da Dersa à OAS. O relator autorizou pedido para aprofundar a investigação.

» Gasolina. A CNT pode dar ainda mais razão aos caminhoneiros na segunda, quando divulga estudo sobre acidentes e infraestrutura rodoviária. No documento são apresentados os fatores que contribuem para a ocorrência de acidentes.

» No bolso.

Levantamento da ValeCard, especializada em gestão de frotas, aponta que o preço da gasolina comum variou 173% na greve.

COM NAIRA TRINDADE. COLABORARAM BRENO PIRES, MURILO RODRIGUES ALVES, ADRIANA FERNANDES E ELIANE CANTANHÊDE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: João Domingos****Título: Um País de reféns**

Ao contrário de outros protestos comandados por centrais sindicais e categorias de profissionais, e até algumas tentativas de greve geral – todas fracassadas –, o movimento dos caminhoneiros não só paralisou o Brasil, infernizou como pôde a vida das pessoas e causou ao País e seus cidadãos prejuízos de dezenas de bilhões de reais (prejuízo que continuará a ser pago pela sociedade até não se sabe quando).

Tal movimento trouxe ainda uma inovação, perigosa inovação: um embrulho contendo reivindicações econômicas junto com a derrubada do governo. Um governo constitucional, é preciso dizer. Pode até ser acusado pelo PT e partidos próximos de ter se beneficiado de um golpe parlamentar, pois o vice, do MDB, de fato assumiu o lugar da titular.

Mas isso é uma questão a ser resolvida entre eles, velhos parceiros. Em termos legais, cumpriu-se o que a Constituição determina: em caso de impedimento do presidente, assume o vice. Tudo isso que foi escrito nessas primeiras linhas diz respeito aos partidos, às suas velhas rixas, suas rasteiras e sua previsibilidade. O que aconteceu no movimento dos caminhoneiros foi diferente.

E por isso mesmo deve ser olhado com muita atenção pelos políticos, candidatos à Presidência e dirigentes das instituições que formam os pilares do Estado Democrático de Direito. Quem pediu a destituição de Michel Temer e o fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional não foi um partido político. Foram vozes pertencentes a pessoas que encheram o saco dos políticos, dos ministros do STF, do presidente da República, da democracia.

E que acham que só um regime de força pode fazer alguma coisa por eles. Daí, a insistência intervencionista, as faixas pela volta dos militares ao poder, o desprezo pelo direitos coletivos, o desrespeito às decisões colegiadas. O pensamento não é novo, pois as tendências autoritárias existem desde que o mundo existe.

O novo é a forma de organização, montada a partir das redes sociais e sem um comando aparente. Em vez das palavras de ordem que costumam animar militantes de organizações políticas, sociais e sindicais em manifestações na Esplanada dos Ministérios, na Avenida Paulista ou na Cinelândia, o grito do movimento dos caminhoneiros soou a partir do ronco do motor.

Cada jamanta se transformou numa arma. E o País, governo, sociedade, todo mundo se tornou refém. Que lição se pode tirar de um movimento capaz, esse sim, e não a CUT e assemelhados, de fazer a greve geral? Em primeiro lugar, é preciso que as autoridades prestem atenção nas mudanças que ocorrem no mundo e dialoguem. Sabe-se que por duas vezes a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) pediu audiência ao governo federal para fazer suas legítimas reivindicações.

Sem êxito. O diálogo, fundamental na democracia, foi ignorado. Em segundo lugar, qualquer um que tenha o desejo de chegar à Presidência da República precisa entender que no passado os dirigentes brasileiros cometeram um terrível erro de estratégia, ao concentrar o sistema de transporte nas rodovias.

É uma armadilha que sempre vai pegar o governo, seja qual for, caso caminhoneiros decidam por bloquear estradas. Só é possível sair dessa armadilha se, mesmo com atrasos, voltarem os investimentos em outros sistemas de transportes, como o ferroviário e o aquaviário. Sem saída diante do caos, o governo brasileiro capitulou. De todas as formas.

Diante dos caminhoneiros, com medidas que, para compensar os subsídios ao diesel obtido pelo movimento que parou o País, vão retardar pesquisas em inovação. E diante da união esquerda/direita pelo controle da Petrobrás, levando ao pedido de demissão do presidente da empresa, Pedro Parente. O mundo muda. Os velhos costumes políticos, não.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Karin Sato e Fátima Laranjeira

Título: Broadcast de olho nas ações

Analistas buscam ações defensivas para minimizar a volatilidade

Os analistas promoveram alterações em suas carteiras buscando maior defesa dos investimentos, de forma a minimizar a exposição à forte volatilidade dos mercados. O noticiário negativo sobre a greve dos caminhoneiros atingiu toda a Bolsa, com o Ibovespa caindo 2,10% na semana, além da Petrobras, afetada pelo congelamento do preço do diesel e, ontem, pela saída do presidente da empresa, Pedro Parente.

Para Sergio Goldman, analista da Magliano Invest, a paralisação dos trabalhadores e a possibilidade de outras categorias pressionarem o governo aumentam o risco político que já era alto pelas incertezas ligadas ao resultado

das eleições de outubro. “Com isso, pensando em uma carteira de ações para o médio/longo prazo, sugeriria uma estratégia mais defensiva”, disse.

Mário Mariante, chefe de análise de investimentos da Planner, afirma que as decisões do governo frente à greve mudam a tese de investimento na bolsa brasileira. “Elas trazem algum nervosismo no curto prazo, mas ainda é cedo para dizer se o mercado como um todo vai sofrer”, afirmou.

Neste cenário, Petrobras, como era de se esperar, foi uma das ações retiradas das carteiras, como no caso da Guide Investimentos e Santander. A Guide mudou, além da estatal, Gerdau e Itaúsa, e incluiu Suzano, BB Seguridade e Telefônica Vivo, consideradas mais defensivas.

“Dada a crescente interferência política, vínhamos mais céticos quanto ao desempenho da Petrobras no curto prazo. Foi justamente isto que nos levou a retirar a empresa das recomendações da nossa carteira Top Picks para junho, que divulgamos horas antes da saída de Parente vir à tona.” O Santander substituiu a petroleira por Energisa.

“No início de março revisamos nossas expectativas para a Energisa, colocando-a como nossa preferência no setor de energia elétrica em 2018”, afirmou a equipe de análise. “O bom histórico da companhia (redução de perdas e melhora nos parâmetros de qualidade) somado à proteção do business pela inflação fazem da Energisa uma opção mais segura para quem quer exposição a sólidas taxas de crescimento”, destacou.

O BB Investimentos incluiu Raia Drogasil, IRB Brasil Re, Santander Unit e Suzano. A equipe ressaltou o perfil defensivo do ressegurador IRB e, sobre a Raia, lembrou que, depois de supermercados, as farmácias devem ser os estabelecimentos mais visitados pelos consumidores visando a reposição de produtos, após a greve dos caminhoneiros.

“Adicionado a isso, a Raia Drogasil possui perfil contra-cíclico frente ao cenário de incertezas para a performance da bolsa. Por fim, destacamos que o papel segue sendo negociado abaixo de seus múltiplos históricos.” Já a Planner retirou MRV e incluiu a Arezzo. Segundo Mario Mariante, a opção veio pela forte desvalorização de 18,4% em maio, que abriu oportunidade de compra para a ação.

“O desempenho da companhia no primeiro trimestre ficou dentro das expectativas, com sua administração passando uma perspectiva positiva para os próximos trimestres.” A Terra colocou Cosan, destacando que é um dos maiores distribuidores de combustíveis do Brasil. “As ações passaram por forte

realização nos últimos pregões e recomendamos uma entrada na compra neste nível de preço atual para um cenário de curto prazo.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor:

Título: Mercado ainda vê Ibovespa em alta, apesar da crise

Broadcast termômetro bolsa

Apesar das turbulências no cenário doméstico nos últimos dias, a maioria dos participantes do Termômetro Broadcast Bolsa segue vendo alta para o Ibovespa na próxima semana. A pesquisa tem por objetivo captar o sentimento de operadores, analistas e gestores para o comportamento do índice na semana seguinte. De acordo com o levantamento, 47,83% dos participantes esperam avanço, ante 48,15% na pesquisa da semana passada.

A fatia dos que acreditam em baixa recuou fortemente ante a sondagem anterior, de 40,74% para 17,39% do universo total. Por outro lado, os que têm expectativa de estabilidade agora representam 34,78%, de 11,11% no Termômetro anterior. O principal índice do mercado de ações brasileiro apurou perda semanal de 2,10% . Após a notícia sobre o pedido de demissão do presidente da Petrobras, Pedro Parente, ontem pela manhã, o mercado agora deve reagir à confirmação de que o vice-presidente da estatal, Ivan Monteiro, assumirá o cargo.

No centro do debate, está a condução da política de reajuste de preços da estatal, que está sob pressão por mudanças depois da greve dos caminhoneiros. As ações da Petrobras encerraram a sexta-feira com perda na casa dos 13%. Já a agenda de eventos e indicadores é mais restrita na semana que vem.

No Brasil, os destaques são a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) de abril, na terça-feira, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de maio, na sexta-feira, ambos a serem divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No exterior, haverá vários indicadores econômicos na China, como de inflação e comércio exterior. Na Europa, será conhecido o Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro do primeiro trimestre, na terceira estimativa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Colunas**Autor:** Adriana Fernandes**Título:** Brincando com fogo

É impressionante o estrago causado pela greve dos caminhoneiros, que deixou todo o País refém, colocou em xeque o próprio governo, reverbera para outras áreas e está longe de uma solução a curto prazo. A queda de Pedro Parente – uma reivindicação explícita da meteórica “greve” dos petroleiros – foi apenas a face mais exposta da fragilidade do governo Temer. Um governo que, aliás, parece estar brincando com fogo em sua política para a Petrobrás.

A explosão que pode vir daí é fácil de prever. O governo dá mostras claras de estar se desminlinguindo e é difícil imaginar de que forma chegará ao final dos sete meses que lhe restam. Parente preferiu pular fora a ter de concordar com alternativas alinhadas basicamente à questão da sobrevivência do governo federal. Se outros integrantes seguirem pelo mesmo caminho, o que restará ao governo? Nas últimas semanas, algumas concepções sobre as quais a equipe econômica parecia inflexível começaram a ser “flexibilizadas”.

Não há como negar esse ponto. O medo de todos eles é que a insatisfação popular ganhe força, desestabilizando ainda mais o governo. Esse cenário assombra o Palácio e as lideranças do Congresso. O substituto de Parente nem tinha sido anunciado oficialmente e **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, divulgava nota oficial justamente para informar que grupo de trabalho tinha sido criado e se reunido nesta mesma sexta-feira de alta temperatura para discutir um colchão amortecedor de preços para todos os consumidores.

Não só os caminhoneiros. Apontado como um dos defensores da saída da demissão de Pedro Parente e de mudanças na política de reajuste de companhia, Moreira não só marcou posição como fez questão de antecipar reunião na segunda-feira com representantes do Ministério da Fazenda. Moreira, o Palácio do Planalto e os políticos aliados querem uma solução rápida para outras demandas populares que ganham força no rastro do acordo negociado com os caminhoneiros: gás de cozinha e gasolina em queda para todos os brasileiros.

Tudo isso sem parecer que a política da Petrobrás mudou e de que foi feita uma intervenção na empresa. A ideia de formação de um colchão com a criação de um fundo estabilizador formando com recursos de um imposto flexível – que cai em momentos de alta de preços dos combustíveis e sobe quando há queda – não é nova. Mas ganhou os holofotes nos últimos dias com o ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, como porta-voz.

O modelo não é fácil de ser implementado em períodos de ajuste das contas públicas, sem espaço para perda de arrecadação e tolerância zero da população para alta de impostos. A formação de um grupo de trabalho para discutir a criação desse colchão nada mais é do que um pano de fundo para justificar a concessão de novos subsídios. Mas de onde virá o dinheiro? Governadores fugiram do debate. Nenhum deu as caras na capital para buscar uma solução, mesmo como ICMS – o principal tributo estadual – ser o de maior peso na formação de preços dos combustíveis.

A questão ficou mesmo no colo do governo federal. O problema passou a ser o de encontrar mais recursos adicionais, além dos R\$ 13,5 bilhões destinados ao subsídio do diesel, num Orçamento que está amarrado não só pelo lado de receitas como também pelo teto de gasto que chegou ao limite. A solução dada ao subsídio do diesel, bancado com crédito extraordinário, veio a calhar.

Esse tipo de dotação de despesa fica fora do teto. Por isso, a movimentação para buscar as receitas extraordinárias para financiar num primeiro momento um subsídio maior a todos os combustíveis. É nesse contexto que o acordo da cessão onerosa do pré-sal mais do que nunca passou a ser urgente para garantir um caixa gordo ao governo.

É REPÓRTER DO BROADCAST

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Tem lógica

Direto da fonte

Aos que ontem criticaram Pedro Parente por ter anunciado seu pedido de demissão no meio do pregão da manhã na BM&F Bovespa, logo após o término de seu encontro com Temer em Brasília, vai informação de fonte credenciada da Petrobrás: o agora ex-presidente planejou a saída (teria tomado a decisão quarta-feira, mantendo-a em sigilo) e conseguiu surpreender o governo. Caso Parente tivesse pedido mudança do horário da audiência, marcada para as 11h – conforme disponibilidade da agenda do presidente da República – para algo como 9h da manhã ou 18h, acredita-se que haveria... perigo de vazamento.

Tem lógica 2

Por outro lado, quem conhece Parente levanta a possibilidade de ter acontecido algum fato novo que o levou a tomar a decisão somente durante a conversa com Temer. Ao ouvir um não à questão central, ele teria deflagrado o processo de demissão, que já estava em stand by.

Tem lógica 3

O fato é que o preço da ação da Petrobrás estava subindo 4% na Bolsa, ontem, quando o comunicado sobre Parente saiu. Despencou 16% em menos de uma hora. Isto é, 25% do valor da estatal evaporou em 60 minutos.

Tem lógica 4

Consultada sobre a questão de o fato relevante ter sido emitido com o mercado aberto, a CVM disse que “acompanha e analisa as informações envolvendo participantes do mercado tomando medidas cabíveis quando necessário”.

Tem lógica 5

A saída de Parente iniciou processo de dúvida sobre a permanência de Wilson Ferreira na Eletrobrás. Ferreira tinha aceito o convite de Temer animado pela indicação do amigo na Petrobrás. Conforme adiantou a coluna ontem no Broadcast, Ferreira fica. Ontem mesmo Temer mandou ao Congresso, em regime de urgência, o PL 305 – que restabelece as condições de privatização de seis distribuidoras de energia.

Tem lógica 6

O Palácio do Planalto só enviou o nome de Ivan Monteiro como sua indicação para a presidência interina da Petrobrás – como antecipou a coluna no Broadcast – quando teve certeza que ele não recusaria o convite.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Mais uma vitória do atraso

O Brasil sofreu uma baixa muito importante na guerra que as forças do atraso travam contra o País. A demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobrás, nas circunstâncias em que se deu, não é apenas a perda de um valoroso colaborador do governo, mas principalmente representa o triunfo dos que parasitam o Estado e sabotam todos os esforços daqueles que trabalham duro para impor alguma racionalidade à administração dos escassos recursos públicos.

Fossem as coisas diferentes, o governo não aceitaria a saída de Parente, cuja retidão moral e capacidade profissional não serão encontradas em quase nenhuma sala do entorno da Presidência da República. Parente foi responsável pela notável recuperação da Petrobrás, que havia sido destroçada pelos governos lulopetistas.

Naquela trevosa época, recorde-se, a estatal foi entregue à mais desbragada rapinagem do PT e de seus cúmplices, resultando no famigerado petrolão. Mas engana-se quem pensa que esse foi o pior legado da dupla Lula da Silva-Dilma Rousseff no que diz respeito à administração da Petrobrás.

A estatal transformou-se na petrolífera mais endividada do mundo, à beira do colapso, quando passou a funcionar como máquina de dinheiro para financiar o populismo do PT, que se manifestou tanto na forma de subsídio para os combustíveis como na participação da Petrobrás em empreendimentos controvertidos e mal planejados. O pressuposto era que o papel da Petrobrás – “estratégico”, como não se cansam de dizer os empulhadores – era servir como motor do desenvolvimento nacional.

O tal desenvolvimento não veio – em lugar disso, o que essa política doidivanas gerou foi a ruína da maior empresa do País. Diante desse quadro, tornou-se óbvio que a única maneira de sanear a Petrobrás era impedir que os interesses políticos continuassem a ditar os rumos de sua administração – e não foi por outro motivo que Parente exigiu total autonomia para aceitar o convite do presidente Michel Temer para assumir a Petrobrás, em junho de 2016, logo após o impeachment de Dilma Rousseff.

Munido dessa liberdade de ação, Pedro Parente pôde implementar uma administração austera e dinâmica, que em pouco tempo reequilibrou as finanças da empresa, por meio da venda de ativos e, principalmente, de uma política de preços que dispensava os subsídios, por respeitar as variações de mercado. A greve dos caminhoneiros, contudo, colocou essa política na berlinda, pois a principal reivindicação do movimento era o restabelecimento do subsídio.

Diante da hesitação do Palácio do Planalto, que tremeu em razão das consequências de uma greve que nem conseguiu prever nem soube conter, Parente ainda fez o que pôde para que o governo ganhasse tempo para negociar um acordo – que, ao final, se revelou uma verdadeira capitulação ao movimento paredista. Em sua carta de demissão, Parente dá a entender que a decisão do governo de restabelecer o subsídio, sem dar suporte firme para manter a política de preços por ele implementada, foi o fator preponderante para sua saída.

“Diante desse quadro, fica claro que a minha permanência na presidência da Petrobrás deixou de ser positiva”, escreveu ele. Ao aceitar a demissão de Parente, o presidente Michel Temer também deu uma vitória aos petroleiros que haviam deflagrado uma greve política, na qual exigiam justamente a saída do executivo. E nem é preciso dizer que a decisão foi celebrada por todos os que trabalham incansavelmente em favor do subdesenvolvimento travestido de “justiça social”.

“Já vai tarde”, disse Guilherme Boulos, candidato a presidente pelo PSOL. “Era o que a sociedade esperava”, declarou o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). “Finalmente!”, tuitou o PT. Enquanto o governo perde quadros de imenso valor como Pedro Parente – e, antes dele, Maria Sílvia Bastos Marques, que deixou o BNDES depois que o governo lhe sonegou apoio contra os que sabotavam sua política de reorganização do banco –, personagens notórios mais por escândalos que por capacidade administrativa continuam prestigiados no Palácio do Planalto.

Nada disso augura um bom futuro nem para o governo nem para o País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Espaço Aberto

Autor: Michel Temer

Título: A democracia real

No episódio da greve dos caminhoneiros o governo federal praticou plenamente o diálogo para solucionar grave impasse social que poderia trazer imenso prejuízo ao povo brasileiro. Muito maior do que os já registrados. Houve conversas permanentes com os manifestantes. Ao fim da paralisação, temos um resultado de retorno à normalidade sem que tenha havido, da parte do Estado, nenhum ato de agressão ou violência contra os grevistas.

Se houve excesso de algum manifestante mais exaltado ou de empresários que tentaram tirar proveito do episódio, o governo tinha as forças federais e a lei para usar. Nesses casos, demandou o Judiciário, conseguiu decisões favoráveis, aplicou multas pelas infrações cometidas e impôs a ordem. Prendeu somente quem cometeu crimes com abundância de provas. Usou somente a força federal ostensiva para dissuadir piquetes e bloqueios.

Sempre agiu com autoridade, nunca optou pelo autoritarismo. Talvez alguns quisessem cenas de espancamento e arbitrariedade. Chegaram a pedir a quebra dos princípios democráticos. Este governo usará de todos os meios para evitar danos à imagem da nossa democracia. Este é um Gabinete forjado no respeito ao contraditório, na capacidade de ouvir, de respeitar seus interlocutores.

Mesmo aqueles que não o entendem terão oportunidade de expressar suas opiniões.

Não serão violentados, não serão desrespeitados. Diálogo e autoridade são marcas fundamentais deste governo. E foi com elas que, durante a manifestação dos caminhoneiros, garantimos a lei e a ordem. Chamamos as forças envolvidas na área de segurança: Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Força Nacional, Exército, Marinha e Aeronáutica. Elas se impuseram pela autoridade e na defesa dos princípios constitucionais.

Foram aos pontos de bloqueio ou de aglomeração e os desmobilizaram sob o manto legal. A Advocacia-Geral da União acionou o Supremo Tribunal Federal, que decidiu em favor da ordem, em favor do País. Agimos todo o tempo em consonância com as instituições do Estado de Direito. E por que o fizemos? Simplesmente porque a conta maior acabaria sendo paga pelo povo, principalmente os mais vulneráveis, os mais carentes.

Inflação de preços, ausência de serviços médicos, impossibilidade de transporte afetam muito mais a base da nossa pirâmide social. E isso nós não poderíamos aceitar. Estávamos preocupados, sim: com o povo que ficou sem o direito de ir e vir, sem alimentos ou medicamentos. Liberamos todas as estradas, acessos aos portos foram restaurados, aeroportos foram abastecidos, centrais de distribuição de alimentos receberam seus carregamentos, aos hospitais chegaram medicamentos.

Estamos voltando à normalidade sem o registro de nenhuma violência, sem incidentes criados pelo Estado. O que se registrou foram atos de pressão e força de uma minoria de manifestantes, com a lamentável perda de uma vida humana em Rondônia, num ato de barbárie que não se justifica. Assim é a democracia de fato, real e concreta. Nada de autoritarismo.

Alcançam-se acordos indo ao limite máximo da negociação. Tivemos a compreensão do momento delicado por que passa uma categoria que se mostrou essencial à vida do País. A ela dedicamos nosso tempo para atender às reivindicações. Aprovamos no Congresso Nacional as medidas para pôr em prática os termos negociados. O Senado atendeu à nossa convocação em tempo recorde.

Votou a reoneração e permitiu que encontrássemos os recursos orçamentários para cobrir as despesas extras. Nesse particular registro que também dialogamos muito com a Câmara e o Senado e deles tivemos integral apoio. Fizemos isso sem causar perdas e danos às políticas que recuperaram a Petrobrás ou ameaçar a sua recuperação econômica, fato que é notável em dois anos de mandato.

Mantivemos intactos os compromissos assumidos com a empresa e com o povo brasileiro. A conta foi assumida pelo Tesouro Nacional porque concluímos que manter o País na paralisação provocaria prejuízos muito maiores, incomensuráveis. Poríamos em risco nossa economia, nossa imagem internacional, vidas de brasileiros, o abastecimento de itens básicos para toda a população e o futuro de milhões de trabalhadores. O governo tinha de decidir.

Não podia fugir à sua responsabilidade. E decidi em favor do Brasil e do nosso povo. Houve toda uma equipe de governo dedicada, com vigor, a solucionar a paralisação. Durante dias, ministros, auxiliares, policiais, assessores e técnicos trabalharam intensamente. Dialogaram, monitoraram, criaram novas formas de acompanhar um movimento único em nosso país (jamais uma ferramenta digital, como o WhatsApp, havia sido usada para conseguir tal mobilização e tamanho resultado, com liderança difusa e diversa oculta sob as comunicações das redes sociais).

Trabalharam dias inteiros sem interrupção, até mesmo nos fins de semana, para debelar uma das mais preocupantes crises já ocorridas no País. Fizemos tudo pelo caminho do diálogo e criamos interlocução respeitosa e digna com os caminhoneiros. Sempre buscamos o equilíbrio entre os interesses da categoria e do País. Por dialogar, o governo tem sido impropriamente apodado de fraco.

Por ser democrático, tem sido criticado. Lembro que, na falta de diálogo, há o império do monólogo: a crítica não tem espaço, a censura fala mais alto que a liberdade de se expressar. É estranho que, nos tempos das redes sociais, da conectividade e da internet, tantos usem essas ferramentas para buscar os caminhos que levam ao silêncio, ao arbítrio, à tirania. Mesmo que essa onda exista, o governo remarará contra a corrente. Continuará aberto ao entendimento e defendendo a democracia.

Continuará a buscar sempre os caminhos institucionais para solucionar conflitos. Do caminho da lei e da ordem o meu governo não sairá jamais.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Pressão política leva Pedro Parente a deixar presidência da Petrobrás

Desfecho da greve e novas interferências nas decisões da estatal levaram à demissão; diretor financeiro Ivan Monteiro assume o cargo

Pressionado a aceitar interferências políticas nas decisões da Petrobrás, Pedro Parente deixou ontem o comando da estatal após dois anos à frente da empresa. Com uma solução interna, o executivo será substituído por Ivan Monteiro, atual diretor financeiro. Parente apresentou, ontem, sua carta de demissão ao presidente Michel Temer.

Com o fim da greve dos caminhoneiros, após 10 dias de paralisação, e a decisão do governo de congelar o preço do diesel, Pedro Parente percebeu que seria alvo de mais pressões pela frente: para reduzir os preços da gasolina e do gás e ceder nas negociações com a União em torno do leilão de barris de petróleo excedentes do pré-sal. Segundo fontes próximas à empresa, o desgaste de Parente já era nítido.

Entre os membros do conselho de administração da petroleira a dúvida era quanto tempo ele aguentaria a pressão para mudar a política de preços dos combustíveis, com reajustes diários. Em seu último contato com analistas financeiros, ele chegou a reclamar que a crise havia sido personalizada nele – sua demissão fez parte da pauta de reivindicações da greve dos petroleiros.

A saída de Parente preocupou o mercado, que teme mais ingerências na Petrobrás. O anúncio da demissão, no meio da manhã de ontem, fez a estatal perder R\$ 40 bilhões em valor de mercado.

Ontem à noite, ao anunciar o nome de Ivan Monteiro para o comando da Petrobrás, o presidente Michel Temer disse que mantém o “compromisso com a recuperação e a saúde financeira” da empresa e que, por isso, não haverá qualquer interferência na política de preços da companhia, como alguns políticos pressionam.

Na carta entregue pela manhã ao presidente, Parente disse que sua “permanência na Petrobrás deixou de ser positiva para a construção de alternativas”. “Não serei empecilho para que essas alternativas sejam discutidas”, escreveu. Desde o início das pressões, Parente deixou claro que preferia sair a abandonar a política de reajustes diários, pilar da recuperação financeira da petroleira.

Estratégia que o deixou como alvo dos caminhoneiros, de sindicalistas, políticos da oposição e até do governo. Nos dois anos em que esteve à frente da Petrobrás, Pedro Parente bancou medidas impopulares para sanear as contas da petroleira. Além de impor uma fórmula de reajustes diários para os preços dos combustíveis, se posicionou contra a política de conteúdo local, desagradando à indústria nacional.

Além disso, levou para frente um ambicioso plano de venda de ativos e fez duas rodadas de programas de demissões voluntárias. Elogiada por especialistas e economistas, a gestão de Parente levou as ações da estatal a se valorizarem 87% desde 2016.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Vera Rosa Igor Gadelha Tânia Monteiro

Título: Novos subsídios levaram à demissão

Executivo percebeu nos últimos dias que pressão política sobre uso de receitas do pré-sal aumentaria e decidiu deixar a empresa

A saída de Pedro Parente do comando da Petrobrás foi motivada pela movimentação do Palácio do Planalto e de lideranças do Congresso para reduzir os preços da gasolina e do gás, depois do congelamento do preço do diesel, e pelo interesse do governo e de parlamentares nos R\$ 100 bilhões do leilão dos barris de petróleo excedentes do pré-sal para bancar novos subsídios.

Parente sabia que a crise não estava no fim e sem solução à frente, apesar do pacote de medidas do governo para acalmar os caminhoneiros, que até agora já custou R\$ 13,5 bilhões de recursos do Orçamento. Além do diesel, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, passou a defender publicamente um “colchão” para amortecer os preços de outros combustíveis, como a gasolina, ao consumidor.

Pré-candidato ao Planalto, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), elegeu como prioridade subsidiar o preço do gás de cozinha. O sinal de que governo buscava alternativas fiscais rápidas para bancar novas medidas – com o temor de que a greve terminasse num processo de convulsão social – ficou evidente para Parente nos últimos dias.

Na quarta-feira, ele conversou com Maia por telefone. Uma semana antes, em meio à paralisação dos caminhoneiros, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), em entrevista ao Estado, disse que entre Parente e os consumidores, ficaria com os últimos.

No feriado de Corpus Christi, numa conversa reservada com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, em São Paulo, expôs as dificuldades e o caminho que seguiria. Era a prévia do que apresentaria ontem ao presidente Michel Temer, em reunião que durou 20 minutos. Segundo informações obtidas pelo Estado, Parente percebeu o movimento político e decidiu entregar o cargo.

Não tomou a decisão de última hora nem pegou Temer de surpresa. Sob pressão, ele avaliou que sua permanência seria contraditória com tudo o que sempre defendeu. O agora ex-presidente da Petrobrás já tinha enviado sinais ao Planalto, durante a negociação para pôr fim à greve dos caminhoneiros, de que não faria mais concessões.

Dois anos depois de ter assumido uma empresa que virou alvo da Lava Jato, com seu último presidente, Aldemir Bendine, preso, Parente deixou o governo convencido de que suas decisões na Petrobrás não foram uma “escolha caprichosa”, como afirmou em vídeo postado na rede interna da estatal. As tentativas de culpá-lo pela crise dos caminhoneiros o incomodavam.

O interesse de todos sobre os recursos que podem reforçar os cofres públicos com a revisão do acordo da União e Petrobrás pela exploração do pré-sal foi o fato novo a reforçar a percepção de Parente de que, sem espaço para elevar tributos, além da resistência para manter a política de preços, a nova batalha seria a cessão onerosa.

A equipe de Michel Temer está preocupada com o “efeito rebote” das manifestações dos caminhoneiros, algo que poderia prejudicar ainda mais a já desgastada imagem do presidente, perto das eleições. O núcleo político do governo e a cúpula do MDB pressionam Temer por medidas de maior impacto para a crise.

O cuidado, porém, é para que possíveis novos anúncios sejam embalados como propostas para reduzir a volatilidade dos preços dos combustíveis ao consumidor, sem interferência na Petrobrás. Como fonte para os novos subsídios passaram a ser cobijados até R\$ 100 bilhões que podem sair do leilão do excedente do pré-sal.

A área política quer agilizar o processo de acordo da cessão onerosa para que o leilão aconteça ainda em setembro a tempo de garantir nova injeção de recursos para a economia “na ponta”, como afirmou um líder político, sob a condição de anonimato.

Em meio à constatação do Planalto de que o subsídio ao diesel não era suficiente para acalmar a insatisfação popular, Parente recebeu um telefonema de Brasília que o questionou sobre quando seria possível colocar o leilão do excedente do pré-sal na rua.

Desgastado, Parente preferiu sair. Na avaliação do executivo, sua demissão evitaria um desgaste maior para a empresa, servindo de obstáculo à escolha de um nome político para comandá-la, o que se confirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Saída de Parente é preocupante, diz mídia estrangeira

A imprensa internacional reagiu com preocupação à saída do ex-presidente da Petrobrás, Pedro Parente, na manhã de ontem. Os veículos destacaram que, apesar do desgaste sofrido pelo executivo nos últimos dias, o anúncio foi recebido com surpresa pelos investidores. O jornal britânico 'Financial Times' ressaltou que os investidores temem que, com a saída de Parente, o governo aumente sua influência na gestão da empresa.

Já a agência 'Associated Press' disse que a saída de Parente levanta dúvidas sobre a recuperação da economia brasileira após a recessão e que o futuro da Petrobrás será um dos principais temas das eleições. O jornal espanhol 'El País' ressaltou que a Petrobrás deve voltar a nadar em águas turbulentas, com a saída do presidente, e que a demissão de Parente após a greve acaba manchando o currículo do executivo.

A agência 'Bloomberg' destacou que a demissão marca a queda de um executivo responsável pela transformação da empresa, marcada pelas dívidas, casos de corrupção e má administração.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia**Autor:** Celso Ming**Título:** A Petrobrás sob a carga de fatores políticos

ANÁLISE:

Pedro Parente se demitiu da presidência da Petrobrás porque ficou claro, para ele e para quem acompanhou tudo o que aconteceu nos últimos dez dias, que o governo Temer deixou de garantir o que tinha garantido antes: que não haveria interferência política nas decisões administrativas da empresa.

Essa falta de garantia não é resultado das pressões de caminhoneiros, petroleiros e grande número de políticos mordidos pelo populismo de uma política de preços. É resultado da fragilidade do governo Temer, que hoje não passa de um zumbi. É um morto-vivo que só continua lá porque não vale a pena substituí-lo a quatro meses das eleições.

O compromisso do governo foi garantir desconto no preço do óleo diesel na bomba de R\$ 0,46 por litro. O tabelamento se estende à refinaria e, também, à rede de postos de combustíveis, algo impossível de assegurar neste Brasil imenso, sujeito a impostos estaduais tão díspares.

A carta de demissão avisa que a política de preços da Petrobrás ficou sob intenso questionamento e que ele, Pedro Parente, “deixou de contribuir para a construção das alternativas que o governo tem pela frente”. Se há alternativas em discussão, quais seriam elas? A subvenção aos combustíveis não é invenção do governo Temer.

Ao longo do governo Fernando Henrique também prevaleceram preços políticos. Para compensar as perdas da estatal e de outros produtores privados, instituiu-se a chamada Conta Petróleo. De tempos em tempos, a Petrobrás recebia a diferença que saía de reservas pouco transparentes do Tesouro. Os governos do PT decidiram subsidiar o consumidor de combustíveis.

Os preços permaneciam estáveis por longos períodos, sem que a Petrobrás tivesse sido devidamente ressarcida dos prejuízos que enfrentou. O resultado foi a erosão do caixa da empresa. Essa não foi a única distorção produzida por essa política de preços. Desde então, a Petrobrás não conseguiu interessados em entrar como sócios na construção de refinarias. Não queriam participar de um negócio fadado ao prejuízo.

A política da gestão Parente previa reajustes até mesmo diários, cujo critério levava em conta as cotações internacionais do petróleo e as oscilações do dólar no câmbio interno. Não foi essa política que produziu a explosão dos caminhoneiros. Foi o fato de que, ao longo desses anos, o governo federal e os governadores usaram os preços dos combustíveis para extorquir impostos. Por isso, os preços praticados no mercado interno saltaram aos níveis mais altos do mundo.

Além de subsidiar o consumo, a decisão do governo Temer tomada na semana passada foi manter estáveis os preços por 60 dias. Para compensar as perdas da Petrobrás e dos demais importadores de óleo diesel, o governo cortou despesas com saúde, transporte, educação.

E ainda reverteu benefícios a exportadores e aos setores antes favorecidos com desonerações de folha de pagamentos. Em princípio, são compensações que não passam firmeza, porque não podem ser previstas com segurança e não contam com colchão de provisões previstos em orçamento.

Se a decisão que prevalecer for a de que tanto a política de preços quanto a de desinvestimentos da Petrobrás passarão por critérios em última análise políticos

e não mais técnicos, então fica claro que o desempenho da empresa ficará comprometido. Foi estranha a divulgação da demissão em pleno pregão da Bolsa.

Alguma coisa pode ter acontecido para que Parente não pudesse mais esperar pelo fechamento dos negócios. O final da carta de demissão tem lá uma contradição. Parente sugere que Temer escolha o novo presidente não em bases intervencionistas, mas em “regras corporativas”.

Ou essa sugestão é inútil e, nesse caso, não deveria ter espaço na carta ou tem razão de ser e, nesse caso, não haveria razões especiais para que Parente deixasse a Petrobrás. O presidente Temer garantiu independência administrativa ao novo presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro. Ou seja, aquilo que Parente não conseguiu está prometido para Monteiro. Alguém confia nisso?

COLUNISTA DO ‘ESTADO’

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Scheller

Título: Petrobrás perde R\$ 40 bi em um só dia

Após queda de quase 15% ontem, petroleira agora vale menos que Ambev, Vale e Itaú

Na esteira do pedido de demissão do presidente da Petrobrás, Pedro Parente, as ações preferenciais e ordinárias da estatal registraram ontem quedas de quase 15% ontem. A reação dos investidores à troca de comando da estatal, logo após o estresse da greve dos caminhoneiros e da paralisação dos trabalhadores de refinarias, fez a empresa perder R\$ 40 bilhões em um só dia.

Ou seja: a Petrobrás amanheceu o dia valendo R\$ 271 bilhões e anoiteceu cotada a R\$ 231 bilhões. Foi uma brusca mudança de cenário, em questão de três semanas. No dia 10 de maio, segundo a consultoria Econômica, a Petrobrás havia retomado o posto de companhia mais valiosa da América Latina. Naquele dia, a soma de suas ações era de R\$ 358,9 bilhões.

Dias mais tarde, no pico de cotação do mês, a estatal chegou a ser avaliada em R\$ 388,9 bilhões – ou quase R\$ 150 bilhões a mais do que a soma de todos os papéis, ontem. Em termos percentuais, a desvalorização da companhia desde o dia 16 superou a marca de 40%. Em 15 dias, a companhia passou de negócio

mais valioso do Brasil e da América Latina à quarta posição entre as companhias listadas na B3, nova denominação da bolsa de valores de São Paulo.

Outras companhias foram ganhando posições enquanto as ações da estatal derretiam. Ao longo da semana, de acordo com a Economática, a empresa já havia sido ultrapassada pela gigante das bebidas Ambev e pela mineradora Vale. Ontem, foi superada também pelo banco Itaú, e por uma margem de mais de R\$ 30 bilhões. A influência da queda nos papéis da estatal não tem contaminado outros negócios.

Ontem, houve forte altas de outras companhias na B3, entre elas a Eletropaulo, que subiu 27%, e a BRF, que ganhou mais de 9%, justamente pela expectativa de que Parente vá assumir o comando da gigante de alimentos (leia mais abaixo). Influência política.

A tensão do mercado com a troca do principal executivo da Petrobrás se concentra na expectativa de que, com a saída de Parente, a gestão da estatal passará a ficar cada vez mais subordinada a ingerências políticas. Para tentar reduzir essa impressão, o governo anunciou ontem o diretor financeiro Ivan Monteiro, de perfil técnico, como novo presidente da empresa.

Apesar da tentativa de apagar o incêndio, analistas de mercado se mostravam céticos com a Petrobrás. Para o diretor de renda variável da Franklin Templeton Investments, Frederico Sampaio, a saída de Parente abala a retomada de confiança na estatal, construída em uma gestão que alinhou os preços locais às cotações globais do petróleo. “O cristal se quebrou de novo”, disse ele, referindo-se à frágil situação da companhia.

O analista político da XP Investimentos, Ricardo Back, avalia que a intervenção na política de preços na Petrobrás indica que o governo poderá interferir em outras estatais. “Da mesma forma que o governo usa (agora) a Petrobrás para adotar medidas populistas, poderia usar o Banco do Brasil, a Caixa ou qualquer outra estatal (no futuro)”, ressalta Back. Segundo André Perfeito, economista da corretora Spinelli, a mudança na Petrobrás é reflexo da fragilização do governo de Michel Temer.

“O governo tem tido enorme dificuldade de resgatar a autoridade ao longo de 2018”, frisa o analista, lembrando que essa impressão só foi reforçada pela greve dos caminhoneiros. “Parente pediu demissão para se preservar.”

COLABORARAM LUANA PAVANI, CAIO RINALDI e CYNTHIA DECLOEDT

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Moody's e Fitch veem mudança como negativa**

As agências de classificação de risco Moody's e Fitch consideraram negativa a renúncia do executivo Pedro Parente ao comando da Petrobrás e acreditam que o aumento de interferência política na estatal poderá afetar os planos de reestruturação financeira da estatal. Segundo a vice-presidente sênior da Moody's, Nymia Almeida, a saída do executivo pode indicar comprometimento das melhoras na políticas financeiras da companhia.

“O pedido de demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobrás é negativo para o perfil de crédito da companhia e pode indicar que a tendência de melhoras nas políticas financeiras da estatal está comprometida.” Em comunicado divulgado ontem, a Fitch afirmou que espera a manutenção dos ratings atuais do País, “apesar do provável aumento de interferência do governo nos negócios da companhia (Petrobrás)”.

S&P.

Ao ser questionada sobre a mudança de comando na Petrobrás, a diretora executiva da Standard & Poor's, Lisa Schineller, disse que as pressões fiscais, vindas inclusive de partes da população e da classe política com subsídios, reforçam a avaliação da agência de que a melhora das contas públicas será um processo mais demorado do que o esperado antes”.

“Este contexto reforça que há desafios para reverter as condições das contas públicas, que incluem a Petrobrás e outras estatais”, disse. Lisa lembrou que, apesar do compromisso do governo com a responsabilidade fiscal, a nota soberana do País foi rebaixada no início do ano pela Standard & Poor's, porque o Brasil não conseguiu avançar reformas estruturais, sobretudo a da Previdência, diante das dificuldades em angariar apoio político para o projeto.

C.D., NICHOLAS SHORES e RICARDO LEOPOLDO, CORRESPONDENTE EM NOVA YORK

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Mônica Scaramuzzo Renata Agostini****Título: Cresce aposta de que Parente vai para a BRF**

A saída de Pedro Parente da Petrobrás aumentou as expectativas de que o executivo possa assumir o comando da BRF, maior exportadora global de frangos. Parente foi eleito presidente do conselho de administração no dia 26 de abril, no lugar do empresário Abilio Diniz. As ações da companhia fecharam ontem com a maior alta do Ibovespa, a R\$ 23,39, elevação de 9,2%.

Enquanto isso, o papel ON da Petrobrás teve baixa de 14,92%, para R\$ 18,88. Fontes próximas à BRF afirmaram que a renúncia de Parente da estatal abre caminho para que ele assuma a presidência da gigante dos alimentos, hoje ocupada interinamente por Lorival Nogueira Luz, desde 23 de abril. Uma pessoa próxima à companhia já considera certa a ida de Parente para o comando do negócio, que registrou prejuízos por dois anos consecutivos.

Parente só participou de uma reunião de conselho – a de sua posse. Mas tem trabalhado nas últimas semanas para entender os números da BRF e tentar melhorar a eficiência operacional do negócio – fábricas da empresa foram embargadas para exportação em decorrência da Operação Carne Fraca. Nos últimos dias, unidades também foram paralisadas por causa da greve dos caminhoneiros.

Ele tem falado todos os dias, por telefone, com Lorival, dizem fontes. Na semana passada, Pedro Parente disse a interlocutores que não tinha sido sondado para ser presidente da companhia.

Remuneração.

A BRF (união de Sadia e Perdigão) começou a passar por turbulências no início do ano passado, com a divulgação do primeiro prejuízo de sua história. Vários executivos saíram da empresa, e a gestão do empresário Abilio Diniz, presidente da Península, começou a ser questionada.

Ainda sob gestão de Abilio, o conselho da BRF aprovou para este ano um pacote de remuneração para conselheiros e diretores de até R\$ 92,4 milhões. Em nota, a BRF diz que continua avaliando a estrutura organizacional da empresa antes de escolher o novo presidente.

“A companhia reforça o que foi comunicado anteriormente sobre a escolha de um novo CEO novo. Qualquer nova informação será reportada ao mercado.”

COLABOROU NAYARA FIGUEIREDO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Daniela Amorim Fernanda Nunes Renata Batista / RIO Mônica Scaramuzzo****Título: Indicação de CEO tenta acalmar mercado**

Para o lugar de Pedro Parente, Temer escolheu o diretor financeiro Ivan Monteiro; executivo chegou à Petrobrás na gestão de Bendine

Ao indicar o nome de Ivan Monteiro para a presidência da Petrobrás, o governo tenta dar uma cartada de recuperação da credibilidade da empresa entre os investidores, que enxergam no executivo características exigidas de uma liderança capaz de recuperar as finanças da companhia.

Foi o trânsito no mercado financeiro e a aderência às regras de governança da estatal que garantiram a Monteiro a confirmação de seu nome no cargo. A indicação ganhou força ao longo do dia, quando ficou claro que a pressão política cresceria. A primeira opção com perfil técnico, a diretora de exploração e produção, Solange Guedes, perdeu força na disputa. Indicado pelo presidente Michel Temer para ficar em definitivo no cargo, Monteiro terá agora o desafio de afastar o temor de que o governo volte a interferir na gestão da empresa.

“A questão é se interferências como essa vão continuar a existir e com que frequência. Como as eleições estão se aproximando, ele terá um mandato tampão. O novo presidente da República vai escolher um presidente para a Petrobrás alinhado com o novo governo.

A missão do Ivan vai ser levar a empresa até lá da melhor maneira possível. Vai ser um trabalho duro”, afirmou Maurício Canêdo, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Missão.

Os conselheiros da estatal vão tentar blindar Monteiro de interferências políticas, segundo fontes ouvidas pelo Estadão/ Broadcast.

O nome de Monteiro foi consenso entre os membros do colegiado, que terá o desafio de resistir às tentativas de ingerência de Brasília e fazer cumprir o plano estratégico traçado para a Petrobrás de continuar vendendo negócios que não são considerados relevantes para petroleira. Monteiro chegou à estatal, acompanhando o ex-presidente Aldemir Bendine, com quem já trabalhava no Banco do Brasil.

Bendine está preso – ele foi condenado a 11 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro em processo da Operação Lava Jato. No mercado financeiro, embora tenha credibilidade, Monteiro não é visto como um nome livre de interferências políticas. Há dúvida quanto ao desgaste sofrido por ele ao assinar, junto com Pedro Parente, a decisão de baixar e congelar o preço do óleo diesel.

O mercado penalizou as ações da petroleira por considerar que esse foi um passo em falso, mais alinhado com os interesses políticos do que com os dos acionistas.

Preços.

Mesmo assim, esperase que Monteiro pacifique a discussão sobre a política de preços e mantenha a estratégia de desinvestimentos da companhia, que começou ainda na gestão de Bendine e que ele se encarregava de comunicar ao mercado em apresentações rotineiros a investidores.

Monteiro também é a liderança por trás da atual política de preços de derivados de petróleo. Ele está à frente do grupo que, nos últimos três anos, define os valores dos combustíveis. Foi com ele que a equipe econômica negociou nesta semana a subvenção do diesel para desbloquear as estradas, e não com Parente.

Monteiro também encabeça as discussões iniciadas por Parente para que os procedimentos de governança aprovados em sua gestão sejam cumpridos. Um deles é o de contratação a partir de uma lista tríplice de candidatos escolhidos por uma consultoria externa.

COLABOROU ANDRÉ ÍTALO ROCHA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Ana Luísa Westphalen

Título: Demissão em pleno pregão chama atenção

O fato de o pedido de demissão de Pedro Parente ter sido feito em pleno pregão chamou mais a atenção do mercado do que o própria saída do executivo do comando da companhia.

A leitura dos agentes é que o executivo tem vasta experiência no mercado financeiro e que, portanto, sabia que o comunicado teria forte impacto nos

ativos, levando inclusive a B3 a suspender negociações com papéis da Petrobrás em meio à disparada das ordens de 'stop loss' que levou as ações a desabarem.

Na avaliação de analistas, se Parente não pôde aguardar o fechamento para fazer o comunicado, isso abre precedente para o mercado esperar muitas coisas. "Algo não encaixa e vamos saber mais para frente", disse analista da Eleven Financial Raphael Figueredo, que acredita que o investidor "encontrará racionalidade" durante o fim de semana para corrigir parte do tombo dos papéis da estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: 'Está faltando combustível no Palácio do Planalto'

ANÁLISE: Glauco Peres

Numa análise política conjuntural, faz sentido olhar a sociedade como formada por três pilares: sociedade civil ou trabalhadores; classe política, seus dirigentes; e elite econômica, composta por empresários e mercado. O governo do presidente Michel Temer chegou a tal ponto de esgarçamento que não tem o apoio convicto de nenhum dos três setores. Isso não significa que apostam na sua saída, mas nem o mercado nem a classe política têm mais a disposição de defendê-lo como antes.

A greve dos caminhoneiros poderia ter sido voltada para os empresários. Eles poderiam contestar o alto preço do frete, mas não, reclamaram do preço do combustível, ou seja, da parte que cabe ao governo. A política de preços da Petrobrás teve um impacto no aumento do combustível, mas o problema foi que o governo não teve força para sustentar isso.

O pedido de demissão do presidente da Petrobrás, que tinha tanto respaldo no mercado e em boa parte do mundo político, é mais um capítulo da demonstração de fraqueza deste governo. A sete meses do fim do mandato, Temer enfrenta pressão de todos os lados e não está mais conseguindo coordenar.

Mais além, demonstra que o plano – ou o marketing – de que o governo resolveria os problemas econômicos do País foi um fiasco: do time que era tido como de notáveis, só sobrou o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, e a economia não voltou aos patamares anteriores. Quando assumiu o cargo, Temer costurou alianças e tinha uma sólida base de apoio no Congresso.

Durante os momentos de turbulência, ao que parece, gastou todo o capital político para barrar as duas denúncias contra ele na Câmara dos Deputados, no ano passado. A partir de agora, Temer deve fazer o mínimo. Nenhum projeto ou reforma relevante vai passar. Está faltando combustível no Palácio do Planalto. Apesar de terem conseguido melhorar a situação da Petrobrás, não há como saber se a estatal voltará a sofrer pressões do mundo político.

PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA DA USP

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Presidenciáveis se dividem sobre demissão

Pré-candidato do PSDB, sigla à qual Parente era ligado, Alckmin pediu que não se desperdice ‘recuperação’ da estatal

Nas horas que seguiram o pedido de demissão do presidente da Petrobrás, Pedro Parente, pré-candidatos ao Planalto se dividiram na defesa de sua gestão e na comemoração de sua saída da estatal. O ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, poupou o ex-dirigente da estatal, ligado as tucanos.

Em seu Twitter, disse que não se pode “desperdiçar o trabalho de recuperação da Petrobrás”, mas defendeu uma política de preços da Petrobrás que “proteja” melhor os consumidores. O pré-candidato do PRB, Flávio Rocha, disse, também nas redes sociais, que “Parente repassou o alto custo da ineficiência (das gestões petistas)”.

Já o empresário João Amoêdo (Novo) e o senador Álvaro Dias (Podemos) fizeram defesas mais enfáticas. Nas redes sociais, o primeiro lamentou que “a velha política afasta os bons profissionais”, e o segundo disse que Parente foi “a primeira vítima” da greve. Em tom moderado, Marina Silva (Rede) reconheceu que a gestão do ex-presidente da estatal foi bem avaliada pelo mercado, mas ponderou que “faltou sensibilidade ao repassar o aumento do preço do combustível direto ao consumidor”.

Os três presidenciáveis que cobraram publicamente a saída de Parente do comando da estatal comemoraram ontem nas redes sociais: Ciro Gomes (PDT), Manuela D’Ávila (PCdoB) e Guilherme Boulos (PSOL). No Twitter, a pré-candidata atribuiu a demissão à pressão popular. Manuela também compartilhou uma foto de Parente com um chapão atribuído à então presidente Dilma Rousseff, na época do impeachment: “Tchau, querido”.

No mesmo tom, Boulos disse que Parente “já vai tarde” e defendeu que a “desastrosa política de preços da Petrobrás e a privatização branca” causaram estrago e o brasileiro “está sentindo no bolso”. Em vídeo, Ciro Gomes celebrou a saída do dirigente, mas disse que “não basta”. “É preciso exigir que a política de preços que ele impôs seja trocada”, afirmou.

Ex-tucano, Ciro reforçou ainda a ligação de Parente com o PSDB. Ele classificou o aumento do preço na gasolina, segundo “falta de respeito” e “política do PSDB”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder, Daniela Amorim Renata Batista

Título: ‘O maior erro é voltar a usar a Petrobrás’

Para ex-diretor-geral da ANP, ‘Brasil não aprende’, mesmo após o saldo da interferência política na estatal

O ex-diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e professor da PUC-Rio, David Zylbersztajn diz que “o Brasil não aprende” com os erros do passado e voltou a interferir politicamente na Petrobrás, para controlar preços da economia. Segundo ele, reconstruir a credibilidade da empresa levou tempo, mas destruí-la pode ser rápido. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como o sr. avalia a saída de Pedro Parente da Petrobrás?

O Brasil não aprende. A gente acabou de ver qual o resultado de uma empresa com interferência política, com controle de preços, com subsídios. Pode-se mexer, eventualmente, na questão de periodicidade (dos reajustes de preço nos combustíveis), mas a lógica é a que qualquer empresa do mundo usa, de alinhar os preços aos preços internacionais. Era isso o que o Pedro estava fazendo. Foi isso que fez com que a Petrobrás reduzisse sua dívida, se transformasse em uma empresa viável. Empresa viável não é só para o acionista, mas também para fazer parcerias, investimentos, ter custo de capital menor. Estava em uma trajetória impecável de recuperação.

O que achou das repostas do governo à crise com os caminhoneiros?

Estão recriando a conta petróleo, que foi uma das piores experiências que o Brasil já teve. Isso acaba sobrando para a Petrobrás. Ter o governo como devedor não é uma das melhores coisas, ainda mais uma empresa controlada pelo próprio governo. É como se o governo pegasse dinheiro de uma empresa

da qual é o principal acionista. Isso não é aceitável. Me espantam as propostas do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) que, em nenhum momento, falam em abrir o setor de refino, obrigar (a Petrobrás) a vender (refinarias). Foi o único monopólio que mantido. Ela perdeu o monopólio na exploração e produção e vai muito bem. Perdeu o monopólio na distribuição, nos transportes, mas continuou 100% monopolista no refino. É um bom momento para o Cade dizer: “olha, você tem um prazo para vender 30% ou 40% do seu parque de refino”.

Qual foi o principal erro do governo?

O mais errado é voltar a usar a Petrobrás. Para reconstruir a credibilidade, você precisa às vezes até de uma geração.

Ainda é reversível?

Se o governo estava interferindo na gestão do Pedro Parente, vai intervir na gestão de quem vier. Começar tudo de novo, com uma política correta, vai demorar muito mais do que demorou até agora. O custo de empréstimos vai ser mais alto, o alongamento (do prazo da dívida) vai ser mais difícil, vai haver menos investidores, a empresa vai fazer menos parcerias. Com isso, o valor da empresa cai. A Petrobrás é uma empresa nacional, uma das melhores do País em termos de qualificação humana e tecnologia. É uma coisa que dá orgulho ao País. Ao mesmo tempo em que é nossa, nós vamos destruir? É uma coisa maluca.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás em xeque

ANÁLISE: Edmar L. Fagundes de Almeida

A maneira conturbada e os motivos que levaram à queda de Pedro Parente colocam em xeque não apenas a recuperação da Petrobrás, mas também pilares da política energética e ambiental do País. O impacto da intervenção do governo na Petrobrás é devastador no curto prazo. Os investidores e parceiros da empresa assistiram atônitos o fim da autonomia recentemente conquistada.

A percepção de elevado risco político representa uma enorme barreira a implementação do atual plano estratégico da empresa, que passa por negociações de parcerias, venda de ativos e a rolagem da enorme dívida da

empresa. Isto acontece num momento ruim de elevação dos juros no mercado internacional.

A longo prazo as consequências não são menos importantes. A queda de Parente contribui para legitimar politicamente a ideia de que a Petrobrás não tem direito a vender seu principal produto pelo preço de mercado.

Este desafio à empresa é potencialmente muito mais destruidor de valor do que se imagina. Se a condição de ser estatal implica em praticar um preço de petróleo significativamente inferior aos das outras empresas atuando no Brasil e no mercado internacional, a credibilidade econômica da Petrobrás passa a estar em xeque.

Neste contexto, dificilmente conseguirá mobilizar os recursos necessários para cumprir com seu plano de expansão no pré-sal.

PROFESSOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA - UFRJ

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro

Título: Para diesel cair, Estados têm de cortar ICMS

São Paulo e Rio de Janeiro, principais consumidores, já promoveram a redução do imposto, mas caberá aos demais Estados acompanhar ou não a decisão

A redução integral de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel, anunciado pelo governo para encerrar a greve dos caminhoneiros, somente chegará aos postos dos Estados que aceitarem reduzir o ICMS incidente sobre o combustível. São Paulo e Rio de Janeiro, os principais consumidores, já promoveram a redução do imposto, mas caberá aos demais Estados acompanhar ou não a decisão.

Se o ICMS não cair, o desconto será de R\$ 0,41. A redução do ICMS foi a forma encontrada pelo governo federal para garantir, efetivamente, a baixa de R\$ 0,46 ao consumidor final de diesel. Isso porque, conforme os distribuidores, o anúncio do governo de redução de R\$ 0,46 do valor do diesel na refinaria não havia considerado que o combustível é misturado com o biodiesel antes de ser vendido.

São 10% de biodiesel, o que representaria R\$ 0,05 do desconto. Como o biodiesel não teve a tributação reduzida, o desconto máximo na ponta final seria de R\$ 0,41. Com a baixa do ICMS, chega-se aos R\$ 0,46. “A questão dos R\$ 0,46 está sendo resolvida através da redução do ICMS. Já temos isso em São

Paulo e no Rio de Janeiro, e a expectativa é de que todos os Estados sigam o exemplo”, afirmou ontem o presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), Leonardo Gadotti.

O executivo esteve reunido no fim da manhã de ontem, em Brasília, com o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, e com representantes de distribuidoras e do varejo de combustíveis. O objetivo era justamente acertar os detalhes para que o desconto de R\$ 0,46 chegue ao consumidor final.

“O que para nós, postos, seria R\$ 0,41 de desconto, porque há o biodiesel (misturado ao diesel), vai ser complementado com essa ação dos Estados brasileiros”, confirmou o presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares. “A Petrobrás fez sua parte, o governo federal fez sua parte, e agora dependemos também dos Estados.”

A adesão dos demais Estados, no entanto, não é uma certeza. O último Ato Cotepe – documento do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) – já trouxe a redução de ICMS no diesel em São Paulo e no Rio. Outros 17 Estados mantiveram o ICMS, enquanto seis Estados elevaram.

Estoques.

Outra dificuldade diz respeito aos estoques. Durante a greve, a Petrobrás seguiu bombeando combustíveis aos distribuidores, que têm cotas diárias. O fim da greve pegou as distribuidoras com os estoques altos. Isso significa que o diesel mais barato somente chegará ao consumidor final após os estoques das distribuidoras com combustível antigo caírem.

De acordo com Gadotti, a expectativa é de que, ao longo da próxima semana, o estoque das distribuidoras acabe e o desconto comece a ser repassado. “Em alguns locais, os estoques são maiores. Em lugares como São Paulo e Rio, o repasse acontece de forma mais imediata, porque o consumo é grande”, pontuou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Nakagawa

Título: Nas redes sociais, ameaças de ato e de nova paralisação

Em vídeo, ‘Chorão’ promete parar o Brasil; Polícia Rodoviária nega que exista movimentação atípica de caminhoneiros

Caminhoneiros têm chamado colegas para um novo protesto a poucos quilômetros do Palácio do Planalto. Wallace Landim, conhecido como “Chorão”, é o líder e promete parar o Brasil caso o governo não o receba para debater uma pauta ampla e genérica: menos impostos e combustíveis mais baratos. “Como o governo vai fazer isso? Não sei.” Nas redes sociais, mensagens sugerem que já há dezenas de caminhões à espera do ato marcado para o domingo.

Não é bem assim. Na sexta-feira à tarde, só quatro veículos estavam lá e a pauta era ainda mais, digamos, dispersa. “Queremos uma solução. Não precisa ser intervenção militar, pode ser dos americanos”, defendia Duda Lemos, um dos primeiros a chegar. A ressaca gerada pela paralisação dos caminhoneiros nem acabou e uma parte dos motoristas tenta retomar a paralisação.

“Desengate seu cavalo e vamos para Brasília!”, conclama Chorão em um vídeo que circulou freneticamente pelas redes sociais nas últimas horas. A ideia é reunir caminhoneiros em frente ao estádio Mané Garrincha no domingo. No dia seguinte, o movimento quer escolher um representante de cada Estado para, então, conversar com o presidente Michel Temer.

A ideia, dizem os caminhoneiros, é pressionar Temer a acatar a pauta escrita à mão em uma folha de papel sulfite que Chorão exhibe em um dos vídeos onde o caminhoneiro detalha novos preços para a gasolina, gás de cozinha e diesel. A Polícia Rodoviária Federal diz que não foi identificado movimento atípico de caminhões rumo a Brasília. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que órgãos de inteligência estão monitorando o tema.

A reportagem não conseguiu localizar Chorão. Um dos quatro caminhões era de Efraim de Freitas que não tinha muita certeza se continuaria ali até domingo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Exportações caem 36% durante a greve

A greve dos caminhoneiros derrubou as exportações e as importações brasileiras no fim maio. Entre os dias 21 e 31, a média diária das vendas ao exterior caiu 36%, passando de US\$ 1,063 bilhão nas três primeiras semanas do mês para R\$ 679 milhões nas duas semanas de paralisação.

Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), nas importações, a média passou de R\$ 702 milhões nas três primeiras semanas para R\$ 516 milhões nas duas últimas, queda de 26%.

Os produtos manufaturados foram os mais impactados, com redução de 46% nas exportações durante a paralisação, ante o período anterior. Os embarques de semimanufaturados caíram 37% e de básicos, 31%. Segundo o diretor de Estatísticas do Mdic, Herlon Brandão, os manufaturados são mais dependentes do transporte rodoviário, enquanto os básicos utilizam outros meios, como o ferroviário.

Além disso, produtos como soja e carnes tinham estoques nos portos. “Não quer dizer que não vamos sentir os efeitos daqui pra frente, ainda vamos sentir a redução do fluxo por algum tempo.” Houve queda em vários setores, como automóveis (17%), calçados (30%) e autopeças (23%). Para Brandão, no entanto, a paralisação não deverá ser suficiente para impactar o resultado do ano, e a previsão é que o saldo seja positivo em cerca de R\$ 50 bilhões.

“Esperamos a recomposição dessas perdas.” Mesmo com a greve, a balança comercial registrou superávit de US\$ 5,981 bilhões em maio. As exportações somaram US\$ 19,241 bilhões (alta de 1,9% ante maio de 2017), e as importações, US\$ 13,260 bilhões (alta de 14,5%).

No ano, o superávit comercial soma US\$ 26,155 bilhões. A previsão do governo é que a balança comercial alcance saldo acima de US\$ 50 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues

Título: EUA começam a adotar cotas para importação de aço e alumínio do Brasil

Sem acordo. Governo brasileiro tentou evitar a aplicação de cotas máximas para a compra das commodities pelos Estados Unidos, mas elas acabaram sendo impostas ontem; Mdic diz que vai monitorar efeitos da medida sobre as exportações

O governo dos Estados Unidos começou a aplicar ontem restrições às importações brasileiras de aço e alumínio. Ontem, foram publicadas informações oficializando a entrada em vigor de cotas máximas para a compra do aço brasileiro e de sobretaxa de 10% sobre as exportações de alumínio para os EUA. De acordo com nota do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), as cotas serão definidas levando em consideração a média exportada entre 2015 e 2017.

Para aço semiacabado, a cota será de 100% da média exportada, que foi de 3,5 milhões de toneladas e, para o produto acabado (aços longos, planos, inoxidáveis e tubos), de 70% da média, que foi de 543 mil toneladas. O Mdic

disse que o governo brasileiro está em contato com o setor produtivo e acompanhará atentamente os efeitos da medida sobre as exportações brasileiras.

“O governo brasileiro considera que a aplicação das restrições sobre as exportações brasileiras não se justifica e segue aberto a construir soluções que melhor atendam às expectativas e necessidades de ambos os setores de aço e alumínio no Brasil e nos Estados Unidos, reservando seus direitos no âmbito bilateral e multilateral”, completou o ministério.

Reviravolta.

Mesmo depois de meses de negociações, o governo dos Estados Unidos anunciou na quinta-feira que avançaria com sobretaxas sobre o aço e alumínio do Canadá, México e União Europeia, além de aplicar medidas a países como o Brasil (leia mais abaixo). O anúncio reacendeu os temores de uma guerra comercial global e foi condenado por países como França, Alemanha e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em março, o presidente dos EUA, Donald Trump, havia anunciado que aplicaria restrições às importações norteamericana de aço e alumínio, mas os países vinham, bilateralmente, tentando isenções. O Brasil conseguiu evitar a sobretaxa de 25% sobre as vendas de aço e tentava negociar as cotas, que acabaram sendo impostas a partir de ontem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cleide Silva

Título: Com greve, produção de carros deve cair 20% e atrasar recuperação

Será a primeira queda interanual em 18 meses; montadoras devem levar pelo menos dois meses para recuperar perdas

A greve dos caminhoneiros, que levou a indústria automobilística a suspender atividades em quase todas as fábricas do País por falta de peças, vai interromper uma sequência de 18 meses de crescimento da produção. A previsão é de uma queda na casa dos 20% em relação a maio do ano passado, a primeira desde outubro de 2016.

Projeções com base na média diária da produção de abril, de 12,6 mil unidades, indicam que cerca de 75 mil veículos deixaram de ser produzidos nos seis dias em que a maioria das fábricas fechou as portas. Grandes marcas como

Volkswagen, Ford e GM pararam por mais tempo. Em maio de 2017 foram produzidos 250,7 mil veículos.

No mês passado, com a greve, o volume deve ter ficado abaixo de 200 mil. As fábricas da Fiat em Betim (MG) e da Jeep em Goiana (PE) retomaram atividades na quinta-feira. A Ford voltou a produzir ontem apenas na filial da Bahia. As demais voltarão ao trabalho a partir de segunda-feira, “de maneira gradual”, disse a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Em abril, a produção foi de 266,1 mil veículos, portanto, a queda de um mês para outro deve superar os 20%. A Anfavea só vai divulgar dados na quarta-feira e se preparava para rever, para cima, as projeções para o ano. Segundo projeções de executivos do setor, serão necessários pelo menos dois meses para recuperar a produção perdida.

Já para as vendas, que caíram 7% ante abril, pode levar três meses ou mais. “Pela dificuldade de retomada em razão do impacto fatal na confiança que a greve gerou, é possível que leve algum tempo para as vendas voltarem ao normal”, disse o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sérgio Vale. Ele não descarta projeções menores de vendas e produção para o ano, “como, aliás, veremos em toda a economia”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Delírios do atraso

No Brasil, em anos eleitorais, um dos temas mais discutidos pelos políticos é o dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Este ano não poderia ser diferente. Esses discursos, quase sempre populistas, foram antecipados pela greve dos caminhoneiros e, agora, pela demissão de Pedro Parente.

A primeira constatação é que passam os anos, as diversas eleições, e os argumentos utilizados para criticar a política de preços dos combustíveis são sempre os mesmos e as soluções propostas pelo governo também são sempre as mesmas. Primeiro é preciso entender quais foram os reais motivos que levaram à greve dos caminhoneiros. Como sempre, a explicação começa por mais uma barbearagem feita pelo governo do PT.

Todos se lembram de que esse governo concedeu subsídios por intermédio do BNDES para financiar a compra de caminhões. Com isso, e aprofundado pela crise econômica, criou-se uma frota muita acima da necessidade estabelecida pelo mercado. A consequência é que os caminhoneiros não conseguiram

repassar os aumentos do óleo diesel por causa da grande concorrência e isso provocou enorme queda no preço do frete.

Mais uma lição de como o mercado funciona e mais uma lição de como medidas intervencionistas, como aumentar a frota de caminhões sem que houvesse sinal do mercado, levaram a situações que acabam explicando a verdadeira origem da greve. Mas como o ano é de eleições, o debate ficou centrado nos preços do diesel. E aí começam os delírios do atraso tentando encontrar os culpados.

A primeira reação, como sempre, foi culpar a Petrobrás e seu presidente para justificar algum tipo de intervenção. O primeiro delírio do atraso é o de afirmar que a empresa não poderia seguir as tendências do mercado internacional e muito menos efetuar reajustes em prazos curtos. O segundo delírio é uma volta ao passado, ao recriar a conta-petróleo, desta vez conta-diesel.

O terceiro delírio é também uma volta ao passado, pela via de um política de subvenção que vai ressarcir a Petrobrás e as importadoras das diferenças de preço entre o mercado interno e o internacional. Essa sistemática lembra ressarcimentos feitos no passado às distribuidoras por diferenças no preço do etanol (Fupa) e na gasolina e no diesel (FUP).

O quinto delírio é achar que a ANP tem condições de calcular o tal preço de referência que servirá de base para os ressarcimentos. Quem calcula preços é o mercado, não a ANP. O sexto delírio, acreditem, é colocar na rua fiscais para verificarem se os postos estarão vendendo o diesel a R\$ 0,46/litro a menos do que em 21/5. Aliás, o governo esqueceu-se de que o diesel tem 10% de biodiesel, o que já levaria a redução nos preços para R\$ 0,41/litro.

Sem falar que os Estados têm alíquotas de ICMS diferentes, o que vai levar a que as reduções não sejam iguais em todos os Estados. As consequências já foram sentidas. A Petrobrás perdeu durante a greve algo como R\$ 120 bilhões do seu valor em bolsa e seu presidente pediu demissão.

A Petrobrás é uma empresa de capital aberto cujo acionista majoritário é a União, que representa toda a sociedade brasileira. Portanto, quando a Petrobrás perde valor, o povo brasileiro perde também. Os investimentos no segmento de downstream, tanto em distribuidoras como em refino, certamente serão adiados e repensados.

Uma pena, porque pela primeira vez a Petrobrás havia anunciado um plano para a venda de refinarias, o único segmento em que ainda persiste o monopólio da estatal. Até quando vamos ficar reféns desse tipo de debate cheio de delírios do atraso que obriga o presidente que recuperou a empresa a pedir demissão e

insiste em enganar a sociedade apresentando soluções intervencionistas com o apelo de baratear o preço da gasolina e, desta vez, do diesel?

É bom lembrar que a tal maldição do petróleo existe exatamente em países que intervêm no preço do combustível. Exemplo: Venezuela. Países onde os preços seguem regras de mercado têm democracia consolidadas e a população têm garantidas segurança pública, saúde e educação de alta qualidade. Exemplo: Noruega. Façam a sua escolha.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRA ESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa / Antonio Temóteo

Título: Parente sai, crise e incerteza ficam

Os caminhoneiros conseguiram mais do que reduzir o preço do óleo diesel. A greve iniciada pela categoria, que durou mais de uma semana, provocou a demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobras. A saída era tratada como uma questão de tempo. O agora ex-titular sofria pressão política por capitanear a política de reajuste de preços dos combustíveis e por ser um dos maiores defensores da manutenção deste regime. Tal postura o colocou como pivô da paralisação dos transportadores e também na mira da greve iniciada pelos petroleiros, que cobravam a saída dele. Ele será substituído por Ivan Monteiro, atual diretor-executivo Financeiro e de Relações com Investidores da estatal.

O cenário construído tornou insustentável à permanência de Parente na Petrobras. Ele mesmo admite isso. Em carta de demissão apresentada pessoalmente ontem ao presidente Michel Temer, em reunião pela manhã, ele reconhece que a greve dos caminhoneiros e “suas graves consequências para a vida do país” desencadearam um “intenso e, por vezes, emocional debate” que colocou a política de preços da estatal sob “intenso questionamento”. Ele, no entanto, se defendeu. “Poucos conseguem enxergar que ela reflete choques que alcançaram a economia global”, destacou.

A política de reajustes dos preços dos combustíveis começou a ser adotada em 3 de julho do ano passado. Ela oscila conforme as variações do dólar e do custo do barril de petróleo no mercado externo. O modelo provocou reajustes quase diários no mercado e foi elogiado por agentes do mercado financeiro por garantir mais previsibilidade ao setor. E por permitir que a estatal acompanhe as condições do mercado de enfrentar a concorrência de importadores.

Quando a política de reajustes foi instituída, as ações preferenciais da Petrobras valiam

R\$ 12,36. O ápice chegou em 16 de maio deste ano — cinco dias antes do início da greve dos caminhoneiros —, valendo

R\$ 27,39, uma valorização de 121,6%. Apesar dos ganhos aos investidores, o custo dos combustíveis aos consumidores disparou.

Em julho do ano passado, no início da política de reajustes, a gasolina e o diesel eram comercializados na bomba dos postos a uma média de R\$ 3,553 e R\$ 2,971, respectivamente. Em maio deste ano, os mesmos combustíveis subiram, em média, para R\$ 4,308 e R\$ 3,623, respectivamente. Ou seja, uma alta de 21,2% da gasolina e de 21,9% do diesel.

A alta dos combustíveis ocorreu devido a variações no mercado externo, justificou Parente na carta. “Movimentos na cotação do petróleo e do câmbio elevaram os preços dos derivados e magnificaram as distorções de tributação no setor”, destacou. Diante de todo o cenário, o ex-presidente da Petrobras reconhece que a permanência “deixou de ser positiva e de contribuir para a construção das alternativas que o governo tem pela frente”. “Sendo assim, apresento meu pedido de demissão do cargo em caráter irrevogável e irretratável”, frisou.

Apesar de contestado, o modelo de ajuste dos custos dos combustíveis pode ser mantido. Pelo menos é o que sinalizou Temer ontem, em pronunciamento. Ele agradeceu Parente pela “extraordinária dedicação”, declarou que recomendará a efetivação de Monteiro ao conselho de administração da estatal, e afirmou que o governo continuará com uma “política econômica que, nos últimos dois anos, retirou a empresa do prejuízo e a trouxe novamente para o hall das mais respeitadas no Brasil e exterior”. “Declaro, também, que não haverá qualquer interferência na política de preços da companhia”, disse.

Desconforto

O modelo de ajuste de preços dos combustíveis vinha gerando desgastes no meio político. O desconforto ficou ainda mais evidente na greve dos caminhoneiros. Cresceu um movimento até mesmo dentro do governo para suspender o ajuste diário de combustíveis. O maior crítico era o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**. Tanto que ontem mesmo ele instalou um grupo de trabalho para discutir um modelo de correção de preços dos combustíveis para impedir que a volatilidade da cotação internacional do petróleo e da alta do dólar cheguem ao consumidor.

Em nota, o Ministério de Minas e Energia, no entanto, desconversa sobre a

possibilidade de o grupo de trabalho mudar a política de preços. A pasta informa que o objetivo é convidar especialistas no assunto para “ajudar a construir uma solução que possibilite, por um lado, a continuidade da prática de preços livres ao produtor e importador e, por outro, o amortecimento dos preços ao consumidor”. Moreira também nega qualquer pressão para que Parente alterasse a política de preços. “Nem eu, nem o ministro Guardia (da Fazenda), nem o presidente Temer. Não tive nenhuma interferência sobre a decisão do Pedro. É uma política de governo não interferir na política de preços das empresas”, informou, em nota.

O presidente nacional do MDB e líder do partido no Senado, Romero Jucá (RR), defende a política de preços, mas entende que o aumento deve ser modulado para “não ter aumento no susto”. Não é apenas o governo que questiona. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), considera o modelo como “equivocado”. A oposição na Casa também é crítica. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou esta semana pedido para a criação de uma CPI para investigar os ajustes.

Perfil

Dois anos de um cargo

A permanência de Pedro Parente na Presidência da Petrobras durou exatos dois anos. Ele foi empossado em 1º de junho de 2016. Comandou a companhia com pulso firme e sem medidas populistas. Nos dois anos em que liderou a estatal, sustentou medidas consideradas impopulares para sanear as contas da empresa. Além da política de reajuste de preços, posicionou-se contra a política de conteúdo local, desagradando a indústria nacional, e tocou adiante um ambicioso plano de desinvestimentos.

Sob a gestão de Parente, a Petrobras reduziu em mais de 15 mil pessoas o quadro de funcionários, por meio de duas rodadas do Plano de Demissão Voluntária (PDV). A estatal arrecadou mais de US\$ 17 bilhões com a venda de ativos, com destaque para as fatias do Campo de Roncador e Carcará, bem como uma parcela da BR Distribuidora.

A trajetória de Parente na estatal foi vitoriosa. Com a redução de custos, ganhou o respeito do mercado e impulsionou as ações da Petrobras. Pegou a empresa no vermelho e a deixa com um lucro líquido de R\$ 6,9 bilhões obtido no primeiro trimestre deste ano. O valor da empresa saltou de R\$ 123 bilhões para R\$ 388 bilhões.

O executivo teve atuação direta na costura de um acordo de US\$ 2,95 bilhões para encerrar uma ação coletiva movida por investidores nos Estados Unidos,

que alegaram terem sido lesados pela corrupção na estatal. A medida figurou entre as 10 maiores já fechadas pela Justiça norte-americana em ações semelhantes nas últimas décadas.

Parente deixa a Presidência da estatal e a coloca no currículo vitorioso. Nascido no Rio de Janeiro, em 1953, se formou em engenharia eletrônica pela Universidade de Brasília (UnB), tem 44 anos como executivo de carreira, sendo 32 anos no setor público e 12 anos no setor privado. De janeiro de 2010 a abril de 2014, foi CEO e presidente da Bunge Brasil, uma das maiores empresas do agronegócio no país.

No setor público, foi ministro-chefe da Casa Civil e de Minas e Energia no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi, também, consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de instituições públicas no país. Foi integrante de conselhos de administração de empresas controladas pelo governo federal e de empresas privadas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa /Antonio Temóteo

Título: *Dois anos de um cargo*

Perfil

A permanência de Pedro Parente na Presidência da Petrobras durou exatos dois anos. Ele foi empossado em 1º de junho de 2016. Comandou a companhia com pulso firme e sem medidas populistas. Nos dois anos em que liderou a estatal, sustentou medidas consideradas impopulares para sanear as contas da empresa. Além da política de reajuste de preços, posicionou-se contra a política de conteúdo local, desagradando a indústria nacional, e tocou adiante um ambicioso plano de desinvestimentos.

Sob a gestão de Parente, a Petrobras reduziu em mais de 15 mil pessoas o quadro de funcionários, por meio de duas rodadas do Plano de Demissão Voluntária (PDV). A estatal arrecadou mais de US\$ 17 bilhões com a venda de ativos, com destaque para as fatias do Campo de Roncador e Carcará, bem como uma parcela da BR Distribuidora.

A trajetória de Parente na estatal foi vitoriosa. Com a redução de custos, ganhou o respeito do mercado e impulsionou as ações da Petrobras. Pegou a empresa no vermelho e a deixa com um lucro líquido de R\$ 6,9 bilhões obtido no primeiro trimestre deste ano. O valor da empresa saltou de R\$ 123 bilhões

para R\$ 388 bilhões.

O executivo teve atuação direta na costura de um acordo de US\$ 2,95 bilhões para encerrar uma ação coletiva movida por investidores nos Estados Unidos, que alegaram terem sido lesados pela corrupção na estatal. A medida figurou entre as 10 maiores já fechadas pela Justiça norte-americana em ações semelhantes nas últimas décadas.

Parente deixa a Presidência da estatal e a coloca no currículo vitorioso. Nascido no Rio de Janeiro, em 1953, se formou em engenharia eletrônica pela Universidade de Brasília (UnB), tem 44 anos como executivo de carreira, sendo 32 anos no setor público e 12 anos no setor privado. De janeiro de 2010 a abril de 2014, foi CEO e presidente da Bunge Brasil, uma das maiores empresas do agronegócio no país.

No setor público, foi ministro-chefe da Casa Civil e de Minas e Energia no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi, também, consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de instituições públicas no país. Foi integrante de conselhos de administração de empresas controladas pelo governo federal e de empresas privadas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Antonio Temóteo

Título: O burocrata que convive com políticos

Ivan Monteiro conhece Brasília como poucos. Coincidência ou não, nasceu no mesmo ano da inauguração capital federal, em 1960. Só que em Manaus. De lá migrou para Minas Gerais, onde se graduou em engenharia eletrônica e telecomunicações. Em 1983 ingressou no Banco do Brasil, onde fez carreira até se aposentar. Quem o conhece o descreve como um executivo capacitado e experiente, sobretudo pela convivência com políticos das mais variadas vertentes.

Monteiro só deixou o Banco do Brasil em 2015, quando o então presidente do banco, Aldemir Bendine, foi convidado pela então presidente Dilma Rousseff para comandar a Petrobras. Bendine, preso em julho de 2017 por suspeita de receber R\$ 3 milhões em propina da Odebrecht, foi escolhido para o posto após a saída de Graça Foster. Assim como no BB, Ivan Monteiro foi escolhido pelo antigo chefe para ser diretor financeiro da petroleira e desenhar um plano para recuperar a estatal.

Respeitado pelo mercado, Monteiro foi um dos principais responsáveis pelo

processo de reestruturação que resultou na recuperação da Petrobras. “Ele teve condições de realizar um bom trabalho e chegou à Petrobras antes de Pedro Parente. Agora colocará toda a sua credibilidade a prova em um momento de crise. A Petrobras voltará ou não a ser vítima de ingerências políticas? Veremos nas próximas semanas”, disse um ex-dirigente do BB, que conhece o novo presidente da estatal.

No Banco do Brasil, Monteiro passou por diversos cargos. Foi gerente-executivo da diretoria internacional, superintendente comercial, gerente-geral nas agências em Portugal e Nova York, até ser alçado ao posto de diretor comercial em 2009. Ele chegou ao cargo na gestão de Antonio Francisco de Lima Neto, que foi demitido após desobedecer a ordem do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para aumentar a oferta de crédito no meio de uma crise global.

Com a chegada de Bendine, o mercado temeu que ele atendesse todas as demandas do governo às custas da rentabilidade do banco. Foi, então, que o presidente do BB escolheu Monteiro para a vice-presidente de finanças, mercado de capitais e relações com investidores, posto que ocupou entre junho de 2009 a fevereiro de 2012.

O então presidente do BB garantiu autonomia a Monteiro para tomar as medidas necessárias e atender o governo, sem penalizar a instituição. Em fevereiro de 2012, assumiu a vice-presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores do Banco do Brasil até fevereiro de 2015, quando ocupou a diretoria financeira da Petrobras.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Antonio Temóteo

Título: Moreira, o algoz da queda

Após dois anos à frente da Petrobras, Pedro Parente deixa a estatal bombardeado de críticas, sobretudo da classe política. Deputados e senadores não pouparam o ex-presidente da estatal e a política de preços da companhia, a quem atribuíram a culpa pela greve dos caminhoneiros. Além de ser torpedeado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), Parente sofreu com o fogo amigo do **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**. O chefe da pasta, garantem interlocutores do presidente Michel Temer, trabalhou para derrubar o executivo.

Antes da paralisação dos caminhoneiros afetar todo o país, **Moreira Franco** cobrou publicamente da Petrobras uma política de preço que fosse “justa” e afirmou que os valores dos combustíveis praticados pela estatal estavam

“subindo demais”. “Já tinha conversado anteriormente com o presidente Pedro Parente. É uma questão do governo, mas ela (Petrobras) como elemento importante e fornecedora de um bem fundamental, tem de dar a sua experiência, contribuição e avaliação da realidade para que possamos ter uma política de preço que seja justa”, disse o ministro em 18 de maio, durante um evento no Rio de Janeiro.

Assessores de Temer detalharam que Moreira pressionou Parente, durante a greve dos caminhoneiros, e se queixava da política de preços com reajustes diários. O ministro chegou a admitir, no Congresso, mudanças na política de preços. No mesmo dia, o presidente Temer concedeu uma entrevista à TV Brasil em que sinalizava disposição em mudar o mecanismo que reajusta o valor dos combustíveis. As declarações foram interpretadas por Parente como recado do governo de que mudanças eram necessárias.

Moreira, entretanto, nega que tenha feito qualquer pressão. “Isso é uma bobagem. Da mesma maneira que o governo não interfere na política de preços da Shell, da Esso, não vai interferir na política de preços da Petrobras. Posso garantir que sobre esse tema nenhum tipo de pressão foi feita da minha parte”, disse. (A.T)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Antonio Temóteo

Título: Quatro perguntas para

David Zylbersztajn, professor da PUC-Rio

Como o senhor avalia a saída de Pedro Parente?

O Brasil não aprende. A gente acabou de ver qual o resultado de uma empresa com interferência política, com controle de preços, com subsídios. Pode-se mexer, eventualmente, na questão de periodicidade (dos reajustes de preço nos combustíveis), mas a lógica é a que qualquer empresa do mundo usa, de alinhar os preços aos preços internacionais. Era isso o que o Pedro estava fazendo. Foi isso que fez com que a Petrobras reduzisse sua dívida, se transformasse em uma empresa viável. Empresa viável não é só para o acionista, mas também para fazer parcerias, investimentos, ter custo de capital menor. Estava em uma trajetória impecável de recuperação.

O que achou das repostas do governo à crise com os caminhoneiros?

Estão recriando a conta petróleo, que foi uma das piores experiências que o Brasil já teve. Isso acaba sobrando para a Petrobras. Ter o governo como

devedor não é uma das melhores coisas, ainda mais uma empresa controlada pelo próprio governo. É como se o governo pegasse dinheiro de uma empresa da qual é o principal acionista. Isso não é aceitável. Espantam-me as propostas do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) que, em nenhum momento, falam em abrir o setor de refino, obrigar (a Petrobras) a vender (refinarias). Foi o único monopólio que mantido. Ela perdeu o monopólio na exploração e produção e vai muito bem. Perdeu o monopólio na distribuição, nos transportes, mas continuou 100% monopolista no refino. É um bom momento para o Cade dizer: “olha, você tem um prazo para vender 30% ou 40% do seu parque de refino”.

Qual foi o principal erro do governo?

O mais errado é voltar a usar a Petrobras. Para reconstruir a credibilidade, você precisa, às vezes, até de uma geração.

Ainda é reversível?

Se o governo estava interferindo na gestão do Pedro Parente, vai intervir na gestão de quem vier. Começar tudo de novo, com uma política correta, vai demorar muito mais do que demorou, até agora. O custo de empréstimos vai ser mais alto, o alongamento (do prazo da dívida) vai ser mais difícil, vai haver menos investidores, a empresa vai fazer menos parcerias. Com isso, o valor da empresa cai. A Petrobras é uma empresa nacional, uma das melhores do País em termos de qualificação humana e tecnologia. É uma coisa que dá orgulho ao País. Ao mesmo tempo em que é nossa, nós vamos destruir? É uma coisa maluca.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Antonio Temóteo

Título: Perdas de R\$ 40 bilhões

O pedido de demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobras derrubou as ações da empresa na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e na Bolsa de Nova York. Somente no Brasil, a companhia perdeu R\$ 40 bilhões de valor de mercado. Os papéis preferenciais da estatal caíram 14,86% no pregão de ontem e os ordinários despencaram 14,92%. No fim do dia, a petroleira era avaliada em R\$ 231 bilhões. Apesar da desvalorização, após o anúncio da escolha de Ivan Monteiro para comandar a companhia, os American Depositary Receipts (ADRs) negociados nos Estados Unidos tiveram uma tímida valorização depois do fechamento dos mercados.

A decisão de Parente de deixar a empresa surpreendeu o mercado, os investidores e o próprio governo. Usualmente, medidas como essa são

anunciadas após o fechamento dos mercados, mas o fato relevante publicado pela Petrobras foi liberado às 11h48. Antes disso, o executivo tinha se reunido com o presidente da República, Michel Temer, para apresentar a carta de demissão. Com isso, a negociação das ações da companhia foi interrompida porque a queda chegou a mais de 15%. “Todos foram surpreendidos. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, tinha se reunido com ele na quinta-feira e esse assunto não foi tratado entre os dois”, disse um interlocutor do chefe do Executivo.

A saída de Parente, entretanto, afetou positivamente as ações da empresa de alimentos BRF. Ele foi eleito presidente do conselho de administração da companhia em abril e com o início da greve, os rumores de que pediria demissão da Petrobras para assumir a presidência executiva da gigante de alimentos aumentaram. Com isso, as ações ordinárias da empresa subiram 9,2%.

Intervenção

A saída de Parente da Petrobras foi avaliada como um fato negativo pelo diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), Adriano Pires. Conforme ele, o fantasma das ingerências políticas volta a assombrar a companhia. O especialista no mercado de óleo e gás alertou que mesmo com a escolha de Ivan Monteiro, ainda não está claro se o governo deixará de lado o debate sobre a política de preços da estatal. “Os políticos têm pensamentos velhos e pensam que vão recuperar a popularidade do governo com medidas populistas. A escolha do Ivan Monteiro minimiza o estrago feito, mas ainda deixa várias dúvidas”, destacou.

Pires explicou que em vez de intervir na política de preços da Petrobras ou criar um mecanismo de subvenção para refinarias, o Executivo deveria criar um imposto regulatório que possa ser uma válvula de escape para as variações do preço do petróleo e do dólar. “As soluções de mercado são sempre as melhores. Isso existe, por exemplo, na Europa. Quando o preço do petróleo sobe demais, você reduz esse imposto. Quando o valor desaba você pode subir. Com isso, há previsibilidade para todos os participantes do mercado e a população. Os governantes preferem medidas intervencionistas do que respeitar soluções técnicas”, comentou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Gabriela Vinhal / Alessandra Azevedo

Título: Solução Arranjada

A saída de Pedro Parente da presidência da Petrobras foi comemorada pelos parlamentares que pediram a demissão do executivo durante a greve dos caminhoneiros. No entanto, ainda é vista como insuficiente para dar início à baixa de preços dos combustíveis e tentar reverter a crise instaurada no país. Em geral, líderes da oposição acreditam que é preciso, agora, que o governo mude a política de preços da estatal, maior crítica em relação à gestão de Parente. Para a base governista, a saída é estabelecer um sistema de política de valores que dê previsibilidade ao consumidor.

A bancada do PT no Senado afirma que a demissão de Parente não é a “solução simples” para a Petrobras. Para os parlamentares, é preciso mudar a política de preços praticada, que “favorece aos importadores e petroleiras estrangeiras em prejuízo dos interesses nacionais e do povo”. O sistema de valores adotado por Parente, quando assumiu o comando da estatal, em 2016, variava de acordo com a cotação do dólar e o preço do barril no mercado internacional. Como consequência, os reajustes se tornaram frequentes.

O senador Romero Jucá (MDB-RR) afirma que não haverá mudança radical na política de preços da estatal. “O governo não vai tirar um técnico e colocar um político, não vai manipular o preço do combustível”, avisa. A senadora Simone Tebet (MDB-MS), líder do MDB, diz que Parente foi fundamental diante das dificuldades em que se encontrava. Para a parlamentar, não houve má gestão, mas falta de sensibilidade para entender o momento do país.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Antonio Temóteo

Título: Críticas e elogios dos presidentiáveis

Os pré-candidatos à Presidência da República repercutiram a demissão de Pedro Parente, presidente da Petrobras. O executivo esteve em reunião com Michel Temer no Palácio do Planalto e entregou carta de demissão. No documento, afirmou que os resultados obtidos à frente da estatal revelam o acerto de medidas que foram tomadas pela empresa, mas que a greve dos caminhoneiros desencadeou “intenso e emocional debate” e por isso sua permanência na presidência “deixou de ser positiva e de contribuir para a construção das alternativas que o governo têm pela frente”.

O ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) poupou Pedro Parente, filiado ao seu partido, de críticas ao falar sobre a demissão do executivo da presidência da Petrobras. Pelas redes sociais, Alckmin afirmou que não se pode

“desperdiçar” o trabalho de Parente à frente da estatal. “Com a saída de Pedro Parente, o importante nesse momento é não desperdiçar o trabalho de recuperação da Petrobras”, diz a nota do tucano. O presidenciável defendeu a discussão sobre uma política de preços de combustíveis que “preservando a empresa, proteja os consumidores”.

Um dos presidenciáveis que havia cobrado publicamente a demissão de Parente da Petrobras, o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) afirmou que a saída do executivo da estatal não é suficiente e que a política de preços adotada durante a gestão deve ser revista. “Não basta demitir o senhor Pedro Parente”, disse Ciro, em vídeo publicado em suas redes sociais. “É preciso exigir que a política de preços que ele impôs seja trocada”, completou, reforçando que a revisão da situação não pode ser feita com “demagogia”.

Ciro defende que a Petrobras adote um modelo de preços com base em seus custos e lucros comparados com os competidores, e não com base na variação do dólar e dos ativos no mercado internacional. O pedetista cobrou que a empresa atenda aos interesses nacionais, e não aos de acionistas minoritários.

Ciro reforçou a ligação de Parente com o PSDB, que lançou a pré-candidatura de Geraldo Alckmin. Ele classificou como “falta de respeito” o aumento do preço na gasolina em plena crise decorrente da greve dos caminhoneiros. “Essa falta de respeito é a política do PSDB”, disse o presidenciável do PDT.

Também via Twitter, o pré-candidato Flávio Rocha (PRB) criticou as gestões dos últimos três presidentes da Petrobras. “Gabrielli e Graça Foster usaram a Petrobras para conter a inflação e quase quebraram a empresa. Parente repassou o alto custo da ineficiência e gerou a revolta dos caminhoneiros”, declarou Rocha. “O problema não é a política de preços, é o monopólio”, escreveu.

Guilherme Boulos, do PSol, elogiou a saída de Parente. Para ele, a política de preços da Petrobras foi “desastrosa”. Em um tuíte anterior, o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) já havia criticado a postura do presidente da estatal. “Para baixar o diesel, governo retira quase R\$ 200 milhões de universidades públicas e do SUS. A opção é cortar em saúde e educação em vez de enfrentar os interesses financeiros que sustentam a política de preços da Petrobras. Retrato das prioridades de Temer e Pedro Parente”, escreveu.

Na contramão das críticas, João Amoêdo (Novo) defendeu Pedro Parente. “Esse é o ambiente que temos hoje: a velha política afasta os bons profissionais. Reverter esse quadro é um dos nossos objetivos”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Política**Autor:** Antonio Temóteo**Título:** Entrada na BRF aumenta valor

A saída de Pedro Parente da Petrobras aumentou as expectativas de que o executivo possa assumir o comando da BRF, maior exportadora global de frangos. Parente foi eleito presidente do conselho de administração no dia 26 de abril, no lugar do empresário Abilio Diniz. As ações da companhia fecharam ontem com a maior alta do Ibovespa, a R\$ 23,39, elevação de 9,2%

Fontes próximas à BRF afirmaram que a renúncia de Parente da estatal abre caminho para que ele assuma a presidência da gigante dos alimentos, hoje ocupada interinamente por Lorival Nogueira Luz, desde 23 de abril. Uma pessoa próxima à companhia já considera certa a ida de Parente para o comando do negócio, que registrou prejuízos por dois anos consecutivos. Parente só participou de uma reunião de conselho - a de sua posse. Mas tem trabalhado nas últimas semanas para entender os números da BRF e tentar melhorar a eficiência operacional do negócio — fábricas da empresa foram embargadas para exportação em decorrência da Operação Carne Fraca. Nos últimos dias, unidades também foram paralisadas por causa da greve dos caminhoneiros. Ele tem falado todos os dias, por telefone, com Lorival, dizem fontes. Na semana passada, Pedro Parente disse a interlocutores que não tinha sido sondado para ser presidente da companhia.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Política**Autor:** Leonardo Cavalcanti**Título:** Grito de investigador

Brasília-DF

Nos últimos dias, os discursos do governo federal em relação à greve dos caminhoneiros têm incomodado os investigadores da Polícia Federal, principalmente em São Paulo e em Brasília. Eles estão se sentindo pressionados a dar uma resposta ao movimento e avaliam que o presidente Michel Temer falou antecipadamente sobre a prática de locaute. O emedebista, na avaliação desse grupo de investigadores, deveria ter aguardado o avanço das apurações antes de tocar no tema. A reclamação é um tanto despropositada do ponto de vista do Planalto, dada a pressão enfrentada pelo presidente com a greve.

Apontar um locaute seria uma das únicas saídas do presidente.

Cobertor fiscal

Na avaliação de Gil Castello Branco, fundador e secretário-geral da ONG Contas Abertas, o governo federal contribuiu muito para a crise aberta na greve dos caminhoneiros. “O cobertor fiscal está curto, cobre aqui, descobre lá”, afirma Castello Branco. Para ele, ou se ajusta as contas — com a reforma da Previdência, redução de gastos tributários, menos subsídios e contenção de despesas com pessoal — ou a partir de 2019 não haverá como cumprir a PEC do teto de gastos, a regra de ouro para o equilíbrio fiscal.

Parente virou serpente

A queda de Pedro Parente da presidência da Petrobras começou a ser construída no momento que o governo percebeu o tamanho da crise dos combustíveis, lá pela quarta-feira da semana passada. E veio de dentro para fora do Palácio do Planalto. A questão foi buzinaada por um interlocutor direto do presidente Michel Temer, ao acusar o comandante da estatal de tratar a política de preços do combustível como algo técnico, em vez de político. A senha repercutiu entre os principais assessores do emedebista antes mesmo de a crise com as filas nos postos começar.

Quem protagonizou a queda de braço publicamente foi **Moreira Franco, ministro de Minas e Energia**, mas desta vez não foi uma voz isolada, apenas fez o mais direto nos ataques à política de preços dos combustíveis. De certa forma, a saída de Parente era bola cantada, mas Michel Temer não poderia tomar a iniciativa, pois assumiria o que já está claro a todos: a fragilidade do governo frente aos caminhoneiros. A próxima semana será decisiva para saber se o escolhido para a presidência da estatal, Ivan Monteiro, será aprovado pelo mercado e quais os efeitos no Congresso. A crise, é bom deixar claro, ainda está longe de acabar.

Colaborou Renato Souza

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: Bruno Santa Rita

Título: Gasolina volta para os postos, mas com custo maior para o consumidor

Após o encerramento da greve dos caminhoneiros, a gasolina está voltando às bombas, mas com preços muito elevados. Um levantamento feito ontem pelo Correio encontrou postos vendendo o litro do combustível por até R\$ 4,99. O valor mais baixo encontrado foi de R\$ 4,69, na EPTG. Dos 33 postos visitados, 23 abasteciam seus clientes normalmente e o tamanho das filas de carros diminuiu consideravelmente em comparação com a quarta-feira que antecedeu o feriado de Corpus Christi.

Em Brasília, nos últimos dias, criou-se a expectativa de que o preço da gasolina poderia baixar, já que o governo do Distrito Federal (GDF) anunciou a diminuição da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do combustível. De R\$ 4,59, o preço de referência para a tributação caiu para R\$ 4,29, o mesmo que estava em vigor em abril.

Continua depois da publicidade

O secretário da fazenda do DF, Wilson de Paula, afirmou que foi uma medida excepcional para possibilitar ao brasiliense fugir da crise gerada pela greve dos caminhoneiros. “Nós, do governo, não queremos contribuir mais para a crise”, disse. Entretanto, por causa do feriado da quinta-feira, a redução do ICMS só entrará em vigor na segunda-feira.

Wilson de Paula explica que não houve tempo hábil para que a nova base de cálculo fosse publicada no Diário Oficial do DF União. A redução obteve anuência do Conselho de Política Fazendária (Confaz), na tarde da última quarta-feira, véspera do feriado.

De acordo com o secretário, fiscais do governo estarão nas ruas para confirmar se o preço de R\$ 4,29 contribuirá para melhorar a situação. O intuito é também o de levantar os preços reais cobrados do consumidor para que se possa definir o próximo valor de referência para a cobrança do imposto. “A base de cálculo do ICMS é um preço real que precisa ser pesquisado na bomba, para que possa ser tributado”, explicou.

Aldenor Rocha, corretor de imóveis: "Consegui abastecer antes que a crise se agravasse. Mas foi caro" (foto: Bruno Santa Rita/Esp. CB/D.A Press)

Para o corretor de imóveis Aldenor Rocha de 44 anos, o preço da gasolina pesa no bolso. Ele disse que se programou para encher o tanque do carro em momentos que possibilitassem a ele fugir das filas. “Consegui abastecer antes de que a crise se agravasse. Mas foi caro”, lamentou. Ele disse esperar que os preços não demorem muito para voltar ao normal.

O professor de história Josevaldo Ruzzon, de 55 anos, utilizou da mesma estratégia e abasteceu antes que a maioria dos postos ficasse sem gasolina. Ele

disse que compreende o aumento de preços durante a crise, mas também afirmou esperar que, a partir de agora, os valores caiam. “A gasolina está custando muito. Os postos estão segurando os preços lá em cima”, lamentou.

Segundo a sócia da área de defesa da concorrência do L.O. Baptista Advogados Patrícia Agra existem três motivos para os valores estarem em patamar alto. O primeiro é a falta do produto, gerada pela greve dos caminhoneiros. “Com a demanda muito acima da oferta, o valor fica mais alto”, explicou.

O segundo motivo é que, mesmo com a situação caminhando para a normalidade, o consumidor ainda está disposto a pagar caro pela gasolina. O terceiro é a insegurança dos donos de postos diante das afirmações do governo de que vai haver queda no preço dos combustíveis. “Se o governo sinaliza que pode mexer no preço, o empresário vai tentar cobrar o máximo que pode. Ninguém trabalha para ficar no prejuízo”, avaliou.

* Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: Bruno Santa Rita

Título: Governo deve desmobilizar Forças Armadas

O presidente Michel Temer não deverá prorrogar o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que vence na segunda-feira, e prevê o emprego das Forças Armadas em todo o país na desobstrução de estradas. A decisão final será tomada após avaliação de situação na segunda-feira, quando o governo espera que estejam solucionados os dois últimos pontos de preocupação ainda existentes: porto de Santos e Rio Grande do Sul. Há também uma atenção especial em relação à entrada de Fortaleza, onde houve conflitos no meio da semana e a situação não é de total tranquilidade e dispersão.

A não prorrogação da GLO em todo o país, de acordo com interlocutores do presidente, não significa desmobilização do governo em relação ao monitoramento das manifestações pelo país. As reuniões continuarão a ser realizadas no Palácio do Planalto, no fim de semana, inclusive.

Neste sábado, a reunião está marcada para as 10 horas. O governo entende que precisa estar atento a todas as mobilizações porque considera que existe uma verdadeira “guerrilha digital” em andamento. Além disso, há a avaliação de que não se pode desmobilizar o grupo de acompanhamento porque, de acordo com um dos integrantes, um descuido poderia levar a se perder a guerra.

As Forças Armadas ainda estão garantindo as operações no Porto de Santos, em São Paulo, no de Suape, em Pernambuco, e no de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Em Chorozinho, no Ceará, embora a situação seja considerada sob controle, há temor de recrudescimento da mobilização porque a agitação ainda é muito grande entre os caminhoneiros. Por isso mesmo, a área de inteligência do governo está acompanhando de perto toda a movimentação.

Em Brasília, o governo está monitorando também, a tentativa de mobilização do representante dos motoristas autônomos do Centro Oeste, Wallace Landim. Filiado ao Podemos de São Paulo e conhecido como Chorão, ele divulgou vídeo nas redes sociais convocando caminhoneiros de todo o país a vir a Brasília protestar contra o governo do presidente Michel Temer.

Embora conte 12 mil seguidores nas redes e tenha anunciado que mais de mil estariam presentes ao protesto organizado por ele, apenas três caminhões estiveram ontem no estacionamento do Estádio Mané Garrincha para ouvi-lo. A Polícia Rodoviária Federal informou não ter identificado movimento atípico de caminhões rumo a Brasília. No Palácio do Planalto, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que órgãos de inteligência estão monitorando o assunto.

Disque denúncia

O governo criou um disque-denúncia para caminhoneiros de todo o país denunciarem postos de gasolina que não estão aplicando o desconto de R\$ 0,46 no preço do litro do óleo diesel. O Palácio do Planalto deu prazo até a próxima segunda-feira para que todos os postos diminuam o preço do combustível na bomba. Para denunciar, os caminhoneiros devem enviar mensagem via WhatsApp para o número (061) 9-9149-6368.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: Incertezas sem fim

Venceu o que se pode chamar de neopopulismo. Depois de dois anos de gestão estritamente técnica, marcada pela recuperação vigorosa da empresa, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, cedeu às pressões agravadas pela greve no setor de transportes e entregou o cargo. No centro da crise, a política de preços que tirou a empresa do buraco para o qual empurrou o governo. A solução encontrada: sacrificar a excelência corporativa para conter a insatisfação popular e aliviar a pressão sobre o Planalto.

Estatal de economia mista, a gigante Petrobras, por sua constituição, está constantemente espremida entre o mercado e o governo. Como empresa de capital aberto, precisa, assim como as outras, perseguir o lucro. Como companhia cujo acionista majoritário é o governo, está sempre sujeita às intempéries e aos interesses políticos. Mora no DNA da empresa seu principal problema. A dualidade de sua composição faz com que aspectos técnicos e políticos travem embate frequente na definição de suas estratégias.

Como gestor, Parente cumpriu com maestria seu papel técnico, conduzindo a Petrobras a águas mais calmas e resultados financeiros positivos. O governo, por outro lado, a quem cabe o papel político na condução da companhia, falhou grave e seguidamente. Ignorou sinais e apelos diretos, isentou-se de buscar diálogo entre os interesses políticos e técnicos na estatal e subestimou tanto a força dos caminhoneiros quanto a possibilidade de locaute.

A insatisfação dos transportadores com a política de preços da Petrobras não é recente. Tampouco foi súbita sua reação. No entanto, faltou ao braço político da empresa a destreza de construir, a tempo e com calma, uma solução negociada para o problema. Algo que contemplasse todos os interesses envolvidos e evitasse a deflagração de um movimento paredista. Quando o movimento dos caminhoneiros se transformou em veículo desgovernado, ameaçando atropelar o frágil comando do Executivo, não se hesitou em empurrar para a pista o presidente da estatal.

Mais uma vez, venceu, no Brasil, o apelo fácil do populismo econômico, agravando as numerosas incertezas de um ano eleitoral absolutamente imprevisível. Perdem a Petrobras, que vê derreter sua autonomia, e o país, que tem na manutenção e no incremento dos investimentos da empresa o cumprimento de seu principal papel social. Perde, mais uma vez, todo o setor produtivo, que segue em ansiosa espera por um cenário estável para voltar a crescer.

Sr. Redator

Oportunismo

A greve dos caminhoneiros despertou em oportunistas a ideia de intervenção militar, como se militares pudessem resolver a grave crise. O Brasil necessita, urgentemente, de medidas de saneamento do Estado, não de aventureiros de plantão. Enquanto elegermos legislativos federal e estaduais formados por toda sorte de gatunos; aturarmos judiciários, tribunais de contas, controladorias e ministérios públicos ineptos e caros, roubando-nos com seus super contra-

cheques acima do teto constitucional, auxílios-moradia, aposentadorias integrais e precoces e outras formas de rateio imorais do dinheiro suado de quem produz, a saber, o setor privado, estaremos à mercê dos abutres de plantão, sempre à espreita do último naco — a democracia que ainda nos resta.

Natanael Paulino, Águas Claras

Parente

À frente do Ministério das Minas e Energia, no governo Fernando Henrique Cardoso, Pedro Parente conseguiu impor um blecaute em todo o país. À frente da Petrobras, estabeleceu uma política de reajuste dos combustíveis, atrelada ao mercado internacional, acendeu a ira dos caminhoneiros e, mais uma vez, o Brasil enfrentou outro apagão. Ele acionou o interruptor que parou o país de Norte a Sul, causando desbastecimento de combustível, de alimentos, prejuízos bilionários ao agronegócio, à indústria e ao comércio. Mais uma vez ele se tornou personagem principal do caos. Mas Parente cumpriu bem o papel de favorecer aos interesses internacionais. Ele deveria pôr a mão na consciência (se é que tem) e nunca mais voltar ao setor público. Adeus, Parente!

Antônio Jofre Braga, Lago Sul

Caminhoneiros

As autoridades do Judiciário, do Legislativo e do Executivo têm a paciência de Jó. A bandidagem e seus patrões estão desenfreados. Dizendo-se Amicus curiae dos caminhoneiros se transvestem de bons rapazes e provocam o caos no trânsito e no Brasil. Atiram fogo nas rodovias, amedrontam a todos os seres vivos, causando prejuízos de bilhões à sociedade, à agricultura, à indústria e ao comércio. E nada é feito. O governo deve acordar: fazer a apreensão de caminhões, prender quem cria tumulto e incendiários, e apreender veículos para garantir o pagamento de multas. Os crimes desses baderneiros são: resistência, incêndio, porte de arma, impedir o trânsito rodoviário e os previstos na Lei de Segurança Nacional.

José Lineu de Freitas, Asa Sul

Política com ódio

O movimento dos caminhoneiros tinha uma pauta justa e pedia redução do preço do diesel e fim do pedágio sobre o terceiro eixo, em caminhões vazios. O protesto mobilizado pelas redes sociais cresceu e passou a exigir mais. O país foi submetido a bloqueios de rodovias e de outros pontos vitais, como refinarias e distribuidoras de combustível, portos, anéis rodoviários etc. Não foi uma ação espontânea de caminhoneiros, mas uma operação de guerra, bem organizada e

realizada, que asfixiou o país e causou falta de combustível, gás e alimentos, fechou escolas e hospitais e limitou a ação policial. O governo coagido, cedeu mais do que podia e as consequências são cruéis: filas humilhantes nos postos, perda de aulas, cirurgias não realizadas, preços elevados nos alimentos, cortes em investimentos e projetos sociais, prejuízos aos produtores rurais, queda no crescimento do PIB e na arrecadação de impostos. Pedro Parente caiu porque a alteração quase diária nos preços dos combustíveis era insustentável. O movimento só chegou a esse nível porque houve infiltração de radicais, da esquerda e da direita, unidos pelo ódio a Temer. Mas Temer sairá logo, haverá eleições em quatro meses. Não seria hora de pensar no próximo presidente? Ou será que esses grupos querem é impedir as eleições?

Ricardo Pires, Asa Sul

MME / ASCOM .